



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 117 DE 10 DE ABRIL DE 2023

Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba -UFDFPar.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE, no uso de suas atribuições, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 04 de abril de 2023, e considerando:

- o Processo Nº 23855.001156/2022-30

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba -UFDFPar, conforme Projeto Pedagógico anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme disposto no Parágrafo Único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, justificando-se a urgência na excepcionalidade operacional da atividade administrativa e a necessidade de sua regulamentação.


João Paulo Sales Macedo

Reitor



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS /
PRESENCIAL**

**PARNAÍBA-PI
2023**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas / presencial.

Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Campus Ministro Reis Velloso, no município de Parnaíba – Piauí, a ser implementado/implantado no segundo período letivo de 2023.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA**

REITOR

João Paulo Sales Macedo

VICE-REITOR

Vicente de Paula Censi Borges

PRÓ-REITOR(A) DE PLANEJAMENTO

Antônio Liuésjhon dos Santos Melo

PRÓ-REITOR(A) DE ADMINISTRAÇÃO

Leonardo Costa e Silva

PRÓ-REITOR(A) DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo

PRÓ-REITOR(A) DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO

Jefferson Soares de Oliveira

PRÓ-REITOR(A) DE EXTENSÃO

Francisco Jander de Sousa Nogueira

PRÓ-REITOR(A) DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Gilvana Pessoa de Oliveira

PRÓ-REITOR(A) DE GESTÃO DE PESSOAS

Aurélio Vinícius Araújo Silva

PRÓ-REITOR(A) DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Valberto Barros da Costa

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Élido Santiago da Silva
Coordenador de Graduação

Ruceline Paiva Melo Lins
Coordenadora de Estágio

Luciana Matias Cavalcante
Coordenadora de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Keila Santos de Araújo
Coordenadora de Administração Acadêmica

Nachara Campos Mendes
Secretária Administrativa

Vera Lúcia dos Santos Costa
Chefe da Divisão de Estágio Não Obrigatório

Francisco Cezar Costa Rocha
Chefe da Divisão de Laboratório de Ensino

Charles da Silva Carvalho
Chefe da Divisão de Programação e Matrícula

Jó Carlos Neves Freitas
Serviço de Atendimento ao Estudante

Aurizelia do Nascimento Melo
Divisão de Controle Acadêmico

CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CHEFE DE CURSO:

Maria Fátima Viera Crespo

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO

Vera Lúcia dos Santos Costa

Maria de Fátima Vieira Crespo

Carolina Silva Ribeiro

Diego Silveira Pacheco de Oliveira

Fábio Júnior Clemente Gama

Frederico Osanan Amorim Lima

Maria Helena Cortez de Melo Pires

Moacyr Ferraz do Lago

Osmar Gomes de Alencar Júnior

Tiago Sayão Rosa

Vera Beatriz Martins Bacelar

Gabriel e Silva Paiva – Representante discente titular

Harrison Antunes Mesquita Freitas – Representante discente suplente

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

Vera Lúcia dos Santos Costa

Maria de Fátima Vieira Crespo

Vera Beatriz Martins Bacelar

Moacyr Ferraz do Lago

Diego Silveira Pacheco de Oliveira

Maria Helena Cortez de Melo Pires

Tiago Sayão Rosa

COMISSÃO DE REFORMA DO PROJETO PEDAGÓGICO

ATO DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO
Portaria Nº 19 de 09 de março de 2020

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

Vera Lúcia dos Santos Costa
José Natanael Fontenele de Carvalho
José Ribamar Pereira
Maria de Fátima Vieira Crespo
Moacyr Ferraz do Lago
Osmar Gomes de Alencar Júnior
Hana Rosa Borges de Oliveira
Maria Helena Cortez de Melo Pires
Vera Beatriz Martins Bacelar
Wagna Maquis Cardoso de Melo Gonçalves
Ariosto de Oliveira Lima
Frederico Osanan Amorim Lima

IDENTIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Delta do Parnaíba

SIGLA: UFDPar

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 33.519.114/0001-00

ENDEREÇO: Av. São Sebastião, Nº2819 – Bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP: 64.202-020

CIDADE: Parnaíba

TELEFONE: (86) 3323-5125

E-MAIL: reitoriaufdpar@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufdpar.edu.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Bacharelado em Ciências Econômicas

CÓDIGO DO CURSO: 502

CRIAÇÃO DO CURSO:

Resolução Nº 33 de 04.02.1976

Publicação: 04.02.1976

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC Nº 91, de 20.02.2019

Publicação: 22.02.2019

TÍTULO ACADÊMICO: Bacharel em Ciências Econômicas

MODALIDADE: *Ensino Presencial*

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínimo: 9 semestres

Média: 12 semestres

Máximo: 14 semestres

Para alunos com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no curso.

ACESSO AO CURSO:

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada – SiSU/MEC e, de acordo com Edital específico da UDFPAR.

REGIME LETIVO: Créditos

TURNO(S) DE OFERTA: Integral

VAGAS AUTORIZADAS: 50

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2.415	161
Disciplinas Optativas	300	20
Trabalho de Conclusão de Curso	120	8
Atividades Complementares	120	-
Atividades Curriculares de Extensão	330	-
TOTAL	3285	189

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEx – Atividades Curriculares de Extensão

ANGE – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas

APA – Área de Proteção Ambiental

CCE – Ciências Econômicas

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CES – Câmara de Educação Superior

CEUA – Comitê de Ética no Uso de Animais

CIDE – Capacitação, Inserção e Desenvolvimento

CIEE – Centro de Integração Empresa Escola

CMRV – Campus Ministro Reis Velloso

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COFECON – Conselho Federal de Economia

CONSAD – Conselho de Administração

CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUNI – Conselho Universitário

COVID-19 – Corona Virus Disease 2019

CPA – Comissão Própria de Avaliação

DCN – Diretriz Curricular Nacional

DOU – Diário Oficial da União

ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IES – Instituição de Ensino Superior

ITV – Iniciação Tecnológica Voluntária

LAEF – Liga Acadêmica de Educação Financeira

MEC – Ministério da Educação

NDE – Núcleo Docente Estruturante

NIA – Núcleo de Inclusão e Acessibilidade

OFP – Observatório do Fundo Público

PASSEC JR – Projetos, Assessoria e Consultoria Júnior

PET – Programa de Educação Tutorial

PIB – Produto Interno Bruto

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBIC-Af – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PIBIEX – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão

PIBIT – Programa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PREG – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

PREX – Pró-Reitoria de Extensão

PROPOPI – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação

Resex – Reserva Extrativista

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SiSU – Sistema de Seleção Unificada

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFDFPar – Universidade Federal do Delta do Parnaíba

UFPI – Universidade Federal do Piauí

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$) dos municípios do Piauí, Ceará e Maranhão	21
Tabela 2 – Quantitativo de discentes por estados e cidades registrados em 2021.....	29
Tabela 3 – Componentes Curriculares e Carga Horária	37
Tabela 4 – Número de alunos ativos no curso de Ciências Econômicas, por ano.....	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Relação dos Docentes, Titulação e Regime de Trabalho.....	36
Quadro 02 – Conteúdos, percentual (%) estabelecido pela Resolução CNE/CES N. 4/2007 e percentual (%) no curso de carga horária (CH) de componentes obrigatórias e optativas.....	38
Quadro 03 – Componentes curriculares obrigatório por período, número de créditos, carga horária e pré-requisitos.....	39
Quadro 04 – Componentes curriculares optativos por período, número de créditos, carga horária e pré-requisitos.....	40
Quadro 05 – Indicação de categorias e atividades com as respectivas carga horária mínima e máxima a serem aproveitadas e exigências de comprovante	44
Quadro 06 – Benefícios e Serviços da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis para acompanhamento discente e estímulo à permanência na UFDFPar.....	59
Quadro 07 - Quadro-síntese da Avaliação do PPC de Ciências Econômicas	65
Quadro 08 – Estrutura física do CMRV para o Curso de Ciências Econômicas	117
Quadro 09 – Conteúdos de formação e quantidade de livros disponíveis na biblioteca*	118
Quadro 10 – Estrutura física da biblioteca do CMRV/UFDFPar.	119
Quadro 11 – Componentes curriculares equivalentes entre o currículo vigente e o currículo reformulado.	120
Quadro 12 – Plano gradual de ativação dos componentes curriculares do PPC 2023 e de desativação do PPC 2012	124

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Justificativa	16
1.2 Contexto regional e local da UFDPAr	19
1.2.1 Dados socioeconômicos da região	21
1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFDPAr e do Curso	24
2 CONCEPÇÃO DO CURSO	31
2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso	31
2.2 Objetivos do curso	34
2.4 Competências e Habilidades	35
2.5 Perfil do corpo docente	36
3 PROPOSTA CURRICULAR	37
3.1 Estrutura e organização curricular	37
3.1.1 Componentes Curriculares: Disciplinas obrigatórias	38
3.1.2 Componentes Curriculares: Disciplinas Optativas	40
3.2 Fluxograma	42
3.3.1 Estágio Não Obrigatório	43
3.3.2 Atividades Complementares	44
3.3.3 Atividades Curriculares de Extensão (ACEx)	48
3.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	50
3.4 Metodologia	51
3.4.1 Conteúdos do Currículo	54
3.4.2 O papel do aluno	55
3.4.3 O papel do Professor	55
4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	56
4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão	56
4.1.1 Programas Institucionais de apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão da UFDPAr	57
4.2 Apoio ao Discente	59
5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	62
5.1 Do Ensino-Aprendizagem	62
5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	63
6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)	67
6.1 Disciplinas obrigatórias	67
7 INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	117
7.1 Instalações e Equipamentos	117
7.2 Biblioteca	118
8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	120
8.1 Equivalência entre projetos pedagógicos	120

SUMÁRIO

8.2 Cláusulas de vigência.....122

APÊNDICES 129

APÊNDICE A – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS/UFDPAr

APÊNDICE B – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULAR DE EXTENSÃO (ACEX) DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS/UFDPAr

APÊNDICE C – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS/UFDPAr

APRESENTAÇÃO

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) tem por finalidade atualizar a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas (CCE) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), bem como as ementas e bibliografias das disciplinas, considerando os avanços da ciência econômica e os contextos socioeconômico, ambiental e político das duas primeiras décadas do século XXI no Brasil e no Mundo, sem se descuidar do contexto local e regional; a atualização das práticas pedagógicas no ensino e nas avaliações de aprendizagem e, por conseguinte, o perfil do egresso; o acompanhamento e a avaliação deste PPC. Some-se a isso a necessidade de criar uma identidade específica para o nosso Curso de Ciências Econômicas e a inserção das atividades curriculares de extensão.

A elaboração deste PPC teve início com uma retomada das discussões sobre a sua reformulação em setembro de 2019, que foram lideradas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE). Em 2020 foi criada a Comissão de Reforma do Projeto Pedagógico do Curso, em decorrência da necessidade de se incluir todos os docentes nesta reformulação. Na época, participaram 92,31% dos professores lotados na Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, bem como a representação estudantil. Teve também a colaboração de professores de áreas afins (Ciências Contábeis, Administração e Matemática) e da área pedagógica (Pedagogia). As reuniões ocorreram, de início, quinzenalmente e, depois, com a suspensão do Calendário Acadêmico por conta da pandemia da COVID-19, decidiu-se realizá-las uma vez por semana de forma virtual e, posteriormente, com a volta as aulas no formato remoto, fizemos reuniões quinzenais.

A reformulação do PPC foi completa, incluindo todas as seções e subseções do PPC vigente e acréscimo de seções exigidas pelos órgãos de avaliação e acompanhamento. Exigiu o empenho e dedicação dos docentes que não mediram esforços para elaborar um documento completo e atualizado em todas as suas dimensões. Por isso foi um processo demorado, levando ao todo, um pouco mais de dois anos para ser concluído. Neste ínterim, houve mudanças no quadro de docentes da Coordenação do Curso, três docentes se aposentaram e uma foi redistribuída, com isso chegaram quatro novos docentes, os quais contribuíram para a conclusão deste PPC. Deve-se ressaltar a participação dos professores substitutos que não foi menos importante que a dos professores efetivos.

A produção deste PPC foi subsidiada pelos seguintes normativos: Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2007/CNE-CES, que fixa a carga horária mínima, os procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2007/CNE-CES, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado; Regulamentação Profissional que trata das atividades desempenhadas pelo economista; Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018/CNE-CES, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira; Resolução Nº 93, de 14 de julho de 2022/CONSEPE-UFDPar, que regulamenta a inserção e o registro das Atividades de Extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFDPar; Regulamento Geral da Graduação atualizado em 20 de junho de 2018 (Resolução Nº 177, de 2012/CEPEX-UFPI) e pelo Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 da UFPI.

A estrutura deste projeto pedagógico contempla, na primeira seção, a justificativa da existência do Curso de Ciências Econômicas, o contexto regional e local, o histórico e estrutura organizacional da UFDPar e do Curso. Na segunda seção, apresentam-se os princípios curriculares e especificidades do Curso, objetivos do curso, perfil do egresso, competências e habilidades e o perfil do corpo docente. Na terceira, apresenta-se a proposta curricular, destacando a estrutura e organização curricular, o fluxograma, estágio não-obrigatório, as atividades complementares, extensão, atividades curriculares de extensão, trabalho de conclusão de curso e a metodologia. Na quarta, apresentam-se as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão e o apoio ao discente. A quinta seção aborda a avaliação da aprendizagem e a avaliação do PPC. Na sexta seção, encontram-se o ementário das disciplinas obrigatórias e optativas, com as respectivas bibliografias básicas e complementares. Em seguida apresenta-se a infraestrutura física e as instalações acadêmicas e, por fim, as disposições transitórias.

Estamos certos de que este novo PPC trará uma melhoria significativa e substancial no nosso curso que será refletida no perfil de nossos estudantes e de egressos, oferecemos-lhes uma identidade coerente com o que se apresenta no contexto econômico, social, político, ambiental e tecnológico que se apresenta no século XXI e voltados para o desenvolvimento socioeconômico, ambiental, político e tecnológico local, regional e nacional.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa

O Curso de Ciências Econômicas vem atender a uma demanda da instituição para implantação da política interna de graduação e reformulação dos projetos curriculares. Por outro lado, surge da necessidade de acompanhar a evolução da ciência e da vida econômica, no plano geral, teórico e prático e seus reflexos no pensamento político-econômico do Brasil; atuando como um instrumento de compreensão, divulgação e treinamento da Ciência Econômica com suas características nacionais, regionais e locais.

O referido Curso tem como pressuposto básico a integração da teoria com a prática, ou seja, confere indistintamente ao profissional a produção e difusão do conhecimento científico e a operacionalização da técnica para atuar no mercado de trabalho. Além disso, o Curso está comprometido a acompanhar as constantes mudanças que ocorrem tanto no campo do ensino como na sociedade. A globalização é fenômeno que tem intensificado a aproximação entre os diversos países, interligado o mercado de capitais nacional ao mundial, ampliado o fluxo de comércio – de bens, serviços e ativos – interligado o rural e o urbano, acelerado a difusão do conhecimento e do progresso tecnológico. O contraponto é que a desigualdade econômica e social permanece perene, o problema do desemprego é recorrente, problemas ambientais têm surgido com mais frequência, um problema que é local é também nacional e global.

Neste íterim, propõe-se um currículo com conhecimentos multidisciplinar, interdisciplinar e transversal, com abordagem de problemas locais, regional, nacional e até global, que favoreça o aprendizado dos discentes, bem como o desenvolvimento de habilidades e competências para que se tenham profissionais habilitados para atuarem nas diferentes vertentes da economia.

Deste modo, propõe-se alterações no projeto pedagógico vigente desde 2012, para tanto se faz uma análise do currículo em vigor, com a indicação das alterações propostas face às mudanças na legislação, às resoluções da UFPI, o Estatuto da UFDPAr, resoluções e orientações do MEC, resoluções do Conselho Federal de Economia (COFECON) e orientações da Associação Nacional dos cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE).

Ressaltamos que a utilização das normas da UFPI se deve ao fato da criação da UFDPAr por desmembramento do campus Ministro Reis Velloso da UFPI, em 2018, sendo esta a tutora de nossa IES. Desde sua criação, a UFDPAr deu início à elaboração de seus regimentos, tendo já aprovados o seu Estatuto e diversas resoluções que tratam do ensino, pesquisa, extensão e

também da assistência estudantil. Dentre as resoluções da UFDPAr citamos a Portaria n. 342/2021 do MEC que aprova o Estatuto, a Resolução n. 01/2021 – CONSUNI que aprova a criação do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NIA) da UFDPAr, a Resolução CONSEPE Nº 93 de 14 de julho de 2022 que regulamenta a inserção e registro das Atividades de Extensão como componente obrigatório nos currículos de cursos de graduação da UFDPAr.

A reformulação deste projeto pedagógico foi proposta pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e elaborado por uma Comissão de Reforma do Projeto Pedagógico do Curso, que identificaram aspectos que deveriam ser revistos com vistas a proporcionar:

1) **maior flexibilidade no currículo**, contribuindo para um melhor fluxo dos discentes na matriz curricular;

2) a **interdisciplinaridade** – horizontal e vertical, como forma de promover a inter-relação entre os conteúdos distribuídos no curso;

3) a **transversalidade dos conteúdos** – que permitiu a reorganização dos fluxos das disciplinas conforme os temas abordados;

4) a **atualização dos ementários e bibliografias das disciplinas de Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa e Conteúdos Teórico-práticos** para sua adequação às mudanças exigidas pela formação do economista;

5) a **atualização dos ementários e bibliografias das demais disciplinas** – de Conteúdos de Formação Geral e de Formação Histórica;

6) o **realinhamento do Estágio Não-Obrigatório** com vistas a sua adequação às normas que regulamentam o Estágio Supervisionado nas Instituições de Ensino Superior (IES);

7) a **inserção das atividades curriculares de extensão**;

8) a **formação de grupos de estudos e núcleos de pesquisa** relativos ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental e à economia do setor público.

9) uma **identidade para o curso**, direcionando a formação dos estudantes para áreas específicas, de modo a direcionar os discentes para o mercado de trabalho com foco na economia local e regional.

Foram realizadas as seguintes alterações: 1) Criação de um eixo macro denominado de Desenvolvimento Regional Sustentável e três sub-eixos denominados de Economia e Meio Ambiente; Economia e Políticas Públicas; e Economia, Inovação e Tecnologia; 2) supressão das disciplinas¹ Sociologia; Matemática E; Elaboração e Análise de Projetos; Análise Financeira; Formação Econômica Geral; Formação Econômica do Capitalismo Contemporâneo; Tópicos

¹ Os temas abordados nas referidas disciplinas foram atualizados e inserido em outras disciplinas.

Especiais em Teoria Econômica; 3) criação de novas disciplinas obrigatórias e optativas – Seminário de Introdução ao Curso; Álgebra Linear; Elaboração de Projetos; Análise Econômico-Financeira; Introdução ao Desenvolvimento Regional Sustentável; Teoria dos Jogos; Economia Ecológica; História Econômica do Capitalismo; Economia Solidária; Economia do Turismo; Economia da Saúde; Planejamento e Gestão das Finanças Pessoais; História Afro-brasileira e Indígena; Tópicos Especiais em Microeconomia; Tópicos Especiais em Macroeconomia; Tópicos Especiais em Conjuntura Econômica. 4) disciplinas que eram optativas e passaram a ser obrigatórias – Econometria; Introdução ao Mercado Financeiro e de Capitais; 5) disciplinas que eram obrigatórias e passaram a ser optativas – Economia Marxista II; 6) disciplinas que mudaram de nome – Introdução à Economia E passou a ser Introdução à Economia; Introdução à Metodologia Científica E passou a ser Metodologia da Pesquisa Científica; Instituições de Direito passou ser Direito Público e Privado; Contabilidade e Análise de Balanço passou a ser Contabilidade Empresarial; Métodos Quantitativos em Economia I passou a ser Economia Matemática I; Métodos Quantitativos em Economia II passou a ser Economia Matemática II, Teoria Macroeconômica I passou a ser Macroeconomia I; Teoria Macroeconômica II passou a ser Macroeconomia II; Teoria Macroeconômica III passou a ser Macroeconomia III; Economia Neoclássica I passou a ser Microeconomia I; Teoria Microeconômica passou a ser Microeconomia II; Economia Neoclássica II passou a ser Microeconomia III; Economia Clássica passou a ser Economia Política Clássica; Introdução à Econometria passou a ser Estatística Econômica e Introdução à Econometria; Mercado de Capitais passou a ser Introdução ao Mercado Financeiro e de Capitais; Economia da Tecnologia passou a ser Economia da Tecnologia e Inovação; Empreendedorismo passou a ser Empreendedorismo e Inovação; Microinformática passou a ser Ferramentas da Computação para Economia; 7) disciplinas que reduziram a carga horária – Introdução à Economia passou de 90h para 60h; Metodologia da Pesquisa Científica passou de 60h para 45h e Trabalho de Conclusão de Curso I e II que reduziu de 120h para 60h em cada componente curricular; 8) aumento da quantidade de disciplinas obrigatórias e optativas; 9) atualização das ementas e bibliografias das disciplinas obrigatórias e optativas; 10) inserção de créditos práticos nas disciplinas: Contabilidade Social; Técnicas de Pesquisa em Economia; Elaboração de Projetos; Análise Econômico-Financeira; Introdução à Estatística Econômica; Estatística Econômica e Introdução à Econometria; Econometria; Economia Regional e Urbana; Empreendedorismo e Inovação; Ferramentas da Computação para Economia; 11) reorganização da estrutura curricular; 12) reformulação do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

(TCC) e das Atividades Complementaras; 13) inserção das Atividades Curriculares de Extensão (ACEx); 14) Elaboração do Regulamento das Atividades de Extensão.

Essa reestruturação abarcou também uma nova caracterização do perfil do profissional que se deseja formar, das habilidades e competências e dos mecanismos de avaliação permanente para que se possa efetivar a correção das distorções. Essas alterações visam à melhoria dos indicadores de qualidade do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da UFDPAr.

A carga horária necessária para integralização do Curso de Ciências econômicas, de acordo com este PPC, que entrará em vigor no segundo período letivo de 2023, será de 3.285 horas distribuídas em 2.415 horas em disciplinas obrigatórias, 120 horas em Trabalho de Conclusão de Curso, 300 horas disciplinas optativas, 120 horas atividades complementares e 330 horas em Atividades de Extensão.

A Resolução CNE/CES N. 02, de 18 de junho de 2007, estabelece a carga horária mínima de 3.000 horas para a integralização do curso de Ciências Econômicas, não estabelecendo o limite máximo. Portanto, a extrapolação do limite mínimo não contradiz a referida resolução e se deve, fundamentalmente, a inserção da extensão como componente curricular. Mantivemos, conforme o PPC anterior, o prazo mínimo de quatro anos e meio para a conclusão do curso, bem como o prazo máximo de sete anos.

1.2 Contexto regional e local da UFDPAr

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), criada pela Lei Nº 13.651 publicada em 12 de abril de 2018 no DOU, é uma Instituição de Ensino Superior (IES) que tem como missão formar profissionais, produzir e socializar a conhecimento científico com ética e inovação comprometidos com o desenvolvimento da excelência no ensino, pesquisa e extensão para atuar com qualidade na sociedade e promover transformações sociais, políticas, inclusivas e sustentáveis, constituindo-se como uma instituição estratégica para as questões regionais, nacionais e internacionais. A visão desta instituição é ser referência no ensino, pesquisa e extensão de qualidade, capazes de gerar e transferir conhecimentos que atuem e se integrem aos diferentes contextos sociais, encontrando soluções sustentáveis e inovadoras que contribuam no desenvolvimento local, regional e global. E tem como valores a Ética, Coletividade, Desenvolvimento, Integridade, Respeito, Trabalho em Equipe, Equidade e Ciência (RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 003/2020).

A UFDPAr está localizada no município de Parnaíba – PI, situado na região Nordeste do Brasil, especificamente na Planície Litorânea do estado do Piauí e irradia influência nos municípios do estado do Ceará, a leste, e do Maranhão, a oeste. A condição intervalar entre estes dois estados confere uma importância significativa para a cidade, tanto como centro receptor de grande quantidade de estudantes, na atualidade, como uma centralidade em questões sociohistóricas que remontam ao Império.

A história de Parnaíba tem uma relação íntima com o desenvolvimento econômico e cultural do Piauí. Segundo Rego (2010), numa das versões mais aceitas sobre o processo de ocupação do litoral piauiense, o florescimento da economia parnaibana se deu quando criadores de gado mudaram a via de escoamento das reses, antes terrestre, para a via fluvial, utilizando o curso rio Parnaíba. A existência de um rio navegável que interligava o litoral do Piauí com o interior do Brasil, permitiu a recepção e o escoamento de diversas mercadorias, além da confluência e troca de elementos culturais durante séculos. Esse cenário permitiu que a sociedade parnaibana convivesse, mesmo antes da elevação de Parnaíba à condição de cidade, em 1844, com a circulação de ideias e produtos provenientes dos grandes centros intelectuais e comerciais do Brasil e da Europa. Fato geralmente colocado como importante para demonstrar a centralidade de Parnaíba nessa conjuntura, é a manifestação da elite local em defesa da independência do Brasil, já em 19 de outubro de 1822, portanto, pouco mais de um mês do 7 de setembro de 1822, data oficial da separação, e alguns meses antes da própria capital do estado, Oeiras, que se manifestou favorável a essa nova condição política apenas em janeiro de 1823.

Entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, o forte desenvolvimento econômico da cidade ligado, entre outras coisas, à exportação do charque, do couro, do babaçu e da cera de carnaúba, favoreceram o desenvolvimento de uma sociedade contemporânea às grandes transformações urbanas e culturais que ocorriam no Ocidente. No plano urbanístico, por exemplo, é recorrente na literatura, nas crônicas e na própria imprensa local, notícias sobre as transformações que a cidade viveu na década de 1920, como alargamento e pavimentação de ruas, além da criação ou melhoria de logradouros públicos (LIMA, 2013). Parnaíba, nesta década, já contava com uma ampla rede bancária, de comunicação, de lazer e saúde. Em 1922, correlato a esse crescimento, tem início a construção do prédio que abrigaria a União Caixerai, uma escola que formaria, durante décadas, estudantes interessados em técnicas contábeis e comerciais. Vale ressaltar, inclusive, que outras escolas e iniciativas educacionais surgem e se desenvolvem como desdobramento desse cenário de importantes e intensas transformações vividas na cidade. No início da década seguinte, já em 1933,

Parnaíba era integrada ao circuito artístico e cultural nacional e internacional por três salas de cinema (Cine-teatro Éden, Palace e Apollo), quatro jornais de circulação local (“o sino”, impresso ligado à Igreja Católica, “o popular”, dirigido por A. G. Castro Ribeiro, “o norte”, de R. Primo e “Atheneu”, do grêmio estudantil) e quatro colégios de instrução particular (Colégio N. S. de Lourdes, Colégio de S. Vicente de Paula, Colégio das Irmãs Catarinas e Colégio Epaminondas C. Branco). Havia nove clubes de futebol registrados [...], dois clubes recreativos [...], uma loja maçônica [...], um centro espírita e outro esotérico [...] e uma loja teosófica [...] (LIMA, 2013, p. 24).

Essa condição de cidade integrada às grandes transformações é algo que a conecta ao tempo presente. Ela se revela, por exemplo, na expansão dos cursos universitários no início do século XX, num momento em que ela se destaca como segunda cidade mais importante do estado, com importância capitaneada pelo turismo, agricultura e setor de serviços. É nesse cenário de favorável desenvolvimento econômico que o curso de Ciências Econômicas, criado nos anos 1980, ganha importância e se interliga aos anseios da sociedade.

Para justificar essa importância, a seguir tem-se a descrição dos dados socioeconômico do município de Parnaíba e municípios circunvizinhos e na subseção seguinte o contexto ambiental em que está localizada a UFDPAr, instituição responsável por oferecer o único curso de Ciências Econômicas no Norte do Piauí.

1.2.1 Dados socioeconômicos da região

Os dados socioeconômicos levantados foram a população estimada dos municípios em 2020, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2010 e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* dos municípios de 2018. Todos esses dados foram colhidos do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cidades, no mês de maio de 2021.

Utilizamos os conceitos de Territórios de Desenvolvimento (PIAUI, 2017), Microrregião (CEARÁ, 2020) e Região de Desenvolvimento (MARANHÃO, 2018), sendo selecionados os municípios de dois territórios de desenvolvimento do Piauí, de duas microrregiões do Ceará e de duas regiões de desenvolvimento do Maranhão, utilizando-se do critério de proximidade com município de Parnaíba que abriga nossa IES. Na Tabela 1 consta os dados levantados.

Tabela 1 – População¹, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)², Produto Interno Bruto *per capita*³ (R\$) dos municípios do Piauí, Ceará e Maranhão.

PIAUI			
Municípios da Planície Litorânea	População	IDHM	PIB <i>per capita</i> (R\$)
Parnaíba	153.482	0,687	15.216,39
Bom Princípio do Piauí	5.651	0,532	9.416,30
Buriti dos Lopes	19.807	0,565	8.822,34
Cajueiro da Praia	7.674	0,546	10.776,62

Caraúbas do Piauí	5.890	0,505	8.107,37
Caxingó	5.451	0,488	8.573,35
Cocal	27.845	0,497	7.999,27
Cocal dos Alves	6.168	0,498	7.695,25
Ilha Grande	9.457	0,563	7.744,85
Luís Correia	30.438	0,541	10.137,26
Murici dos Portelas	9.209	0,530	7.391,04
Municípios do Território dos Cocais	População	IDHM	PIB per capita (R\$)
Barras	47.185	0,595	8.412,00
Batalha	26.905	0,545	7.161,96
Brasileira	8.347	0,577	6.752,32
Campo Largo do Piauí	7.311	0,528	6.871,63
Domingos Mourão	4.354	0,550	7.753,37
Esperantina	39.848	0,605	9.472,03
Joaquim Pires	14.376	0,522	6.745,00
Joca Marques	5.466	0,504	7.136,97
Lagoa de São Francisco	6.777	0,529	6.696,92
Luzilândia	25.504	0,545	8.110,41
Madeiro	8.342	0,563	6.466,97
Matias Olímpio	10.958	0,562	7.071,35
Morro do Chapéu do Piauí	6.811	0,550	6.960,06
Milton Brandão	6.608	0,508	7.093,79
Nossa Senhora dos Remédios	8.723	0,533	7.961,44
Pedro II	38.778	0,571	8.296,92
Porto	12.608	0,549	7.246,70
Piracuruca	28.874	0,596	9.793,87
São João do Arraial	8.038	0,523	6.528,93
São João da Fronteira	6.064	0,515	7.816,02
São José do Divino	5.354	0,565	9.198,82
CEARÁ			
Municípios da Microrregião de Camocim e Acaraú	População	IDHM	PIB per capita (R\$)
Acaraú	63.104	0,601	8.932,85
Barroquinha	15.044	0,571	6.662,58
Bela Cruz	32.722	0,623	7.322,64
Camocim	63.907	0,620	9.005,04
Chaval	13.091	0,586	6.202,22
Cruz	24.977	0,632	8.946,00
Granja	54.962	0,559	6.692,40
Martinópolis	11.321	0,599	6.793,18
Jijoca de Jericoacoara	20.087	0,652	17.740,75
Marco	27.595	0,612	11.895,32
Morrinhos	22.685	0,588	6.198,22
Itarema	42.215	0,606	17.804,20
Municípios da Microrregião de Ibiapaba	População	IDHM	PIB per capita (R\$)
Carnaubal	17.685	0,593	6.609,89
Croatá	18.133	0,590	7.696,46
Guaraciaba do Norte	40.784	0,609	11.978,47
Ibiapina	25.082	0,608	11.277,09
São Benedito	48.131	0,611	10.796,05
Tianguá	76.537	0,657	17.463,86
Ubajara	35.047	0,648	16.719,18
Viçosa do Ceará	61.410	0,571	7.202,63
MARANHÃO			
Municípios do Delta do Parnaíba	População	IDHM	PIB per capita (R\$)
Água Doce do Maranhão	12.652	0,500	6.901,51
Araioses	46.771	0,521	5.853,72
Magalhães de Almeida	20.029	0,567	6.274,84

Santana do Maranhão	13.547	0,510	4.903,02
São Bernardo	28.667	0,572	8.975,53
Tutóia	59.398	0,561	7.013,35
Municípios do Baixo Parnaíba Maranhense	População	IDHM	PIB per capita (R\$)
Afonso Cunha	6.578	0,529	7.765,62
Anapurus	15.894	0,581	8.464,04
Belágua	7.528	0,512	6.276,00
Brejo	36.651	0,562	8.082,28
Buriti	28.798	0,548	7.090,84
Chapadinha	80.195	0,604	8.997,04
Mata Roma	16.977	0,570	8.804,63
Milagres do Maranhão	8.483	0,527	6.316,03
São Benedito do Rio Preto	18.717	0,541	6.366,23
Santa Quitéria do Maranhão	25.764	0,555	7.256,54
Urbano Santos	33.459	0,588	5.828,91

Fonte: IBGE Cidades (2021).

¹ População estimada em 2020.

² IDHM de 2010.

³ PIB *per capita* de 2018.

Observa-se que a quantidade de municípios próximos à Parnaíba são 31 no Piauí, 20 no Ceará e 17 no Maranhão. O tamanho da população é bastante variável, sendo alguns municípios mais populosos que outros, bem como o PIB *per capita* também. O IDHM situa-se entre 0,488 e 0,687, ambos em municípios do Piauí – Caxingó e Parnaíba, respectivamente.

1.2.2 Contexto ambiental

O município de Parnaíba compreende uma área de 431 km² e encontra-se inserido na microrregião Litoral Piauiense, limitando-se ao norte: município de Ilha Grande e o oceano Atlântico; ao sul: Buriti dos Lopes e Bom Princípio; a leste: Luís Correia e a oeste: Estado do Maranhão. O clima de acordo com a classificação de Köpper é Megatérmico, com verão chuvoso e inverno quente, e temperatura anual média de 27 °C.

No município, a vegetação é formada pela tensão ecológica entre os biomas Cerrado, Caatinga e sistemas marinhos. Sob influência das características destes ambientes, desenvolvem-se, predominante, florestas de Tabuleiros, restingas, espécies herbáceas que recobrem as dunas, arbustos (rutíceto) próximos ao mangue e campos herbáceos abertos e fechados inundáveis a não inundáveis. Essa vegetação é amplamente explorada pela população local no desenvolvimento de atividades econômicas, dentre as quais se destacam a produção da cera de carnaúba, a gordura de coco, a folha de jaborandi e a castanha de caju.

O território de Parnaíba está cercado de belezas naturais que estão protegidas de forma integrada e participativa por duas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, a Área de

Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba e a Reserva Extrativista (Resex) Marinha Delta do Parnaíba. A APA foi criada em 1996 e possui uma área de extensão de 307.590,51 hectares, abrangendo três estados do Nordeste, Piauí, Maranhão e Ceará, tendo como objetivo proteger os deltas dos rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba, incluindo a fauna, flora e complexo dunar, os remanescentes da mata aluvial e os recursos hídricos, além de melhorar a qualidade de vida das populações residentes, por meio de programas de educação ambiental e orientação e assessoria na exploração das atividades econômicas locais, fomento ao turismo ecológico e a preservação das culturas e tradições locais. Sobreposta a APA, no ano 2000 foi criada a Resex Marinha Delta do Parnaíba, com uma área aproximada de 27.022ha em uma tentativa de conciliar a conservação do ecossistema manguezal e deltaico (rio Parnaíba) com o extrativismo realizado pelas comunidades residentes, principalmente do recurso caranguejo-uçá, bastante apreciado pela população de Parnaíba e seus visitantes.

A cidade é porta de entrada e ponto de apoio dos turistas, pois conta com uma boa estrutura hoteleira e um aeroporto internacional. O aumento da demanda turística pode ser remetido a Rota das Emoções que foi criada com o intuito de desenvolver, fomentar e interligar os destinos turísticos do Ceará, Piauí e Maranhão.

1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFDPAr e do Curso

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) foi desmembrada da Universidade Federal do Piauí (UFPI) por meio da Lei Nº 13.651 de 12 de abril de 2018, com natureza jurídica de autarquia vinculada ao Ministério da Educação, tem como objetivo ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, promover a extensão universitária e concretizar sua inserção regional (BRASIL, 2018). A nova instituição recebeu, por transferência automática, o *campus* Ministro Reis Velloso (CMRV) da UFPI com os cursos de todos os níveis, alunos regularmente matriculados e cargos ocupados e vagos do quadro de pessoal da UFPI.

O *campus* Ministro Reis Velloso (CMRV), automaticamente integrado a UFDPAr, oferece 12 cursos de graduação, na modalidade presencial, distribuídos nas áreas das Ciências Sociais e Aplicadas (Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis e Turismo), Ciências da Educação (Pedagogia), Ciências Exatas e da Natureza (Engenharia de Pesca e Matemática) e Ciências Biológicas e da Saúde (Ciências Biológicas, Ciências Biomédicas, Fisioterapia, Psicologia e Medicina). Oferece também sete programas de pós-graduação: Programas de Pós-Graduação

Stricto Sensu - Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia – PPGBiotec; Programa de Pós-Graduação em Ciências Biomédicas – PPGCBM; Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPsi; Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia – PPGAPM; Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família – PROFSAÚDE. Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*: Especialização em Gestão de Negócios e Empreendedorismo; Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família.

Diante do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a UFDPAr tem o compromisso social de atender às demandas locais e regionais. O ensino de graduação visa à obtenção de qualificação universitária específica, sendo aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e obtido classificação em processo seletivo, seja através de vagas universais ou de vagas reservadas a ações afirmativas. E, o ensino de pós-graduação contempla o nível *stricto sensu* (cursos de mestrado acadêmico, doutorado e mestrado profissional) e o *nível lato sensu* (cursos de especialização) que visam à habilitação ao exercício, em nível avançado, do ensino, da pesquisa e de atividades correlatas, aberto a candidatos que concluíram curso de graduação.

A pesquisa deve ocorrer de forma transversal, permeando toda a Instituição, influenciando positivamente a qualidade do ensino, a formação integral do aluno, a qualificação dos professores, os processos internos de gestão, e o desenvolvimento de soluções aplicadas ao meio produtivo e à sociedade. Deve-se exaltar, no âmbito da Universidade, o desenvolvimento constante e continuado de pesquisa em todas as áreas de atuação, a fim de que seja reconhecida como uma instituição de excelência.

A extensão é composta por atividades que se integram à matriz curricular dos cursos de graduação e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a Universidade e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Tem como objetivo o desenvolvimento mútuo, contribuindo sobremaneira com o processo formativo dos acadêmicos, como a produção e socialização de saberes e tecnologias e a minimização/superação dos diversos segmentos sociais da Planície Litorânea do Piauí e cidades vizinhas, do Ceará e Maranhão, em especial aqueles de maior vulnerabilidade social.

O CMRV está distribuído em dois setores que se subdividem em blocos, numerados de 01 a 17, os quais contemplam: Instalações administrativas, incluindo as Coordenações de Cursos; Centros acadêmicos; Diretório estudantil; Salas de aulas; Laboratórios; Auditório; Salas

de videoconferência; Biblioteca; Escola de aplicação; Empresas juniores; Vestiários; Banheiros; Quadra de esportes; Cursinho pré-vestibular popular; prédio de gabinetes de docente com quatro pavimentos contendo área de convivência e lanchonete e o prédio para o curso de medicina com cinco pavimentos totalmente estruturados com laboratórios, salas de aula, salas de conferência e uma caixa d'água com capacidade para 60 mil litros; além do Restaurante Universitário. Administrativamente, o *campus* é estruturado de acordo com o determinado regimentalmente para os Centros (ou unidades de Ensino), possuindo regimento próprio que detalha os órgãos que o compõem (UFDPAR, 2021).

O curso de graduação em Ciências Econômicas foi criado em 1976, inicialmente, pertencia à UFPI e, a partir de 2018 passou a pertencer à UFDPAr (BRASIL, 2018). A implantação do Curso se deu em 04 de fevereiro de 1976 pelo Ato de Reitoria nº 33/1976 que autorizou o funcionamento do curso de Ciências Econômicas e reconhecido em 1981, através da Portaria Ministerial N.º 085, de 19 de janeiro de 1981 – MEC, publicada no Diário Oficial da União nº 13 de 20 de janeiro de 1981. Na época de sua implantação estava em vigência a Resolução Federal S/N de 08 de fevereiro de 1963, que fixava os conteúdos mínimos dos cursos de Ciências Atuariais, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Em 2007 foi instituída, pela Câmara de Educação Superior, diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Ciências Econômicas, Resolução N° 4, de 13 de julho de 2007, a qual está em vigor.

O curso de bacharelado em Ciências Econômicas foi implantado no Campus Ministro Reis Velloso, vinculado à UFPI, em 1976 com 30 vagas. Posteriormente, o número de vagas foi reduzido para 20 vagas, em 1984, em favor da criação do curso de Pedagogia do Ensino no referido Campus.

Nos anos seguintes observou-se uma grande demanda pelo curso contemplada pelas transferências externas, aumentando o total de alunos nos primeiros anos da década de 1980. Já no período entre 1984/87 notamos um desaquecimento do fluxo de alunos, quer por uma redução de 33% do número de vagas referida acima, como também por uma redução de aproximadamente 50% do número de alunos aprovados no vestibular. Destaca-se que em 1985, as vagas foram preenchidas por alunos transferidos de outras IES's. O desaquecimento apresentou uma tendência crescente, visto que, somente se inscreveram 67 alunos para o vestibular de 1988 e observou-se que os demais inscritos no vestibular se distribuíram no novo curso de Pedagogia do Ensino.

Dos alunos ingressantes, observou-se que no ano de 1987 houve um percentual de 37% de alunos desistentes, 10% de abandono e 10% de transferência para outras IES's. Assim,

somente 43% dos alunos ingressantes concluíram o curso. Constatou-se com isso uma grande evasão de alunos e que seria um grande potencial de alunos que poderiam ter concluído o curso naquela época.

Analisando o comportamento entre alunos ingressantes e vagas oferecidas desde a criação do curso, entre 1976 e 1987, o total de alunos ingressantes foi de 254 alunos, contra 320 vagas oferecidas no período. A diferença corresponde ao número de vagas ociosas. Ao final desse período, foram observados apenas 61 alunos efetivos de um total de 254 alunos ingressantes. Já no ano de 1988 tivemos 120 alunos matriculados, dentre esses, 73 estavam frequentando regularmente o curso, pela contrapartida do crescimento de alunos aprovados no vestibular (11 alunos). Nos anos que se seguiram, se manteve o número de alunos ativos, o que demonstrou que a taxa do fluxo de alunos egressos por transferências, abandono e trancamento, somados aos concludentes, foi compensado por uma taxa de fluxo de alunos ingressantes por vestibular e transferências de outras IES's. Porém, o curso deveria ter em média 115 alunos efetivamente frequentando, ou equivalente a 42% do contingente de alunos, pelo diagnóstico sobre existência de vagas ociosas realizado pela Coordenação de Curso da época. Observa-se que nessa primeira década de funcionamento do Curso deveríamos ter o dobro de alunos.

Naquela época, a maioria dos alunos eram residentes em Parnaíba (PI), outros moravam em cidades vizinhas como Buriti dos Lopes. Hoje, a realidade é totalmente inversa. Com a nova modalidade de ingresso pelo SiSU, em torno de 25% são procedentes de Parnaíba. Além disso, ocorreu um crescimento expressivo do número de alunos matriculados. No primeiro semestre de 2022 o Curso possuía 237 alunos ativos, sendo ofertadas 50 vagas anuais, de forma integral. No entanto, este número de alunos ativos ainda é abaixo do que se espera, visto que esse quantitativo está influenciado pelo retorno ainda não compatível do ensino presencial pós pandemia da COVID-19.

O crescimento com qualidade do curso de Ciências Econômicas sempre foi uma busca dos órgãos de natureza técnico-pedagógica, como Coordenação de Curso e demais esferas institucionais. Porém, dentre as dificuldades tinha-se a dependência total da UFPI, em Teresina (PI), como processamento das matrículas, diários de classes, aquisição de livros, e recursos tecnológicos, além de deferimentos de processos para realização de eventos de extensão e pesquisa. A carência de professores também foi outra dificuldade apontada na época. O corpo docente inicial foi formado por professores fundadores e contratados sem realização de concurso público. No início da década dos anos 90, tinha-se 08 professores, sendo 06 na área e apenas 03 ingressaram mediante concurso público. A maioria tinha como regime de trabalho

Tempo Integral e apenas 01 tinha Dedicção Exclusiva. Não havia professores com titulação de mestre nem doutor. Apenas em 1994 tivemos a primeira professora, Vera Beatriz M. Bacelar, a obter o título de Mestre. Desde então, através de Relatórios/Diagnósticos sobre a carência de professores, foram realizados diversos processos seletivos para professores substitutos. Desde o primeiro semestre de 2022, o curso conta com 13 professores efetivos, sendo 77% doutores.

A primeira reestruturação do currículo do curso de Ciências Econômicas ocorreu em 1985, com revisão dos pré-requisitos e ementários que aconteceu junto com o curso de Ciências Econômicas do Campus Ininga (atual Ministro Petrônio Portella) da UFPI, conforme Parecer nº 375/84 do Conselho Federal de Ensino. Na ocasião, o curso contava com 07 professores na área para atender 02 currículos. A dificuldade para atender o aumento da oferta de disciplinas foi sentido naquela época, alguns professores com Regime Parcial (TP), ministravam uma carga horária acima do seu regime de trabalho, 18 horas semanais. A oferta de disciplinas e, portanto, a carga horária dos professores, foi aliviada em 1992, com a unificação curricular. A segunda reformulação já nos moldes de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) mais atual foi em 2012, quando o curso passou a ter funcionamento integral e com 50 vagas. O PPC foi aprovado pela Resolução CEPEX-UFPI Nº 036/2012.

Quanto às atividades de Extensão e Pesquisa, no início de implantação do curso, eram ainda incipientes. Como foi citado, o curso não possuía professores com titulação suficiente para obtenção de bolsas, a maioria era de Iniciação Científica de edital do CNPq, sendo que não havia programas de fomento nessas áreas de atividade. A carga horária didática dos professores foi destinada prioritariamente para o ensino (Ato da Reitoria nº 335/88), devido as determinações previstas nos Decretos 95.682/88 e 95683/88 do Ministério da Educação, reduzindo em 50% as pretensões da UFPI/Campus Ministro Reis Velloso de novas contratações. O afastamento de professores para qualificação docente significava colapso no curso.

O Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da UFDPAr que tem como principal forma de ingresso o SiSU, e ainda pode receber anualmente solicitações de preenchimento de vagas, para Portador de Curso Superior e Reingresso, conforme Edital lançado pela UFDPAr, também pode receber por transferência voluntária e transferência *ex officio*. O curso oferta, anualmente, 50 vagas no primeiro semestre para turno integral, a ser integralizado em nove (09) períodos.

O Curso concorre com outros que estão situados a um raio de 243,8 km (Sobral, CE), 333,3 km (Teresina, PI) e a 436,3 km (São Luís, MA), atendendo a demanda local e regional – cidades vizinhas de Parnaíba, PI, na Tabela 2 consta o total de discentes ativos por estados e

idades.

Tabela 2 – Quantitativo de discentes por estados e cidades registrados em 2021¹.

Estado	Cidades	Quant. Discentes
Piauí	Parnaíba	86
	Teresina	27
	Luís Correia	03
	Buriti dos Lopes	03
	Esperantina	02
	Outras	09
Ceará	Camocim	09
	Chaval	05
	Viçosa do Ceará	04
	Fortaleza	04
	Ibiapina	02
	Outras	10
Maranhão	Araióses	05
	São Luís	02
	Tutóia	01
	Paulino Neves	01
	São Bernardo	01
	Barreirinhas	01
	Outras	04
Outros Estados		08
Total de discentes ativos		187

Fonte: SIGAA (2021).

¹ Levantamento feito no dia 11 fevereiro.

Considerando o total de vagas ofertadas e o período de integralização, o Curso tem capacidade de acomodar 250 discentes, ingressando e saindo regularmente, a cada ano, 50 discentes. Entretanto, isso não acontece regularmente, havendo, no momento do levantamento², 25,2% de vagas ociosas. Isso pode ser explicado pelo não preenchimento das vagas para ingressantes e evasão discente.

O Curso articula o ensino com a pesquisa e a extensão, considerando a transversalidade do conhecimento e a interação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, com o objetivo de melhor qualificar os discentes e docentes do curso, desenvolver soluções ao meio produtivo e à sociedade, promover a produção e socialização dos saberes e das tecnologias para a superação/minimização das desigualdades entre diversos segmentos sociais, econômicos e ambientais da Planície Litorânea e de cidades vizinhas e, contribuir para que a UFDPAr seja reconhecida como uma instituição de excelência na transformação socioeconômica local e regional.

² Levantamento feito em 11 de fevereiro de 2021. Ressalta-se que nesse ano de 2021 o curso receberá ingressantes, o que irá aumentar a quantidade de discentes ativos no Curso no referido ano. Teoricamente, com a formação de 21 discentes no primeiro semestre e a entrada de 50 ingressantes, o curso passará a ter 216 discentes ativos, reduzindo a ociosidade para 13,6%.

Além dos componentes curriculares, os discentes podem contar com a existência do Programa de Monitoria, o desenvolvimento de projetos de pesquisa e projetos de extensão pelos docentes do Curso, ações de extensão, o Programa de Educação Tutorial (PET) em conjunto com os Cursos de Turismo e Engenharia de Pesca e as Ligas Acadêmicas.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso

O currículo do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Campus Ministro Reis Velloso, é norteado pela racionalidade pedagógica prático-reflexiva na perspectiva crítica, que deverá assumir a reflexão na ação como elemento norteador da construção de competências profissionais, através da constituição de saberes específicos das necessidades socioambientais, econômicas e financeiras da sociedade.

Desta forma, no desenvolvimento curricular do curso de Ciências Econômicas são considerados os seguintes princípios:

I – Concepção e desenvolvimento do ser humano

Levando em consideração os pressupostos axiológico éticos, a dimensão sociopolítica, a dimensão sociocultural, a dimensão técnico-científica e técnico-profissional.

II – Observância à ética e respeito à dignidade do ser humano e ao meio ambiente

A ética é norteadora de toda a ação institucional, em todas as suas relações internas e externas com a sociedade. E, em especial, daquelas relativas aos processos de ensino e aprendizagem, à condução de pesquisas e à produção e socialização do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade.

O princípio da dignidade do ser humano deve ser respeitado por toda a comunidade acadêmica e a formação profissional deve atender às necessidades sociais com respeito à garantia das necessidades vitais de cada indivíduo. A dignidade do ser humano inclui a afirmação positiva do pleno desenvolvimento da personalidade do indivíduo a qual pressupõe o reconhecimento da autodisponibilidade, sem interferências ou impedimentos externos, das possíveis atuações de cada ser humano; e a autodeterminação que surge da livre projeção histórica da razão humana.

O respeito ao meio ambiente é dever de toda a comunidade acadêmica, é um compromisso com o futuro de nosso planeta. A educação e a valorização do meio ambiente fazem parte da formação acadêmica, bem como o reconhecimento da dependência da sociedade dos recursos naturais.

III – Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

Este princípio integra a articulação entre teoria e prática, demonstrando que o ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação como processo de formação para que se possam compreender fenômenos,

relações e movimentos de diferentes realidades e, se necessário, transformar tais realidades. Implica que o aluno deve desenvolver, desde o início do curso atividades educacionais que envolvam a comunidade ao seu redor.

As formas de participação nas atividades de pesquisa e extensão ocorre por meio de programas, projetos e ações, normalmente vinculados a editais que oferecem bolsas aos alunos ou estes podem atuar de forma voluntária. A efetiva participação do estudante se concretiza na execução de um plano de trabalho sob a orientação de um docente com duração de um ano.

A flexibilização dar-se-á ao longo das atividades curriculares de extensão. Para isso, serão consideradas, além dos programas e projetos de extensão, as ações de extensão realizadas sob coordenação de docente, vinculadas ao conteúdo das disciplinas e/ou objetos da pesquisa.

IV – Interdisciplinaridade, transversalidade e multirreferencialidade

Este princípio demonstra que a integração disciplinar possibilita análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re)criação do conhecimento. Implica que as disciplinas são estudadas de forma integrada e que as competências e habilidades relativas às diferentes dimensões do estudo da ciência econômica sejam abordadas de forma articulada. Assim, o currículo é organizado de forma que as disciplinas fossem relacionadas em áreas de projetos de estudo, pesquisa e ação, como forma de constituir nos alunos a capacidade de analisar, explicar, prever e intervir. Cada disciplina deverá contribuir para a constituição de diferentes capacidades por meio da complementaridade entre as disciplinas, a fim de facilitar aos alunos um desenvolvimento intelectual, social e efetivo mais completo e integrado.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). A transversalidade possibilita a apropriação da cultura interdisciplinar, pois com ela se tem uma visão mais ampla do conhecimento.

Os objetivos e conteúdos dos temas transversais, quando pertinentes, devem estar inseridos em diferentes cenários de atividades. A transversalidade e a interdisciplinaridade têm como eixo educativo a proposta de uma educação comprometida com a cidadania, conforme defendem os Parâmetros Curriculares.

A multirreferencialidade é uma metodologia que reconhece que a pesquisa é o lócus da produção de conhecimento com apropriação do que é interno e externo ao indivíduo,

considerando e respeitando a pluralidade de conhecimentos. Por este princípio, o aprender está intimamente relacionado com o produzir conhecimento.

V – Uso de tecnologias de comunicação e informação

Integração entre educação, comunicação, tecnologias e construção de conhecimento. Incluem discussões sobre as mídias, representações, linguagens e estratégias colaborativas de elaboração da aprendizagem no ensino superior.

VI – Avaliação

Inclusão de experiências sistematizadas de registro e acompanhamento dos discentes que abrangem um conjunto de princípios, comportamentos e técnicas humanizadas de avaliação do processo de aprendizagem que ultrapassam a concepção quantitativa e classificatória.

VII – Articulação entre teoria e prática

Todo conteúdo curricular do curso deve fundamentar-se na articulação teórico-prática, que representa a etapa essencial do processo ensino-aprendizagem. Adotando este princípio, a prática estará presente em todas as disciplinas do curso, permitindo o desenvolvimento de habilidades para lidar com o conhecimento de maneira crítica e criativa. Integrar organicamente teoria e prática significa propor a vivência de situações reais, inserindo o estudante no mundo do trabalho. Implica também vivenciar situações simuladas, que permitem o aprendizado de competências que serão úteis ao pleno desenvolvimento dos futuros profissionais.

VIII – Flexibilização curricular

Este princípio curricular pressupõe uma liberdade maior para o estudante articular suas escolhas e construir sua identidade, valorizando a vivência universitária.

A flexibilização se propõe a desenvolver a transmissão de conteúdo, desenvolver habilidades específicas e gerais, extrapolando áreas específicas de saber e adequar o currículo à evolução acelerada do conhecimento e das práticas profissionais, sobretudo atentando para o fato de que se trata de uma relação temporalmente delimitada entre o aluno e a universidade.

A flexibilização inclui disciplinas eletivas, inclusão de atividades complementares e atividades curriculares de extensão orientadas para o eixo Economia e Meio Ambiente, Economia e Políticas Públicas e Economia, Inovação e Tecnologia, permite maior fluidez e dinamização na vida acadêmica.

2.2 Objetivos do curso

O Curso tem como objetivo geral formar profissionais de economia com uma sólida formação teórica, histórica e instrumental, com senso ético de responsabilidade social e ambiental, a fim de que possa compreender e atuar nas diversas áreas das ciências econômicas.

Os objetivos específicos são:

- Formar profissionais de economia para exercer atividades econômicas e financeiras, por meio do planejamento, implantação, consultoria, assessoria, supervisão ou assistência em empreendimentos públicos, privados ou mistos.
- Preparar profissionais capazes de elaborar projetos, estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres, perícias econômico-financeiras em âmbito local, regional e nacional.
- Capacitar profissionais para contribuir com o desenvolvimento científico e teórico na área de economia podendo atuar no ensino, pesquisa e extensão.
- Habilitar profissionais capazes de formular, implementar e avaliar políticas públicas que promovam o desenvolvimento socioeconômico e ambiental no âmbito local e regional.
- Formar profissionais capazes de inovar no âmbito organizacional, tecnológico, no processo produtivo, sociocultural e ambiental com ética, inclusão e respeito aos direitos humanos.
- Formar profissionais com perfil investigativo, de pesquisador acerca das questões econômicas com visão histórica da realidade local, regional, nacional e internacional, com posicionamento reflexivo e crítico.

2.3 Perfil do egresso

O Curso de Ciências Econômicas do Campus Universitário Ministro Reis Velloso, preocupa-se com a formação de profissionais capacitados e aptos a compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, revelando assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como sólida consciência social, indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas, na sociedade brasileira e no conjunto das funções econômicas mundiais.

Além disso, o bacharel em Ciências Econômicas formado pela Universidade Federal do

Delta do Parnaíba deve apresentar um perfil centrado na sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática, peculiares ao curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial.

Nesse sentido, ele deve estar afeito ao uso de raciocínio lógico, crítico e analítico para solução de problemas e à elaboração de planejamento que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários e à articulação, motivação e liderança de equipes multidisciplinares para a captação de dados, geração e disseminação de informações econômicas.

Ressalta-se que os egressos do curso de Ciências Econômicas da UFDPAr devem estar aptos a compreender a complexidade subjacente ao Estado do Piauí e à região Nordeste, como suas peculiaridades econômicas, políticas, sociais e ambientais, com senso de ética, inclusão e respeito aos direitos humanos.

2.4 Competências e Habilidades

O profissional de Economia formado na UFDPAr, Campus Ministro Reis Velloso, é capacitado a exercer atividades econômicas e financeiras, por meio do planejamento, implantação, orientação, supervisão ou assistência em empreendimentos público, privados ou mistos; orientar ou resolver às questões da economia nacional ou das economias locais e regionais através de políticas monetárias, fiscal, comercial, social, ambiental e de inovação, tanto na órbita pública, quanto na iniciativa privada; elaborar estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres, perícias sobre assuntos compreendidos no seu campo profissional.

O profissional de economia, em consonância com a Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2007, da Câmara de Educação Superior, deve revelar as seguintes competências e habilidades: desenvolver raciocínios logicamente consistentes; ler e compreender textos econômicos; elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica; utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentais da ciência econômica; utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas; utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos socioeconômicos; e diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas.

Devem possuir também aptidão técnica, humanística e ética voltadas à análise dos problemas regionais e locais, tendo o ser humano e o bem-estar social como pontos centrais de sua atuação.

2.5 Perfil do corpo docente

O curso conta atualmente com 13 docentes lotados na Coordenação do Curso de Ciências Econômicas da UFDPAr com titulação e regime de trabalho discriminados no Quadro 01.

Quadro 01 – Relação dos Docentes, Titulação e Regime de Trabalho.

Docente	Titulação	Regime de Trabalho
Carolina Silva Ribeiro	Graduação em Ciências Econômicas, Mestre e Doutor em Economia	DE/Efetivo Ingresso: 18/10/2022 SIAPE: 1234648
Diego Silveira Pacheco de Oliveira	Graduação em Ciências Econômicas, Mestre e Doutor em Economia	DE/Efetivo Ingresso: 11/07/2022 SIAPE: 1321522
Fábio Júnior Clemente Gama	Graduação em Ciências Econômicas, Mestre e Doutor em Economia	DE/Efetivo Ingresso: 11/07/2022 SIAPE: 3299812
Frederico Osanan Amorim Lima	Graduação em História, Mestre em História do Brasil e Doutor em História Social	DE/Efetivo Ingresso: 12/01/2010 SIAPE: 2574855
Hana Rosa Borges de Oliveira	Graduação em Ciências Econômicas, Mestre e Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente	DE/Efetivo Ingresso: 01/08/2013 SIAPE: 2046527
José Natanael Fontenele de Carvalho	Graduação em Ciências Econômicas, Mestre e Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente	DE/Efetivo Ingresso: 29/09/2009 SIAPE: 1729791
Leonardo Rodrigues Porto	Graduação em Ciências Econômicas, Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Econômico	40h/Substituto Ingresso: 20/04/2021 SIAPE: 1725579
Maria de Fátima Vieira Crespo	Graduação em Ciências Econômicas, Mestre e Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente	DE/Efetivo Ingresso: 02/01/2013 SIAPE: 2582132
Maria de Jesus Gomes de Lima	Graduação em Ciências Econômicas, Mestre em Economia rural e Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente	40h/Substituto Ingresso: 14/09/2021 SIAPE: 3613612
Maria Helena Cortez de Melo Pires	Graduação em Ciências Econômicas, Mestre em Educação e Doutora em Antropologia social	DE/Efetivo Ingresso: 02/01/1995 SIAPE: 1167880
Moacyr Ferraz do Lago	Graduação em Ciências Econômicas, Mestre em Economia	DE/Efetivo Ingresso: 22/01/2010 SIAPE: 1752099
Osmar Gomes de Alencar Júnior	Graduação em Ciências Econômicas, Mestre e Doutor em Políticas Públicas	DE/Efetivo Ingresso: 22/01/2010 SIAPE: 1752268
Tiago Sayão Rosa	Graduação em Ciências Econômicas, Mestre e Doutor em Ciências Econômicas	DE/Efetivo Ingresso: 11/07/2022 SIAPE: 1920720
Vera Beatriz Martins Bacelar	Graduação em Ciências Econômicas, Mestre em Economia Rural	DE/Efetivo Ingresso: 01/03/1981 SIAPE: 1167437
Vera Lúcia dos Santos Costa	Graduação em Ciências Econômicas, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente	DE/Efetivo Ingresso: 26/10/2016 SIAPE: 1059581

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e organização curricular

A estrutura curricular do curso de Ciências Econômicas da UFDPAr é fundamentada no regime de crédito, organizado em nove semestres e composto pelos componentes: Disciplinas Obrigatórias, inclusive TCC, (2.535 horas) e Optativas (300 horas) distribuídas em períodos, Atividades Complementares (120 horas) e Atividades Curriculares de Extensão (330 horas), totalizando 3.285 horas. Entende-se que o regime de crédito estabelece que cada crédito equivale a quinze horas.

Para fins de complemento, aprofundamento ou atualização de conhecimentos que proporcionarão mais qualidade na formação inicial, o aluno regular do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da UFDPAr poderá cursar, como eletivas, disciplinas de Graduação que não pertençam à estrutura curricular de seu curso e que sejam ofertadas por outro curso desta instituição ou por outras instituições de educação superior.

Na Tabela 3 pode-se ver os componentes curriculares e o percentual da carga horária.

Tabela 3 – Componentes Curriculares e Carga Horária

Componente Curriculares	Total de horas	CRÉDITOS¹
Disciplinas obrigatórias	2.415	161
Disciplinas optativas	300	20
Trabalho de Conclusão de Curso	120	8
Atividades Complementares	120	-
Atividades Curriculares de Extensão	330	-
Total	3.285	189

¹ Cada crédito equivale a 15 horas.

A matriz curricular apresenta 44 (quarenta e quatro) disciplinas obrigatórias e 23 (vinte e três) disciplinas optativas, sendo que o aluno deve cursar no mínimo 300 horas destas, obrigatoriamente, tendo liberdade de escolha e respeitados os pré-requisitos do período, o que diversifica os itinerários formativos e agrega qualidade à formação. Essas disciplinas, obrigatórias e optativas, são consideradas pelo NDE essenciais à formação do perfil profissional bem como necessárias ao desenvolvimento de atividades inerentes a outros conteúdos. As disciplinas podem ser ministradas até o máximo de 20% (vinte por cento) da carga horária por meio de atividades à distância (Resolução 177/2012 CEPEX/UFPI).

Deve-se acrescentar que a distribuição dos conteúdos curriculares obedece ao que estabelece a Diretriz Curricular Nacional do Curso de Graduação em Ciências Econômicas - Bacharelado, Resolução CNE/CES N. 4/2007, que estabelece um percentual mínimo de 50% para

os conteúdos de Formação Geral, de Formação Teórico-Quantitativa, de Formação Histórica e Trabalho de Curso. No Quadro 02, tem-se o percentual dos conteúdos estabelecido pela Resolução e o percentual desses conteúdos no curso.

Quadro 02 – Conteúdos, percentual (%) estabelecido pela Resolução CNE/CES N. 4/2007 e percentual (%) no curso de carga horária (CH) de componentes obrigatórias e optativas

Conteúdos	Percentual (%) estabelecido pela Resolução CNE/CES N.4/2007	Percentual (%) no curso de CH dos componentes obrigatórios	Percentual (%) no curso de CH de componentes optativos
Formação geral	10,0	11,85	10,09
Formação Teórico-Quantitativa	20,0	43,43	20,61
Formação Histórica	10,0	10,54	1,75
Formação Teórico-Prática	10,0	11,80	1,75
Total dos conteúdos de Formação	50,0	77,62	34,2
Atividade Complementar	-	3,65	-
Atividade de Extensão	-	10,04	-

Cabe ressaltar que os discentes devem cursar no mínimo 300 horas do total das disciplinas optativas, sendo livre a escolha do(s) grupo(s) de formação.

A integralização da carga horária do curso dar-se-á em um período de tempo mínimo de 4 (quatro) anos e meio, sendo o tempo máximo para integralização de 7 (sete) anos, que correspondem ao acréscimo de 50% ao tempo mínimo, conforme orientação dada pelo Parecer CNE/CES Nº 8/2007.

3.1.1 Componentes Curriculares: Disciplinas obrigatórias

Os componentes curriculares obrigatórios são constituídos por disciplinas, conforme descritos no Quadro 03. A inserção das disciplinas optativas pressupõe que o aluno cursará 5 (cinco) disciplinas de 60 horas, contudo o aluno é livre para cursar mais disciplinas e com carga horária diferente, desde que contabilize no mínimo 300 horas em disciplinas optativas.

Quadro 03 – Componentes curriculares obrigatório por período, número de créditos, carga horária e pré-requisitos

COMPONENTES CURRICULARES		CRÉDITO	CARGA HORÁRIA (H)	PRÉ-REQUISITOS
CÓDIGO	DISCIPLINA			
1º PERÍODO				
	Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	-
	Introdução à Economia	4.0.0	60	-
	Introdução às Ciências Sociais	4.0.0	60	-
	Direito Público e Privado	4.0.0	60	-
	Metodologia da Pesquisa Científica	3.0.0	45	-
	Álgebra Linear	4.0.0	60	-
	Contabilidade Empresarial	4.0.0	60	-
TOTAL		24.0.0	360	
2º PERÍODO				
	Ética e Legislação Profissional	2.0.0	30	-
	História Econômica do Capitalismo	4.0.0	60	-- Introdução à Economia
	Economia Matemática I	3.1.0	60	-- Álgebra Linear
	Ciência Política	4.0.0	60	-- Intr. Às Ciências Sociais
	Economia Política Clássica	4.0.0	60	-- Intr. Às Ciências Sociais
	Contabilidade Social	2.2.0	60	-- Introdução à Economia; -- Contabilidade Empresarial
TOTAL		19.3.0	330	
3º PERÍODO				
	Formação Econômica do Brasil I	4.0.0	60	-- História Econ. Do Capitalismo
	Economia Matemática II	3.1.0	60	-- Economia Matemática I
	Economia Marxista I	4.0.0	60	-- Economia Política Clássica
	Microeconomia I	4.0.0	60	-- Introdução à Economia -- Economia Matemática I
	Macroeconomia I	4.0.0	60	-- Contabilidade Social -- Álgebra Linear
TOTAL		19.1.0	300	
4º PERÍODO				
	Formação Econômica do Brasil II	4.0.0	60	-- Form. Econ. Do Brasil I
	Introdução à Estatística Econômica	3.1.0	60	-- Álgebra Linear
	Macroeconomia II	4.0.0	60	-- Macroeconomia I
	Microeconomia II	4.0.0	60	-- Microeconomia I
	História do Pensamento Econômico	4.0.0	60	-- Introdução à Economia
	OPTATIVA	4.0.0	60	-
TOTAL		23.1.0	360	
5º PERÍODO				
	Estatística Econômica e Introdução à Econometria	3.1.0	60	-- Int. a Estatística Econômica
	Estado e Classes Sociais no Brasil	4.0.0	60	-- Form. Econ. Do Brasil II
	Macroeconomia III	4.0.0	60	-- Macroeconomia II
	Microeconomia III	4.0.0	60	-- Microeconomia II
	Economia Internacional I	4.0.0	60	-- Economia Política Clássica
	Técnicas de Pesquisa em Economia	2.2.0	60	-- Metodologia da Pesquisa Científica; -- Int. à Estatística Econômica
TOTAL		21.3.0	360	
6º PERÍODO				
	Economia do Setor Público	4.0.0	60	-- Estado e Classes S. Brasil
	Economia Internacional II	4.0.0	60	-- Economia Internacional I
	Economia Brasileira	4.0.0	60	-- Form. Econ. Do Brasil II

	Contemporânea			
	Economia Industrial	4.0.0	60	-- Microeconomia II
	Econometria	3.1.0	60	-- Estatística Econ. E Introdução à Econometria
	Desenvolvimento Socioeconômico	4.0.0	60	-- Microeconomia I
	TOTAL	23.1.0	360	
7º PERÍODO				
	Economia Monetária	4.0.0	60	-- Macroeconomia I
	Elaboração de Projetos	3.1.0	60	-- Microeconomia II
	Introdução ao Desenvolvimento Regional Sustentável	3.0.0	45	-- Desen. Socioeconômico
	Economia do Meio Ambiente	4.0.0	60	-- Desen. Socioeconômico
	Política e Planejamento Econômico	4.0.0	60	-- Economia do Setor Público
	OPTATIVA	4.0.0	60	-
	TOTAL	22.1.0	345	
8º PERÍODO				
	Análise Econômico-Financeira	3.1.0	60	-- Elaboração de Projetos
	Introdução ao Mercado Financeiro e de Capitais	4.0.0	60	-- Economia Monetária
	Trabalho de Conclusão de Curso I	0.4.0	60	-- Téc. De Pesq. Em Economia; -- Econometria
	OPTATIVA	4.0.0	60	-
	TOTAL	11.5.0	240	
9º PERÍODO				
	Trabalho de Conclusão de Curso II	0.4.0	60	-- Trab. De Conc. De Curso I
	OPTATIVA	4.0.0	60	-
	OPTATIVA	4.0.0	60	-
	TOTAL	8.4.0	180	-
	TOTAL DO CURSO	170.19.0	2.835	

3.1.2 Componentes Curriculares: Disciplinas Optativas

Os componentes curriculares optativos são constituídos também por disciplinas, conforme descritos no Quadro 04.

Quadro 04 – Componentes curriculares optativos por período, número de créditos, carga horária e pré-requisitos.

COMPONENTES CURRICULARES		CRÉDITO	CARGA HORÁRIA (H)	PRÉ-REQUISITOS
CÓDIGO	DISCIPLINA			
A PARTIR DO 1º PERÍODO				
	Libras	4.0.0	60	-
	Inglês Instrumental	4.0.0	60	-
	História Afro-Brasileira e Indígena	4.0.0	60	-
	Relações Étnico-raciais, Gênero e Diversidade	4.0.0	60	-
	Ferramentas da Computação para Economia	1.2.0	45	-
	Introdução à Filosofia	4.0.0	60	-
A PARTIR DO 2º PERÍODO				
	Planejamento e Gestão das Finanças	4.0.0	60	-- Contabilidade Empresarial

	Pessoais			
A PARTIR DO 3º PERÍODO				
	Economia Solidária	4.0.0	60	-- História Econômica do Capitalismo
A PARTIR DO 4º PERÍODO				
	Economia Marxista II	4.0.0	60	-- Economia Marxista I
	Economia Piauiense	4.0.0	60	-- Form. Econ. do Brasil I
	Economia do Trabalho	4.0.0	60	-- Macroeconomia I
A PARTIR DO 5º PERÍODO				
	Economia do Turismo	4.0.0	60	-- Microeconomia II; -- Contabilidade Social
	Economia de Empresas	4.0.0	60	-- Microeconomia II; -- Contabilidade Empresarial
	Economia da Tecnologia e Inovação	4.0.0	60	-- Microeconomia II
	Teoria dos Jogos	3.0.0	45	-- Microeconomia II
A PARTIR DO 7º PERÍODO				
	Economia Ecológica	4.0.0	60	-- Desenvolvimento Socioeconômico
	Economia Regional e Urbana	3.1.0	60	-- Desenvolvimento Socioeconômico
	Economia Rural	4.0.0	60	-- Economia Brasileira Contemporânea
	Economia da Saúde	4.0.0	60	-- Economia do Setor Público
	Empreendedorismo e Inovação	3.1.0	60	-- Desenvolvimento Socioeconômico
A PARTIR DO 8º PERÍODO				
	Tópicos Especiais em Microeconomia	4.0.0	60	-- Economia do Meio Ambiente
	Tópicos Especiais em Macroeconomia	4.0.0	60	-- Economia do Meio Ambiente
	Tópicos Especiais em Conjuntura Econômica	2.0	30	-- Política e Planejamento Econômico

3.2 Fluxograma

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	9º Período
Introdução à Economia 60h 4.0.0	História Econômica do Capitalismo 60h 4.0.0	Formação Econômica do Brasil I 60h 4.0.0	Formação Econômica do Brasil II 60h 4.0.0	Estado e Classes Sociais no Brasil 60h 4.0.0	Economia do Setor Público 60h 4.0.0	Política e Planejamento Econômico 60h 4.0.0	OPTATIVA 60h 4.0.0	OPTATIVA 60h 4.0.0
Introdução às Ciências Sociais 60h 4.0.0	Ciência Política 60h 4.0.0	Microeconomia I 60h 4.0.0	Microeconomia II 60h 4.0.0	Microeconomia III 60h 4.0.0	Economia Brasileira Contemporânea 60h 4.0.0	Elaboração de Projetos 60h 3.1.0	Análise Econômico-Financeira 60h 3.1.0	Trabalho de Conclusão de Curso II 60h 0.4.0
Metodologia da Pesquisa Científica 45h 3.0.0	Economia Política Clássica 60h 4.0.0	Economia Marxista I 60h 4.0.0	História do Pensamento Econômico 60h 4.0.0	Economia Internacional I 60h 4.0.0	Economia Internacional II 60h 4.0.0	Economia Monetária 60h 4.0.0	Introdução ao Mercado Financeiro e de Capitais 60h 4.0.0	OPTATIVA 60h 4.0.0
Contabilidade Empresarial 60h 4.0.0	Contabilidade Social 60h 2.2.0	Macroeconomia I 60h 4.0.0	Macroeconomia II 60h 4.0.0	Macroeconomia III 60h 4.0.0	Economia Industrial 60h 4.0.0	Economia do Meio Ambiente 60h 4.0.0	Trabalho de Conclusão de Curso I 60h 0.4.0	
Álgebra linear 60h 4.0.0	Economia Matemática I 60h 3.1.0	Economia Matemática II 60h 3.1.0	Introdução à Estatística Econômica 60h 3.1.0	Estatística Econômica e Introdução à Econometria 60h 3.1.0	Econometria 60h 3.1.0	Introdução ao Desenvolvimento Regional Sustentável 45h 3.0.0		
Seminário de Introdução ao Curso 15h 1.0.0	Ética e Legislação Profissional 30h 2.0.0		OPTATIVA 60h 4.0.0	Técnicas de Pesquisa em Economia 60h 2.2.0	Desenvolvimento Socioeconômico 60h 4.0.0	OPTATIVA 60h 4.0.0		
Direito Público e Privado 60h 4.0.0								

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias:	2.415	161
Disciplinas Optativas	300	20
Trabalho de Conclusão de Curso:	120	8
TOTAL:	2.835	189

3.3 Estágio Não-Obrigatório, Atividades Complementares, Atividades Curriculares de Extensão (ACEx) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

3.3.1 Estágio Não Obrigatório

O estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, visando à preparação para o trabalho produtivo dos discentes que estejam regularmente matriculados (BRASIL, 2008). É classificado em obrigatório e não obrigatório. Este é desenvolvido como uma atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso.

Conforme preconiza Resolução N. 04/2007 da CNE/CES, a atividade de Estágio não é obrigatória para compor o currículo dos cursos de Ciências Econômicas. Portanto, o Curso de Ciências Econômicas da UFDPAr não propõe a obrigatoriedade do Estágio como um componente curricular, mas como uma atividade opcional em que os discentes podem aproveitar a carga horária no componente Atividades Complementares.

O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente (BRASIL, 2008). Este estágio terá o tempo máximo de dois anos e não cria vínculo empregatício de qualquer natureza (CEPEX, 2009).

Os estágios ocorrerão em empresas públicas e privadas que sejam conveniadas com a UFDPAr e UFPI, enquanto esta for tutora, sendo o estágio celebrado por meio de um Termo de Compromisso com validade de seis meses, podendo ser renovado após o seu término até completar dois anos. Além dos convênios, a UFDPAr e as instituições concedentes de estágios podem recorrer a agentes integradores de estágios mediante convênios assinados com estes. (CEPEX, 2009).

A jornada de atividade em estágio deve ser compatível com as atividades acadêmicas e não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. O estagiário deverá compulsoriamente receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordado entre as partes, bem como o auxílio-transporte (BRASIL, 2008).

Para a realização do Estágio Não Obrigatório deve ser observada a Lei N. 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e a Resolução N. 26 de 2006 do

CEPEX/UFPI ou Resolução da UFDPAr, quando passar a vigorar, que regulamenta os Estágios Não-Obrigatórios da UFDPAr.

O estagiário do curso de Ciências Econômicas da UFDPAr deverá desempenhar funções voltadas para a área de economia, dentre as atividades listadas pelo Decreto Nº 31.794, de 17 de novembro de 1952 (BRASIL, 1952).

Os convênios são firmados entre a IES e os/as concedentes de estágio ou intermediados por Agentes de Integração quando estes forem também conveniados à IES para a prestação desse serviço, como por exemplo, o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) e Capacitação, Inserção e Desenvolvimento (CIDE), e diretamente com as empresas, como por exemplo, Asa Branca Norte do Piauí, Fundação Cultural de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação, MAS e Carvalho LTDA/Burguer King, J. Castro Administração de Imóveis LTDA.

3.3.2 Atividades Complementares

As Atividades Complementares são atividades acadêmicas específicas, de caráter individual, realizadas por livre iniciativa do aluno, tais como cursos, participações em eventos, apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos, publicações, atividades de iniciação à docência e à pesquisa dentre outras atividades acadêmicas específicas, descritas nas categorias a seguir.

Essas atividades serão registradas, semestralmente, no Sistema de Gestão Acadêmico pelo discente, analisadas e validadas pela Coordenação do Curso, em período estabelecido no calendário acadêmico. A carga horária que será aproveitada em cada uma dessas atividades está descrita no Quadro abaixo.

Quadro 05 – Indicação de categorias e atividades com as respectivas carga horária mínima e máxima a serem aproveitadas e exigências de comprovante

CATEGORIA: Atividades de iniciação à docência e à pesquisa					
Carga Horária Máxima da Categoria: 165					
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 80					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	Descrição			
	Ensino	Monitoria no curso por período letivo/ Participação em projetos institucionais, PIBID, PET.	15	45	Certificados, declarações, relatório do

		Participação em grupo de estudo sob supervisão de professores e/ou alunos dos cursos de Mestrado ou doutorado (por semestre).	10	20	professor, certificado e/ou declaração dos órgãos competentes.
Pesquisa		Participação em projetos de pesquisa, projetos institucionais PIBIT, PIBIC, ICV	30	60	
		Participação em grupo de pesquisa liderado por docentes da UFDPAr ou outras IES.	10	20	
		Participação em pesquisa e projetos de outras IES	10	20	

CATEGORIA: Vivências de gestão

Carga Horária Máxima da Categoria: 40

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 40

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	Descrição			
	Representação estudantil	Participação semestral como membro de diretoria de entidade de representação político – estudantil	05	10	Portaria ou Declaração do órgão/unidade competente.
	Participação em órgãos colegiados da UFDPAr	Participação semestral como representante discente em órgãos colegiados da UFDPAr.	05	10	
	Participação em comitês ou comissões de trabalho da UFDPAr	Participação semestral como representante discente em comitês ou comissões de trabalho da UFDPAr	10	20	

CATEGORIA: Atividades de apresentação e/ou participação em eventos

Carga Horária Máxima da Categoria: 60

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	Descrição			
	Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos, não vinculadas como ACEX	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas, não vinculadas como ACEX.	10	20	certificado de apresentação do trabalho (com cópia do trabalho apresentado), certificado de organização de evento ou declaração do órgão/unidade competente.
	Participação em eventos técnico-científicos	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, defesa de TCC, de dissertação de mestrado e tese de doutorado, fórum, semanas acadêmicas.	02	30	

	Outras atividades ligadas a eventos técnico-científicos	Ministrante de minicurso ou oficina não vinculados a um programa extensão ou projeto de extensão ou atividade de extensão.	05	10	
--	--	--	----	----	--

CATEGORIA: Trabalhos publicados e aprovações em concursos

Carga Horária Máxima da Categoria: 90

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	Descrição			
	Publicações em anais de eventos	Publicação em anais de congressos, encontros e similares nacionais	15	15	Cópia do trabalho publicado, certificado ou declaração do órgão/unidade competente, publicação em diário oficial evidenciada aprovação em concurso.
		Publicação em anais de congressos, encontros e similares regionais e/ou locais	10	20	
	Publicações em periódicos nacionais	Publicações em periódicos especializados	05	20	
	Publicações de livro ou capítulo de livro	Publicações de livros ou capítulos de livro especializado	15	15	
	Concursos	Aprovação em concursos na área de economia ou áreas afins	10	10	
		Premiações em concursos tais como de Resenhas, Gincana de Economia etc.	10	10	

CATEGORIA: Participação em atividades de extensão

Carga Horária Máxima da Categoria: 90

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	Descrição			
	Cursos	Participação em minicursos e/ou cursos presenciais na área de economia ou em áreas afins, com duração mínima de 4h	04	20	Certificado ou declaração do órgão/unidade competente.
		Participação em cursos à distância com duração mínima de 20h	10	30	
	Cursos de idiomas	Participação em curso de línguas presencial - inglês, espanhol, francês e outras com duração mínima de 60h	10	20	
	Programas/Projetos	Participação em atividades oferecidas por programa e/ou projetos de extensão	10	20	

CATEGORIA: Disciplina Eletiva ofertada por outro curso desta instituição ou por outras instituições de ensino superior

Carga Horária Máxima da Categoria: 60

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	Descrição			
	Disciplina Eletiva	Disciplinas eletivas ofertadas por outro curso da UFPAr ou por outras IES com conteúdos afins à economia.	30	30	Histórico escolar evidenciando aprovação na disciplina.
		Disciplinas cursadas com aprovação em outros currículos do curso de Ciências Econômicas e que não foram consignadas como equivalentes	30	30	

CATEGORIA: Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas

Carga Horária Máxima da Categoria: 90

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	Descrição			
	Atividades Artístico-culturais	Participação em grupos de artes, tais como: teatro, dança, coral, poesia, música, exposições e programas radiofônicos.	05	10	Relatório do professor orientador ou declaração do órgão/unidade competente.
	Atividades esportivas	Participação em esportes, tais como: futebol, futsal, voleibol, atletismo, artes marciais	05	10	
	Produções técnico-científicas	Produção de softwares na área e afins; produção e elaboração de vídeos na área e afins.	30	60	
		Elaborar relatório supervisionado por um professor que estabeleça relações com os conteúdos curriculares, com base em filmes, peças teatrais, shows e exposições de obra de arte.	05	10	

CATEGORIA: Experiências profissionais e/ou complementares

Carga Horária Máxima da Categoria: 90

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	Descrição			
	Participação em projetos sociais	Projetos sociais (governamentais e não governamentais) não caracterizados por extensão e carga horária não aproveitada nas ACEX	05	10	Declaração do órgão/unidade competente.
	Experiência em espaços educativos	Realização de estágio em Empresa Junior (por semestre)	05	10	
		Realização de estágio em incubadora de empresas (por semestre)	08	16	

	Experiência profissional	Experiência profissional em instituições financeiras, secretarias municipais e estaduais, demais empreendimentos públicos e privados com desenvolvimento de atividades na área econômico-financeira ou áreas afins	10	20	
	Participação em visitas técnicas	Visitas técnicas a empresas comerciais, industriais e de serviços acompanhado por professor da UFDPAr, não vinculado à programa de extensão, projeto de extensão ou atividade de extensão; e não contabilizado como carga horária de disciplina.	02	04	Declaração ou Relatório do professor orientador.
	Estágios não obrigatórios	Estágios regulamentados pela UFDPAr com cadastro na PREX ou Estágio regulamentado por outras instituições educativas, culturais ou empresariais.	30	30	Declaração do órgão/unidade competente.

Os discentes devem cumprir o total de 120 horas de atividades complementares como requisito para a conclusão do curso de graduação em Ciências Econômicas, sendo vedada sua integralização numa única categoria. O aluno deve, portanto, diversificar as atividades em, pelo menos, duas categorias. O detalhamento dessas informações encontra-se no Regulamento de Atividades Complementares (Apêndice A).

Deve ser observado que a participação em atividades de extensão a serem inseridas nas Atividades Complementares difere daquelas que serão incluídas nas Atividades Curriculares de Extensão (ACEx) não havendo, portanto, duplo aproveitamento. Para enquadramento nas Atividades Complementares, a atuação do discente na atividade de extensão deve ser como participante.

3.3.3 Atividades Curriculares de Extensão (ACEx)

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (CNE/CES, 2018).

A Resolução CNE/CES N. 07, de dezembro de 2018, estabelece que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

As ACEx representam um conjunto de atividades obrigatórias de extensão, extraclasse, a fim de promover o conhecimento e o desenvolvimento de habilidades e competências do aluno do Curso de Ciências Econômicas, voltadas à formação integral dos estudantes, por meio de iniciativas que favoreçam o aprimoramento da formação profissional com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos (Resolução N. 1, de 30 de maio de 2012) e justiça, educação, meio ambiente (Lei N. 9.795, de 27 de abril de 1999), saúde, trabalho, tecnologia e produção, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena (Resolução N. 1, de 17 de junho de 2004).

As ACEx representam 10,04% da Carga Horária curricular total do curso de Ciências Econômicas da UFDPAr, perfazendo um montante de 330 horas/aula (h/a) a serem integralizadas ao longo da permanência do aluno no curso, sendo o seu cumprimento obrigatório para a colação de grau do discente. Para gerenciar esse componente curricular será eleito, pelo prazo de dois anos, um docente que exercerá a função denominada de Coordenador de Extensão do Curso. Suas atribuições estão descritas na Resolução CONSEPE N. 93, de 14 de julho de 2022.

As ACEx devem representar atividades que vinculam o perfil do egresso, estabelecido no PPC do curso, à formação cidadã crítico e responsável dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, os aplicarão na sociedade mantendo uma articulação permanente com o ensino e a pesquisa. E podem ser realizadas em parcerias com outras instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes (Resolução CONSEPE N. 93, de 14 de julho de 2022).

É considerado atividade de extensão as intervenções que envolvam diretamente a comunidade externa ao Curso de Ciências Econômicas e às instituições de ensino superior, que estejam vinculadas à formação do estudante e se insiram nas seguintes modalidades Resolução CONSEPE N. 93, de 14 de julho de 2022:

I - Programas;

II - Projetos;

III - Cursos e oficinas;

IV - Eventos;

V - Prestação de serviços à comunidade externa e

VI - Atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina, mas como ACEx.

As modalidades, incluem, além dos programas institucionais da UFDPAr, eventualmente também as de natureza governamental, que atendam a políticas municipais, estaduais, distrital e nacional. As demais informações sobre este componente curricular encontram-se no Regulamento das ACEx do Curso de Ciências Econômicas (Apêndice B).

As ACEx diferem das Atividades Complementares por serem ações universitárias que envolvam diretamente a comunidade externa, participando de atividades em conjunto com professores e discentes, sendo estas atividades vinculadas à formação do discente. Tais atividades deverão receber a designação de ACEx nos certificados (CONSEPE, 2022). Portanto, não haverá duplo aproveitamento de carga horária destas atividades.

3.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular indispensável para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas e corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos discentes, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação (Resolução N. 177/12 CEPEX/UFPI). O TCC é um trabalho desenvolvido individualmente pelo aluno, sob a orientação de um docente do curso.

Na estrutura curricular o TCC corresponde a duas disciplinas com 60h cada uma, sendo denominadas de Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), sendo realizado, exclusivamente, na forma de Monografia ou de Artigo Científico para publicação. As demais informações sobre TCC se encontram no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Ciências Econômicas (Apêndice C).

As atividades de orientação individual têm cargas horárias discente e docente definidas. Conforme Resolução CONSUNI/UFDPAr Nº 34/2022, o docente deverá considerar, para cada TCC,

o lançamento no Plano de Trabalho Docente (PTD) de 1 (uma) hora, até o limite de 4 (quatro) horas semanais.

3.4 Metodologia

Compreende-se que é por meio do processo de ensino e aprendizagem que o aluno poderá apreender as competências necessárias para exercer a profissão de economista e criar um pensamento crítico sobre os principais aspectos teóricos da Ciência Econômica. Com efeito, o bom planejamento das condições de ensino para o Curso de Ciências Econômicas da UFDPAr passa pela preocupação com práticas pedagógicas e uso das ferramentas de ensino que possam levar o aluno a ser capaz de lidar com a alta complexidade e a pluralidade das interpretações sobre a economia, conforme o que é requerido por essa área do conhecimento.

Nesse sentido, nesta seção serão elencados os princípios e diretrizes estratégicas que visam a orientar o processo de ensino e aprendizagem em situações concretas, estabelecendo coerência com as diretrizes curriculares na formação e preparação dos professores, bem como nos aspectos relacionados à diversidade dos alunos e alunas e diversificação metodológica para atendê-los em suas diferentes necessidades. Com isso, busca-se apresentar a metodologia de trabalho escolhida para a dinamização do ensino-aprendizagem, com ênfase em métodos inovadores, focados no ensino ativo e no desenvolvimento de competências e de habilidades construídas para a formação do profissional de Economia, com interdisciplinaridade, articulação teórico-prática e flexibilidade curricular, conforme o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

Pode-se considerar que o processo de ensino-aprendizagem se dá por uma sequenciação ordenada, articulando períodos de atividades com certo sentido, ordenando segmentos em que se pode notar uma trama hierárquica de atividades incluídas umas nas outras, que servem para dar unidade às ações de ensinar e de aprender. Esse processo envolve relações entre pessoas e está imbuído de várias sutilezas que o caracterizam. No entanto, não é um processo linear do ensino à aprendizagem, mas com o primeiro subordinado ao segundo, isto é, se não houver aprendizagem, não houve ensino (ALMEIDA; GRUBISICH, 2011).

A mediação pedagógica coloca-se, portanto, como o produto da relação de dois polos que se homogeneízam, o ato de aprender e o ato de ensinar. Como exemplos de mediação estão os processos de negociação, de controle, de persuasão, de sedução e de motivação dos alunos

através de ferramentas eficazes e escolhidas com intencionalidade. Somam-se a esses exemplos, outras atividades de caráter interativo, que evoca elementos como instruir, supervisionar, servir e colaborar com a aprendizagem dos estudantes. Manipular corretamente os instrumentos de mediação pedagógica permite harmonizar os dois atos do processo educacional. Isso requer intervenções conscientes e planejadas que, mediadas pela linguagem, manifestam a afetividade, a subjetividade e a intenção dos atores que participam do processo (LEITE, 2018).

A metodologia interacionista é pautada nas contribuições à psicologia educacional de Lev Vygotsky (1896-1934) e Henri Wallon (1879-1962), conforme exposto em Leite (2008). Trata-se de um modelo teórico do processo de ensino-aprendizagem centrada na relação tríplice entre o sujeito, o objeto e o agente mediador. A atenção deste modelo teórico se centra na relação entre o sujeito (aluno) e o objeto (um conhecimento específico), que também é de natureza afetiva, determinada pela mediação pedagógica, que é promovida pelo professor.

Pesquisas demonstram que essa natureza afetiva se manifesta nos processos de tomada de decisão sobre as condições de ensino mediadas pelos professores e, também, nos elementos da prática docente que fazem do seu exercício um componente determinante na formação dos estudantes³ (LEITE, 2018). De acordo com Leite (2018, p. 20, grifos nossos), suas pesquisas revelam que os alunos são mais afetados:

a) pela relação de paixão que o professor demonstrava em relação ao seu objeto de ensino, relação esta que era claramente percebida pelos alunos; b) pelo grande conhecimento que o professor demonstrava sobre a área de ensino abordada, relação também reconhecida pelos alunos; c) **pelas práticas pedagógicas concretamente desenvolvidas em sala de aula, fortemente comprometida com o sucesso dos alunos.**

Dessa forma, o que ocorre nos ambientes de ensino e aprendizagem não é um fluir espontâneo – embora a espontaneidade não lhe seja furtada – dada à imprevisibilidade do ensino. Em vez disso, é algo regulado por padrões metodológicos implícitos e explícitos. Isso quer dizer que há uma ordem nas ações dos professores (racionalidade pedagógica ou pensamento prático) que funciona como um fio condutor para o que vai acontecer com o processo de ensino. Logo, o curso das ações é decorrente da intersubjetividade e da deliberação, pela simples razão e o seu fundamento constituir a natureza teleológica da prática educativa.

³ Os trabalhos publicados por Leite (2018) e seu grupo de pesquisa sugeriram a ocorrência de um perfil docente que os pesquisadores classificaram como de “professor inesquecível”, uma categoria teórica expressa pelo conjunto de práticas pedagógicas no ato de ensinar com repercussões mais duradouras no ato de aprendizagem dos estudantes, em função da sua dimensão afetiva.

O processo de ensino e de aprendizagem, embora intangível se materializa na ação de favorecer o aprendizado de uma cultura e/ou na aquisição de conhecimentos e competências, em um contexto real e determinado, configurando-se em uma *práxis situada*. Como *práxis*, deixa de ser adaptação de condições determinadas pelo contexto para tornar-se crítica. Assim, estimula-se o pensamento dos agentes capacitando-os para intervir neste mesmo contexto, o que supõe uma opção ética e uma prática moral, enfim, uma racionalidade.

De acordo com Coll, Mauri e Onrubia (2010), essa reflexão também deve considerar a emergência de uma nova cultura de aprendizagem que se fortalece a partir do contexto tecnológico atual. Nesse sentido, a prática docente na sala de aula partirá de uma efetiva e gradual introdução de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem, desde que essa introdução contribua com a qualidade do ensino e da aprendizagem (GARCIA et al 2010).

Com efeito, o tema da educação e tecnologia consiste na discussão sobre as maneiras de se utilizar as inovações tecnológicas em determinados contextos educacionais. Os recursos tecnológicos se referem a uma convergência digital de vídeos, textos e gráficos (AMARAL, 2011), mas não podem ser considerados de maneira isolada, pois não é a tecnologia a responsável pela qualidade do processo de aprendizagem (MORAN, 2007). Isto é, o uso adequado das ferramentas tecnológicas disponíveis – em especial, para atender aos alunos com diferentes necessidades especiais de aprendizagem – envolve o planejamento adequado e uma intencionalidade pedagógica.

Dessa maneira, as tecnologias serão instrumentos importantes para viabilizar a junção entre as diferenças individuais no modo de aprender e das necessidades dos alunos com as mais diversas modalidades de ensino (MORAN, 2007). A intencionalidade pedagógica consiste em avaliar se determinado recurso tecnológico provê melhores condições para o professor explicar um determinado conteúdo, dando acesso a formas de aprendizagem não obtidas ou alcançadas com outras ferramentas. Isso implica em dizer que não basta apenas usar esses recursos como plataformas de transmissão da informação. É preciso fazer escolhas conscientes do uso dessas tecnologias e avaliar as suas “potencialidades para se trabalhar um conteúdo específico” (GARCIA et al, 2010, p. 84).

Por todo o exposto, somam-se às atividades de ensino já tradicionalmente utilizadas no processo de ensino-aprendizagem – que deverão ser readequadas a um novo contexto educacional – as atividades voltadas para um ensino ativo, que privilegiam a abordagem

interacionista proposta por este PPC, tais como: a) exposição dialogada; b) leitura e discussão de textos teóricos e práticos; c) estudo em grupo; d) aprendizagem baseada em problemas; e) sala de aula invertida; f) atividades de gamificação como quizzes, jogos de empresas e outros jogos interativos; g) exercícios de revisão; h) discussão de temas selecionados; dentre outras.

Além das diferentes atividades de ensino elencadas, os procedimentos também envolverão o uso de plataformas virtuais – quando necessários – como o *Google Meet*, o *Google Classroom*, grupos de *Whatsapp*, o Sistema de Gestão Acadêmico e outras plataformas que atendam diferentes necessidades de ensino e de comunicação entre estudantes e professores. Uma vez que o procedimento de ensino também envolve o que ocorre extraclasse, estabelecendo o processo completo de ensino-aprendizagem, o uso dessas plataformas também permite o desenvolvimento de atividades assíncronas e incorporação de mais ferramentas relacionadas a diversos canais, tais como: a) visual: a leitura de textos acadêmicos, de blogs, notícias de jornais; b) auditivo: podcasts, vídeos e outras mídias de conteúdo relevante; além da resolução de exercícios, tira-dúvidas, avaliações e outros. Em todos esses casos, os alunos deverão desempenhar atividades associadas, indicadas pelo professor, contando com sua assistência pelos canais referidos e visando o bom aproveitamento dos recursos de aprendizagem.

3.4.1 Conteúdos do Currículo

Em conformidade com a Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, a estrutura curricular do curso de Ciências Econômicas do Campus Universitário Ministro Reis Velloso da UFDPAr contempla conteúdos que revelam inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada dos diferentes fenômenos relacionados com a economia, atendendo os seguintes campos interligados de formação (vide Quadro 02):

I. Conteúdos de Formação Geral, que têm por objetivo introduzir o aluno ao conhecimento da ciência econômica e de outras ciências sociais, abrangendo também aspectos da filosofia e da ética, da sociologia, da ciência política, da administração, do direito, da contabilidade, da matemática e da estatística econômica;

II. Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa, que se direcionam à formação profissional propriamente dita, englobando tópicos de estudos mais avançados da matemática,

da estatística, da econometria, da contabilidade social, da macroeconomia, da microeconomia, da economia internacional, da economia política, da economia do setor público, da economia monetária e do desenvolvimento socioeconômico;

III. Conteúdos de Formação Histórica, que possibilitem ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo, englobando a história econômica geral, a formação econômica do Brasil e a economia brasileira contemporânea e;

IV. Conteúdos Teórico-Práticos, abordando questões práticas necessárias à preparação do graduado, compatíveis com o perfil desejado do egresso, incluindo atividades complementares, Monografia e técnicas de pesquisa em economia.

3.4.2 O papel do aluno

Pela forma como o currículo se constitui o aluno do curso de Ciências Econômicas do Campus Ministro Reis Velloso da UFDPAr é o sujeito do processo de ensinar e aprender. Neste processo de construção do conhecimento, ele deve assumir uma postura de curiosidade epistemológica, marcada pelo interessar-se por novas aprendizagens e desenvolver a capacidade de trabalhar em grupo, atitudes de ética e de humanização, responsabilidade e espírito crítico-reflexivo.

3.4.3 O papel do Professor

A natureza epistemológica do papel do professor está condicionada a uma inteligibilidade ou a um saber-fazer (por isso também é intelectual) que fomenta saberes que vão além de saberes éticos, morais e técnico-científicos. Requer saberes interpessoais, pessoais e comunicacionais, para que a relação estabelecida entre alunos e professores possa favorecer o processo de ensino e de aprendizagem. No curso de Ciências Econômicas estes saberes assumem importância uma vez que os professores do curso, devem agir como mediadores do conhecimento. Além disso, os docentes necessitam refletir sobre sua prática como educadores, não desvinculando o espaço universitário do aspecto social, econômico e político.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

Os Conselhos normativos, deliberativos e consultivos das políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão são o Conselho Superior da Universidade – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Administração (CONSAD). E no curso há o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Em todos esses Conselhos há representação estudantil.

As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão da UFDFPar são operacionalizadas e supervisionadas, respectivamente, pelas Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PROPOPI) e Pró-Reitoria de Extensão (PREX). Essas políticas estão articuladas com outras da IES como a gestão administrativa de pessoal e serviços, de tecnologias da informação e comunicação, infraestrutura física (incluindo acervo bibliográfico) e outras atividades pertinentes.

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) é o órgão responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e supervisão dos cursos, distribuídos nas Unidades Acadêmicas, onde são executadas as diretrizes de funcionamento aprovadas pelas respectivas instâncias de deliberação. Com vistas a melhoria da eficiência e em busca da excelência, a PREG adotou algumas políticas, conforme segue: (I) Implantação do Sistema de Gestão Acadêmico, permitindo que a tecnologia assumisse uma importante função no apoio pedagógico visando ao desenvolvimento do potencial humano. Esta ação vem sendo desenvolvida, apoiando o ensino de graduação, visando um ensino inovador, foco da UFDFPar, para os anos vindouros. Assim, é meta da UFDFPar promover a convergência do ensino presencial com o ensino à distância, incluindo 20% da carga horária dos cursos de graduação, desenvolvidos à distância via Sistema de Gestão Acadêmico; (II) Correção do fluxo curricular objetivando a redução da retenção e a elevação da taxa de sucesso; e (III) Garantir a acessibilidade no ingresso à UFDFPar, por meio do sistema ENEM/SiSU, aumento no número de vagas para cotistas e o preenchimento de vagas remanescentes para Portador de Curso Superior, Transferência Voluntária, Reingresso e Remoção Interna.

O curso de Ciências Econômicas partilha dos princípios e objetivos institucionais da UFDFPar. Os objetivos descritos no Estatuto são: (I) oferecer ensino superior de qualidade, e

desenvolvimento de pesquisa, extensão, tecnologias e inovação nas diversas áreas do conhecimento e concretizando a sua inserção social e regional; (II) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do livre pensamento crítico-reflexivo; (III) formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, colaborando na sua formação contínua, tornando-os aptos para a sua inserção em setores profissionais e desenvolvimento da ciência, da sociedade civil; (IV) incentivar a investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, contribuindo para relações humanas, éticas e cidadãs; (V) estimular diferentes formas de divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade; (VI) suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; (VII) fomentar a integração ensino-serviço-comunidade estimulando o conhecimento dos problemas do mundo presente considerando às análises globais, regionais e locais atuais e do passado, no intuito de ofertar uma educação superior, pesquisas e ações de extensão adequadas à realidade da sociedade prestando serviços especializados à comunidade; (VIII) promover a extensão com inserção social, diálogo de saberes e construção de conhecimentos para o fortalecimento da relação universidade-comunidade; (IX) atuar em consonância com a universalização, o fortalecimento e aperfeiçoamento da Educação Básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisa, ensino e extensão, que articulem os dois níveis escolares; (X) apoiar a criação, atração, implantação e a consolidação de ambientes promotores de pesquisa e inovação, com o setor público, entidades da sociedade civil e comunidade, com transparência e responsabilidade social resguardando os objetivos e princípios da instituição e da autonomia universitária; e (XI) estimular a internacionalização e universalização do conhecimento sustentável e colaborativo, promovendo cooperações acadêmico-técnico-científicas e inovativas interinstitucionais.

4.1.1 Programas Institucionais de apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão da UFDPAr

No eixo do ensino há o Programa de Monitoria, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Residência Pedagógica, sob gestão da PREG. A monitoria é caracterizada, conforme a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2015, como uma

“modalidade de ensino e aprendizagem que contribui para a formação do aluno e tem por finalidade despertar o interesse pela carreira docente integrada às atividades de ensino dos cursos de graduação”. Enquanto o PIBID/UFDPar é um programa que visa fortalecer a formação inicial dos professores em nível superior a partir da inserção de alunos dos seus cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Matemática e Pedagogia, no cotidiano escolar da rede pública de educação, em regime de colaboração com escolas municipais e estaduais da cidade de Parnaíba, alicerçado na Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC). E o Residência Pedagógica/UFDPar é um programa que visa induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica da rede pública, a partir da segunda metade de seu curso, em regime de colaboração com escolas municipais e estaduais da cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, alicerçado na Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC).

No eixo da pesquisa há o Programa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), Programa de Iniciação Tecnológica Voluntária (ITV), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (CNPq e PIBIC/ UFDPar), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af/UFDPar) e do Programa de Iniciação Científica Voluntária (ICV/UFDPar), todos sob a supervisão da PROPOPI. No apoio as atividades de pesquisa há dois órgãos importantíssimos: o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (CEP/UFDPar) e o Comitê de Ética no Uso de Animais da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (CEUA/UFDPar).

Por fim, no eixo da extensão há o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão (PIBIEX) que tem a finalidade de apoiar e desenvolver ações de iniciação a Extensão Universitária sob o princípio da indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão, em um processo acadêmico, interdisciplinar, educativo, cultural e político, que promovam a interação transformadora entre Universidade e comunidade/sociedade, orientadas por docentes ativos em efetivo exercício na UFDPar. Há também o Programa de Educação Tutorial (PET), regido pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tem por objetivos o desenvolvimento de atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar, contribuindo para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação e estimulando a

formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica.

Além desses programas o curso também conta com uma estrutura própria para o desenvolvimento de suas atividades que interrelacionam o ensino, a pesquisa e a extensão, que são a Liga de Educação de Financeira (LAEF), a Empresa Júnior de Economia (PASSEC JR) e o Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Observatório do Fundo Público (OFP).

4.2 Apoio ao Discente

A coordenação do curso de Ciências Econômicas deve ser acionada para orientar aos discentes que necessitem de apoio para lidar com os aspectos referentes ao ensino-aprendizagem e de sua formação docente. Para casos em que fique limitada a ação da Coordenação do curso, a UFDFPar oferece gratuitamente assistência pedagógica ao corpo discente por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE).

A PRAE é o órgão que implanta as ações para garantir a permanência dos discentes e a conclusão de cursos de graduação, agindo preventivamente nas situações de repetência e evasão decorrentes das condições de vulnerabilidade socioeconômica. Os discentes com dificuldades no processo de ensino-aprendizagem podem buscar espontaneamente os serviços de apoio pedagógico no Serviço de Apoio Pedagógico ao Discente. Todos os benefícios e serviços da PRAE para acompanhamento discente e estímulo à permanência na UFDFPar atualmente vigentes estão mostrados no Quadro 06.

Quadro 06 – Benefícios e Serviços da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis para acompanhamento discente e estímulo à permanência na UFDFPar.

Benefícios e Serviços	Descrição
Apoio à Participação em Eventos Científicos – APEC	Ajuda de custo aos estudantes de graduação para auxiliar nas despesas relativas à participação em eventos acadêmicos fora do campus onde cursa a graduação.
Auxílio-Creche (AC)	Atende alunos com renda de até um e meio salário mínimo, que comprovem ter filhos de até 2(dois) anos e 11(onze) meses de idade, com bolsa de R\$ 400,00 mensais. A bolsa cessará quando o filho completar 3(três) anos de idade.
Bolsa de Apoio Estudantil (BAE)	Consiste no auxílio financeiro de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, creditados em conta corrente própria, por até 24 meses consecutivos. Este benefício prioriza o atendimento a alunos procedentes de famílias com renda de até um e meio salário mínimo por pessoa.
Bolsa de Incentivo a Atividades Socioculturais e Esportivas (BIASE)	Bolsa no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) que se destina a estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade social e

	<p>econômica. A BIASE tem por objetivo estimular a participação dos/as estudantes em atividades socioculturais e/ou esportivas, supervisionadas por docentes ou técnicos administrativos da UFDPAr, através de projetos, que visam incentivar atividades voltadas a um dos dez eixos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação).</p>
Residência Estudantil Universitária (REU)	<p>Tem por finalidade atender aos estudantes universitários oriundos de outras cidades e/ou estados, com dificuldade de moradia em Parnaíba-PI.</p>
Auxílio Alimentação Emergencial Ampliado (AAEA)	<p>Benefício financeiro mensal de R\$ 250,00 destinado a auxiliar nas despesas com alimentação de estudantes de baixa renda.</p>
Serviço de Benefício ao Estudante (SEBE)	<p>É responsável pelo planejamento, coordenação e execução dos programas sociais, desenvolvidos para os estudantes com dificuldades socioeconômicas.</p>
Bolsa Trabalho	<p>O estudante selecionado recebe uma bolsa mensal no valor de R\$ 400,00 paga com recurso de custeio.</p>
Serviço de Apoio Pedagógico ao Discente	<p>Tem por finalidade acompanhar os estudantes dando subsídios pedagógicos, através de orientação pedagógica e educacional, para que estes possam concluir seus cursos com êxito, em tempo hábil, minimizando as retenções e eliminando as possibilidades de evasão.</p>
Serviço Psicossocial	<p>Desenvolve ações de promoção à saúde mental da comunidade universitária, intervindo nos problemas psicossociais e queixas escolares que interferem na permanência e no desempenho acadêmico do estudante na universidade.</p>
Serviço de Atendimento em Saúde	<p>Promove campanha de conscientização e prevenção do Câncer de Mama (Outubro Rosa) e de Próstata (Novembro Azul), campanha de Imunização e Doação de Sangue, campanha de sensibilização sobre o Uso abusivo de Entorpecente e outras Drogas, Aleitamento e Coleta de Leite Materno, Gravidez Indesejada, prevenção a DST's/AIDS, fornecimento preservativos Femininos e Masculinos e campanha de conscientização sobre Violência Doméstica. Além disso, realiza curativos simples e a administração de medicação, orientando e encaminhando a serviços de urgência/emergência e ambulatorial, quando necessário. Semestralmente, promove o Hiper-Dia, que oferece um mapeamento simplificado do perfil fisiológico (peso, altura, pressão arterial, temperatura axilar, glicemia, colesterol e triglicerídeos).</p>
Serviço Odontológico (SEOD)	<p>Assistência odontológica aos estudantes por meio de procedimentos clínicos de dentística restauradora, prevenção, profilaxia, radiologia e exodontia simples.</p>
Serviço de Tradução Interpretação Libras/Português/Libras	<p>Prestam serviços de tradução e interpretação de LIBRAS - LP, em atividades realizadas na instituição, na presença de pessoas surdas, ou em disciplinas ou em demais atividades de cursos, tanto de graduação quanto de pós graduação.</p>

Fonte: PRAEC/UFDPAr (2022).

Com o objetivo primordial de garantir o acesso, a permanência e o êxito dos discentes que possuem alguma necessidade educacional específica na UFDPAr, tem-se, de forma acessível a todos, o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NIA) vinculado a PRAE.

Além desses benefícios e serviços oferecidos através da PRAE, nossa IES tem convênios com universidades internacionais, através dos quais nossos discentes podem fazer intercâmbios. No âmbito nacional, o intercâmbio é realizado através de edital lançado anualmente pela PREG.

Quanto à divulgação de informações relativas ao curso, dispomos de uma página eletrônica vinculada ao Sistema de Gestão Acadêmico, na qual está disponibilizada a apresentação do Curso, a Coordenação, os docentes e discentes, os TCCs, o PPC e outros documentos relativos a graduação e notícias. Além desse canal de comunicação, a Coordenação do Curso dispõe de um canal de comunicação direto com docentes e discentes no Sistema de Gestão Acadêmico. E ainda, a Coordenação do Curso gerencia uma página na rede social Instagram, na qual posta informações sobre os prazos do calendário acadêmico, eventos, defesas de TCCs e outros de interesse da comunidade acadêmica.

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Do Ensino-Aprendizagem

O Curso de Ciências Econômicas deverá utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular definidos pela IES à qual pertence. Isso significa que a sistemática de avaliação do Curso de Ciências Econômicas abarca duas dimensões: a do processo de ensino e de aprendizagem e a do próprio currículo.

O objetivo do processo de ensino-aprendizagem é contribuir para a formação de um sujeito atento a valores éticos que possa atuar no seu contexto social de forma comprometida com sua comunidade, possibilitando a construção de uma sociedade justa e integrada ao meio ambiente.

A concepção de avaliação aqui adotada tem por base o enfoque do modelo qualitativo, em que a avaliação é muito mais que uma medida. É um julgamento de valor construído em uma relação social específica entre aluno e professor, onde o estudante é visto como sujeito ativo e participativo do processo de ensino-aprendizagem. Neste aspecto, os questionamentos, asideias, as sugestões e a autoavaliação do aluno constituem-se um componente potencial para dinamizar o processo de ensino-aprendizagem e formar cidadãos conscientes e ativos.

O método predominante de ensino tem caráter reflexivo e assume forma diagnóstica, caracterizando a avaliação formativa frequente e periódica realizada no dia a dia de sala de aula, por meio de aula expositiva com ênfase em trabalhos, seminários, pesquisas. Neste caso, a ênfase desloca-se do produto para o processo, ou seja, é preciso compreender a situação com o fim de intervir de modo adequado. Assim, as provas escritas e orais (avaliação teórica), participação nas atividades (práticas e nas aulas), trabalhos escritos (relatórios, textos, inclusive com análise crítica de trabalhos científicos), realização de pesquisa, a solução de estudos de casos, a elaboração de projetos de pesquisa, constituem os instrumentos de avaliação que visa conferir um papel mais ativo ao aluno no processo de aprendizagem.

A utilização destes instrumentos e dos resultados das avaliações fornecem indicadores para monitorar a eficiência do processo ensino-aprendizagem, possibilitando aprimorar o processo de aprendizado dos alunos e as práticas pedagógicas dos professores. Portanto, fica explícito que os professores do Curso de Ciências Econômicas, por meio da avaliação em

processo, devem detectar a necessidade de adaptação da sua metodologia, seja refazendo uma prova ou substituindo uma atividade. Isso implica que a avaliação não é neutra, e, em virtude da marca intencional do processo educativo, cumpre a função reguladora e confirmadora.

Apesar de ter o caráter formativo a avaliação do ensino e da aprendizagem também é somativa e deverá basear-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares desenvolvidos tendo como referência as Diretrizes Curriculares. Também obedecerá à Resolução nº 177/12 do CEPEX/UFPI, a qual estabelece que a avaliação do rendimento escolar é feita por período letivo, em cada disciplina, através da verificação do aproveitamento e da assiduidade às atividades didáticas. A verificação do aproveitamento é distribuída em, pelo menos, três atividades avaliativas, de acordo com o plano de ensino da disciplina. A assiduidade é aferida através da frequência mínima de 75% às atividades didáticas programadas.

No caso das disciplinas TCC I e TCC II, a avaliação obedecerá além da Resolução 177/12, às normas do regulamento específico, aprovado pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas.

5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas busca averiguar as necessidades de mudanças que venham a contribuir com a qualidade da formação outorgada e aferir o êxito do currículo. Deste modo, subsidiará a análise sobre o cumprimento dos objetivos do curso e recomendar medidas, em casos de distanciamento, entre os objetivos e o resultado avaliativo.

A realização desta avaliação considera uma perspectiva sistêmica e amplamente democrática, envolvendo distintos atores sociais, tais como: coordenação, docentes, discentes, egressos e corpo administrativo e deve ser feita periodicamente, a fim de constituir um sistema de monitoramento, que permita um contínuo processo de aperfeiçoamento do curso.

Assim, a avaliação considera duas dimensões de análise: **PROCESSO** e **PRODUTO**:

1 A AVALIAÇÃO DE PROCESSO do currículo do Curso de Ciências Econômicas tem por objetivo acompanhar a execução das atividades dispostas neste PPC e se os objetivos do curso, elencados na seção 2.2 estão sendo alcançados. Deste modo, visa verificar amplamente as condições de ensino-aprendizagem, seja pelas condições institucionais ou pela ação docente.

A avaliação de processo se subdivide em ETAPA EXTERNA e INTERNA:

a ETAPA EXTERNA: Consiste na verificação realizada por atores externos ao curso, onde serão considerados o desempenho dos alunos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Os resultados obtidos através dessas bases institucionais orientarão a avaliação sobre a adequação e pertinência do projeto do curso.

b ETAPA INTERNA: Para a avaliação interna do currículo, os docentes e demais atores se reunirão semestralmente, sob a orientação da coordenação do Núcleo Docente Estruturante (NDE), agrupados por disciplinas afins, com a finalidade de discutirem os planos de curso, eliminar sobreposições de conteúdo e promover a integração curricular. Serão incorporados como insumos de análises, além dos planos de curso, os Diários de Turma das disciplinas, as documentações de matrícula, o controle acadêmico dos alunos e os depoimentos dos professores. Este amplo mapeamento permitirá detectar os aspectos positivos e negativos do currículo, servindo de base para redimensionar as falhas e definir estratégias para discussão durante os encontros pedagógicos.

2 A AVALIAÇÃO DO PRODUTO consiste na verificação do alcance efetivo do processo de aprendizagem. Nesse sentido a Avaliação do Produto consistirá em:

a AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DO DOCENTE E DA DISCIPLINA: Avaliação feita pelo Sistema de Gestão Acadêmico. Esta avaliação é realizada pelos discentes após o encerramento de cada semestre letivo em questionário elaborado pela própria IES e aplicado via Sistema de Gestão Acadêmico. Os discentes avaliam os professores em cada disciplina, considerando aspectos como metodologia, conteúdo, bibliografia, ética, atenção ao aluno e outros. Os resultados dessa avaliação docente serão analisados e discutidos semestralmente em reunião do Colegiado do Curso a fim que os professores possam aperfeiçoar sua prática docente. O copo docente, ao final de cada disciplina, informa aos discentes sobre a importância do preenchimento do questionário. Ressalta-se que esse preenchimento é compulsório e constitui um pré-requisito do processo de matrícula curricular.

b AVALIAÇÃO INTEGRADA: A avaliação integrada será feita em dois momentos: (i) nas reuniões pedagógicas, os professores farão a discussão coletiva dos mecanismos de integração das disciplinas, a fim de concretizar os princípios curriculares; e, ainda, (ii) a coordenação promoverá seminários anuais com a participação dos docentes, discentes, egressos e corpo

administrativo, para avaliar os avanços e propor alterações necessárias ao aperfeiçoamento do currículo.

O quadro abaixo sintetiza o esquema avaliativo adotado pelo Curso de Ciências Econômicas da UFDPAr:

Quadro 07 - Quadro-síntese da Avaliação do PPC de Ciências Econômicas

AVALIAÇÃO DE PROCESSO		AVALIAÇÃO DE PRODUTO	
EXTERNA	INTERNA	Avaliação Individual do docente e da disciplina	Avaliação Integrada
Fonte de instituições externas (ENADE e SINAES).	Documentação interna (Planos de curso, Diários de Turma, as documentações de matrícula, controle acadêmico dos alunos e depoimentos dos professores).	Os discentes avaliam os professores em cada disciplina através de questionários aplicados via Sistema de Gestão Acadêmico.	Reuniões pedagógicas entre os professores.
			Seminários anuais com docentes, discentes, egressos e corpo administrativo.

Fonte: Elaboração própria

Assim, o processo de avaliação do curso de Ciências Econômicas deve ser feito de forma permanente e integrada e seus resultados devem ser publicizados, garantindo a transparência do processo e a homogeneidade de informação sobre o desempenho do curso para todos atores sociais (coordenação, docentes, discentes, egressos e corpo administrativo).

Ademais, cabe destacar que a instituição conta com a ouvidoria para reclamações, denúncias, elogios e comentários acerca de todas as dimensões do curso (disciplinas, docentes, avaliações, conteúdo, coordenação, etc.).

No âmbito institucional há a autoavaliação que é realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e tem por finalidade i) a melhoria da qualidade educacional da UFDPAr; ii) a construção e consolidação de um sentido comum de universidade, contemplando os aspectos sociais, políticos, filosóficos e éticos da ação e da gestão institucional; iii) a busca pela implantação de uma cultura de avaliação pautada em processo reflexivo, sistemático e contínuo; iv) a realização de processo partilhado de produção de conhecimento sobre a UFDPAr, que torne possível a revisão e o aperfeiçoamento de práticas, tendo como referências o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico Institucional; e, v) a análise contínua das ações educativas, de forma crítica.

A autoavaliação institucional é realizada anualmente através de aplicação de

questionário, com ampla participação da comunidade acadêmica — servidores docentes, técnicos administrativos e discentes. Os pontos avaliados são: i) a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional; ii) a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e a gestão, e as respectivas formas de operacionalização; iii) a responsabilidade social; iv) a comunicação com a sociedade; v) as políticas de pessoal; vi) a organização e a gestão; vii) a infraestrutura física; viii) o planejamento e a avaliação; ix) as políticas de atendimento aos estudantes; e, x) a sustentabilidade financeira (BRASIL, 2004). Os resultados são apresentados em relatório e utilizados para identificação dos pontos fortes e fracos da instituição. Portanto, esse relatório é de suma importância para a implantação de melhorias sejam nas políticas adotadas como na infraestrutura e planejamento.

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)

6.1 Disciplinas obrigatórias

1º PERÍODO

1º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO		
CH: 15 h	CRÉDITOS: 1.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO GERAL		
EMENTA			
<p>Informações gerais sobre o Curso. Informações gerais sobre a UFDPAr. Normas da Graduação. Informações sobre a Biblioteca, Pesquisa, Extensão e Estágio. Informações sobre Assistência estudantil. Transparência e Prestação de Contas da UFDPAr. Ouvidoria da UFDPAr.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 04/07- Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Ciências econômicas. Brasil, 2007.</p> <p>UFDPAr. Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Disponível em: <https://ufpi.br/ufdpar>.</p> <p>_____. CMRV – Ciências Econômicas. Disponível em: <https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?lc=pt_BR&id=74222>.</p> <p>UFPI. Universidade Federal do Piauí. Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Piauí. Resolução CEPEX nº 177/2012. Teresina, PI, 2012.</p> <p>_____. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2020-2024. UFPI. Teresina, 2020.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>UFDPAr. Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Estatuto da Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Portaria nº 342, de 21 de junho de 2021. DOU, 2021.</p> <p>_____. Plano de Integridade. Resolução nº 002/2020, de 14 de outubro de 2020. CONSUNI.</p> <p>_____. Manuais e Fluxogramas. Disponível em: <https://ufpi.br/manuais-e-fluxogramas-parnaiba>.</p> <p>_____. Programas e Projetos. Disponível em: <https://ufpi.br/programas-e-projetos-ufdpar>.</p> <p>_____. Formulários/Requerimentos. Disponível em: <https://ufpi.br/formularios-requerimentos-ufdpar>.</p> <p>_____. PREG. Disponível em: <https://ufpi.br/preg-ufdpar>.</p> <p>_____. Assistência Estudantil. Disponível em: <https://ufpi.br/assistencia-estudantil-parnaiba-ufdpar>.</p> <p>_____. Biblioteca. Disponível em: <https://ufpi.br/biblioteca-ufdpar>.</p>			

1º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	INTRODUÇÃO À ECONOMIA		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO GERAL		
EMENTA			
<p>Objeto da economia. Evolução do Pensamento Econômico. Introdução à Microeconomia: fundamentos e divisão. Equilíbrio de mercado, Elasticidade, Estruturas de mercado. Noções gerais de macroeconomia: fundamentos e políticas macroeconômicas. Introdução ao Desenvolvimento Regional Sustentável. Aplicações.</p>			

<p>Bibliografia Básica BRANDÃO, C. A.; CASTRO, C. N.; MONTEIRO NETO, A. (Orgs.). Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro, IPEA, 2017. 475 p. GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de Economia Política. 19 ed. São Paulo: Saraiva. MANKIW, N. G. Introdução à economia. São Paulo: Editora Pioneira/Thomson, 2005. ROSSETTI, J.P. Introdução à economia. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2000. VASCONCELOS, M.A.S. Economia: Micro e Macro. São Paulo: Atlas, 2005. VASCONCELOS, M.A.S; GARCIA, M.E. Fundamentos de Economia. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>
<p>Bibliografia Complementar ALBERGONI, L. Introdução à Economia: aplicações no cotidiano. São Paulo: Atlas, 2015. BOFF, L. Sustentabilidade - o Que É - o Que Não É. Editora Vozes, 2016. BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. MANKIW, N. G. Princípios de Microeconomia. 6 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. Rev. FAE, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003. PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. Microeconomia. 8 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. PINHO, D.B.; VASCONCELOS, M.A.S. (Org.). Manual de Economia. São Paulo: Saraiva, 2006. SACHS, J. D. A Era do Desenvolvimento Sustentável. Actual Editora, 2017.</p>

1º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	CONTABILIDADE EMPRESARIAL		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO GERAL		
EMENTA: Contabilidade e sua importância. Objetivos de análise contábil para o economista. A estrutura do Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado do Exercício. Análises de Índices. Sistema DuPont de análise. Demonstração de Fluxo de Caixa. Capital de Giro.			
Bibliografia Básica ARAÚJO, A.; ASSAF NETO, A. Aprendendo contabilidade . Ribeirão Preto: Inside Books, 2010. BRUNI, A. L. Análise Contábil e Financeira (A) . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011. Vol. 4 (Série Desvendando as Finanças). MARION, J. C. Contabilidade Empresarial . 17 ed. São Paulo: Atlas, 2015 (livro texto e exercícios). MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. Análise Didática das Demonstrações Contábeis . São Paulo: Atlas. 2014; SILVA, J. P. Análise Financeira das Empresas . 11 ed. São Paulo: Atlas, 2013.			
Bibliografia Complementar IUDÍCIBUS, S., et al. Manual de contabilidade societária: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013. LUCA, M. M. M. Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009. MARION, J. C. Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012. MARION, J. C. Contabilidade Básica . 15 ed. São Paulo: Atlas, 2017 (livro texto e livro de exercícios). MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. Análise Avançada das Demonstrações Contábeis: uma abordagem			

crítica. São Paulo: Atlas, 2012;
 MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços**: Abordagem Básica e Gerencial (Livro-texto). 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010;
 SÁ, C. A. **Fluxo de Caixa**: a visão da tesouraria e da controladoria. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

1º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	ÁLGEBRA LINEAR		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO GERAL		
EMENTA: Sistemas Lineares; Sistemas de Equações Lineares; Matrizes e determinantes; Espaços Euclidianos; Espaços Vetoriais; Transformações lineares; Autovalores e Autovetores.			
Bibliografia Básica BOLDRINI, J. L. et al. Álgebra Linear . São Paulo: Harbra, 3ª edição, 1986. SIMON, P. CARL; LAWRENCE, BLUME. Matemática para Economistas . 1 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. BOULOS, Paulo; CAMARGO, Ivan. Geometria Analítica : um tratamento vetorial. 2.a ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.			
Bibliografia Complementar SANTOS, Reginaldo J. Álgebra Linear e Aplicações . Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2006. SANTOS, Fabiano José dos. FERREIRA, Silvimar. Geometria Analítica . Porto Alegre: Bookman, 2009. LIPSCHUTZ, Seymour. Álgebra Linear : teoria e problemas. 3.a ed. São Paulo: Makron Books, 1994 STEINBRUCH, Alfredo. WINTERLE, Paulo. Álgebra Linear . 2.a ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1987. POOLE, David. Álgebra Linear com Aplicações . São Paulo: Cengage Learning, 2016.			

1º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA		
CH: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA		
EMENTA A universidade e a produção de conhecimento. Epistemologia do conhecimento científico. Tipos de conhecimento. Conceito de ciência e pesquisa. Enfoques teóricos da pesquisa em Ciências Econômicas: importância e aplicabilidade. Técnicas e modalidades de registro de leituras e trabalhos científicos. Formas de apresentação de trabalhos científicos. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O projeto de pesquisa: conceito, importância e regras de elaboração.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, A. C. **Técnicas de Pesquisa em economia**. São Paulo: 1991.
 MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo, Atlas, 2010.
 MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11. ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.
 VIEGAS, W. **Fundamentos lógicos de metodologia científica**. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CERVO, A.; BERVIAN, P. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Makron Books, 2007.
 KÖCHE, José Carlos. **Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho científico-didático na universidade**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
 MEDEIROS, J. B. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 28. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009
 SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
 VOLPATO, G. L. **Dicas para redação científica**. 3. ed. Cultura Acadêmica: São Paulo, 2010.

1º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	DIREITO PÚBLICO E PRIVADO		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO GERAL		

EMENTA:

Introdução ao Estudo do Direito: Noções fundamentais, Direito Público e Direito Privado. O Direito Econômico. A Constituição de 1988 e a Ordem Econômica. Atuação do Estado no Domínio Econômico.

Bibliografia Básica:

BASTOS, C. R. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros. 22ª. Edição. 2010.
 BRASIL. **Código Civil Brasileiro**. 1916
 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.
 FONSECA, João Bosco Leopoldino da. **Direito Econômico**. 8a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
 MARTINS, S. P. **Instituições do Direito Público e Privado**. São Paulo: Atlas. 12ª Edição. 2012.
 NUSDEO, Fabio. **Curso de Economia: Introdução ao Direito Econômico**. 9a ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2015.
 PEREIRA, C. M. S. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense. 11ª. Edição. 2012.
 PINHO, R. R. e NASCIMENTO, A. M. **Instituições de Direito Público e Privado**. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros. 27ª. Edição. 2012.
 DOWER, N. G. **Instituições de Direito Público e Privado**. São Paulo: Saraiva. 13ª. Edição. 2010.
 FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Atlas, 2016.
 MEZZOMO, Clarice. **Introdução ao Direito**. EDUCS 2011.
 NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Forense Universitária Gen, 2012.
 REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. São Paulo: Saraiva, 2016.

1º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO GERAL		

EMENTA

As ciências sociais e o processo histórico. A análise da riqueza e os fenômenos sociais: Revolução Industrial e Revolução Francesa. Objetos de estudo e métodos. A organização social das relações humanas e as ciências sociais: Sociologia, Antropologia, Economia e Política. Formas e dinâmicas da sociedade. Abordagens e questões sociais contemporâneas.

Bibliografia Básica

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
 KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 25 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
 LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 20 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
 MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). **Introdução às ciências sociais**. 2 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1988.
 SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
 STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: LP&M, 2018.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
 BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.
 BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
 OLIVEIRA, M. G. M. de; QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2 ed. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.
 OZ, A. **Contra o fanatismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

2º PERÍODO

2º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA:			
As ideias mercantilistas e fisiocratas. Adam Smith e o nascimento da economia política. A natureza da riqueza das nações e a divisão do excedente do produto social. O princípio do liberalismo de Smith. Jean Baptiste Say e as condições materiais para o desenvolvimento da Lei de Say. Thomas Malthus e a preocupação com a demanda efetiva. David Ricardo: teoria do valor; lei dos rendimentos decrescentes da terra; as vantagens comparativas; o princípio da tributação. Stuart Mill e o reformismo social. Jeremy Bentham: o utilitarismo inglês e a economia dos controles sociais. Marx e Engels: a crítica à economia burguesa e questão da ideologia.			
Bibliografia Básica			
BENTHAM, Jeremy. O Panóptico . 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.			
HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem . 21 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.			
MALTHUS, T. Princípios de economia política e considerações sobre uma aplicação prática : ensaio sobre a população. São Paulo: Nova Cultural, 1996.			
MARX, Karl. ENGELS, Friederich. A Ideologia Alemã . Feuerbach – A contraposição entre as cosmovisões materialistas e idealistas. Martin Claret. São Paulo. 2006. Coleção Obra prima de cada autor.			
MILL, S. Princípios de economia política : com algumas de suas aplicações à filosofia social. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.			
PETTY, W.; QUESNAY, F. Quadro Econômico dos Fisiocratas . São Paulo: Nova Cultural, 1996.			
RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação . 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.			
SMITH, A. A Riqueza das Nações : investigação sobre sua natureza e suas causas. 3 ed. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.			

Bibliografia Complementar

BRUE, S. L. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
 CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Brasiliense. São Paulo. 2008. Coleção Primeiros Passos.
 HOBBSAWN, E. **A era do Capital (1848-1875)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
 HOBBSAWN, E. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Caps. 1, 2, 3, 4 e 5)
 HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 1984.
 SAY, J. B. **Tratado de Economia Política**.
 VIOTI, E. B. **A economia e o Estado capitalista**. São Paulo: Vozes, 1986.

2º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:		COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DISCIPLINA:	CIÊNCIA POLÍTICA		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO GERAL		
EMENTA:			
A Ciência Econômica e a Ciência Política. O Desenvolvimento da Ciência Política: História, objeto e método. As visões clássicas da política. Visões contemporâneas da política. O príncipe moderno. Democracia, atores sociais e participação política. Hegemonia e concepções de poder: jurídico, econômico e repressivo. Os novos jogos do poder: pós-verdade e gestão do medo. O caráter público-religioso do poder: o pêndulo democrático e a emergência da pós-democracia.			
Bibliografia Básica			
AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia . São Paulo: Todavia, 2019.			
BOBBIO, Norberto. O conceito de Sociedade Civil . Rio de Janeiro: Vozes, 1982			
CASARA, Rubens R. R. Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis . Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.			
CHEVALIER, J.J. História do pensamento político . Rio de Janeiro: Guanabara, 2002.			
DA EMPOLI, Giuliano. Os engenheiros do caos . São Paulo: Vestigo, 2020.			
DAHL, Robert A. A Democracia e seus críticos . São Paulo: Martins Fontes, 2009.			
D'ANCONA, Matthew. Pós-verdade . Barueri: Faro Editorial, 2018.			
FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976) . São Paulo: Martins Fontes, 1999.			
GRAMSCI, Antonio. Maquiavel: Notas sobre o Estado e a política . Caderno 13. In: Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, volume 3.			
LOSURDO, Domenico. Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal . São Paulo: UNESP, 2004.			
Bibliografia Complementar			
ARISTÓTELES. Política . Lisboa: Vega, 1998.			
GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel . Porto Alegre: LPM, 2003.			
HOBBS Th. Leviatã . Lisboa: IN-CM, 2002			
LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo Civil – e Outros Escritos: Ensaio sobre a Origem, os Limites e os Fins Verdadeiros do Governo Civil . Petrópolis: Vozes, 2004.			
MALTEZ José Adelino, Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política , Lisboa: ISCSP, 2006.			
MOREIRA Adriano, Ciência Política , Coimbra: Almedina, 2009 (4ªed.)			
NERES. Geraldo Magela. Gramsci e o “Moderno Príncipe” : A teoria dos partidos nos cadernos do cárcere. Cultura Acadêmica. São Paulo. 2012.			
ROUSSEAU J.-J., O contrato social . Lisboa: Círculo de Leitores, 2009			
WEFFORT, Francisco C (org.). Os Clássicos da Política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista” . Vol.1, 10ª ed., São Paulo: Ática, 1998.			

2º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	HISTÓRIA ECONÔMICA DO CAPITALISMO		
CH: 60 h	CRÉDITOS:	4.0.0	CÓDIGO: NOVO
Área:	FORMAÇÃO HISTÓRICA		
EMENTA			
O processo de acumulação primitiva. Industrialização e acumulação capitalista. A transição para o capitalismo monopolista. A economia mundial capitalista. O estado e capitalismo monopolista. A expansão do pós-guerra. O capitalismo monopolista e as industrializações tardias na América Latina, China, etc. Capitalismo financeiro. Crise do capitalismo no século XXI e a Nova economia – economia digital e de plataforma.			
Bibliografia Básica			
ARRIGHI, G. Adam Smith em Pequim : origens e fundamentos do século 21. São Paulo, Boitempo, 2008.			
BEAUD, Michel. História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias . 4 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.			
CAMERON, Rondo. História econômica do Mundo . Publicações Europa-américa. 2000.			
DOBB, Maurice. A evolução do Capitalismo . 7 ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.			
DRUCKER, Peter Ferdinand. A sociedade pós –capitalista . São Paulo; Pioneira,1993.			
FIORI, J. L. F. História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo . São Paulo: Boitempo, 2014.			
Global, 1987.			
HOBSBAWM, Eric J. A era do Capital, 1848-1875 . 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.			
HUNT e SHERMAN. História do pensamento econômico . 17 ed. Editora Vozes 2001.			
LENIN, Vladimir Ilich. O Imperialismo: fase superior do capitalismo . 4 ed. São Paulo:			
SAES, F. A M; SAES, A M. História Econômica Geral . Editora Saraiva. 2013.			
Bibliografia Complementar			
BASTOS, Vânia Lomônaco. Para entender a Economia Capitalista. Noções introdutórias . 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.			
LESSA, Carlos et al. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise . 3ª edição; Vol. 1. Editora Brasiliense, 1984.			
HOBSBAWM, Eric J. A Era dos Impérios: 1875-1914 . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.			
HOBSBAWM, Eric J. A Era dos extremos: O breve século XX, 1914-1991 . SP, Cia das Letras, 1995			
KEMP, Tom. A Revolução Industrial na Europa do Século XIX . Lisboa: Ed. 70, 1985.			

2º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	ECONOMIA MATEMÁTICA I		
CH: 60 h	CRÉDITOS:	3.1.0	CÓDIGO: NOVO
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA:			
Derivadas: a derivada como função; regras de derivação; derivada implícita; derivadas de funções inversas e logaritmos; linearização e diferenciais. Estudo dos Máximos e Mínimos. Multiplicadores de Lagrange. Aplicação ao traçado de funções de uma variável. Integração. Aplicações nas teorias econômicas.			
Bibliografia Básica			
CHIANG, Alpha C.; WAINWRIGHT, Kevin. Matemática para Economistas . 4 ed. São Paulo: Elsevier, 2006.			
GOLDSTEIN, L. Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade 12.ed; São Paulo: Bookman, 2012.			
HUGHES-HALLET, D. Cálculo Aplicado . 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.			
Bibliografia Complementar			

GUIDORIZZI, H.L. **Um curso de cálculo**. Rio de Janeiro: LTC, 1985.
 HARIKI, Seiji; ABDOUNUR, Oscar J. **Matemática Aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2014.
 LAPA, Nilton. **Matemática Aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2014.
 LEITE, Angela. **Aplicações da Matemática: administração, economia e ciências contábeis**. 2 ed. Cengage Learning, 2015.
 SILVA, Sebastião. M. da; Silva Elio M. da e Silva Ermes M. da. **Matemática para os Cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis**. V. I, São Paulo. 6 ed., Ed. Atlas, 2010.
 THOMAS, G. WEIR, M. D.; HASS, J. **Cálculo**. 12 ed. São Paulo: Pearson, 2012. Vol. I.

2º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL		
CH: 30 h	CRÉDITOS: 2.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO GERAL		
EMENTA: Ética: conceitos e princípios fundamentais. Ética, moral e virtude. Fundamentos objetivos e subjetivos da ética. Conduta do ser humano e ética profissional. O código de ética do economista. A legislação do economista.			
Bibliografia Básica CAMARGO, M. Fundamentos de ética geral e profissional . 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2013. COFECON. A profissão de economista – a ética da profissão . Anexo I da Resolução 1.729/2004. Legislação aplicada . Disponível em: http://cofecon.org.br/transparencia/index.php/legislacao/legislacao-aplicada/ . Acesso em: 26 ago. 2020. Legislação da profissão de economista . Disponível em: http://cofecon.org.br/transparencia/index.php/legislacao/consolidacao-da-legislacao-da-profissao-de-economista/ . Acesso em: 26 ago. 2020. NALINI, J. R. Ética geral e profissional . 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. RIOS, T. A. Ética e competência . São Paulo: Cortez, 2001. SÁ, A. L. de. Ética profissional . São Paulo: Atlas, 2001.			
Bibliografia Complementar BAUMAN, Z. A ética é possível num mundo de consumidores? Rio de Janeiro: Zahar, 2011. COMPARATO, F. K. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno . 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. CORTELLA, M. S.; BARROS FILHO, C. Ética e Vergonha na cara! Campinas-SP: Papirus 7 mares, 2014. COURO, M. F. V. R. Ética nos negócios: leis e práticas que orientam as organizações nos relacionamentos com os parceiros . São Paulo: Heccus Editora, 2015. Manual de boas práticas de fiscalização . Disponível em: https://www.cofecon.org.br/transparencia/files/legislacao/Manual_Boas_Praticas_Fiscaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf . Acesso em: 26 ago. 2020. Manual de fiscalização . Disponível em: https://www.cofecon.org.br/manual-de-fiscalizacao/ . Acesso em: 26 ago. 2020. MARÉCHAL, Jean-Paul. Ética e economia: uma oposição artificial . Lisboa: Instituto Piaget, 2005. SANDEL, Michael J. O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado . Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. SROUR, Robert Henry. Decisões éticas nas empresas: como e por que adotar . Rio de Janeiro: Altas Books, 2016. TORRES, João C. Brum (Org.). Manual de ética: questões de ética teórica e aplicada . Petrópolis: Vozes, 2014. WHITAKER, Maria do Carmo (Coord.). Ética na vida das empresas: depoimentos e experiências . São Paulo: DVS Editora, 2007.			

2º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	CONTABILIDADE SOCIAL		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 2.2.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA: Contabilidade Social e Macroeconomia: agregados macroeconômicos, fluxos da economia e identidades contábeis. Produto nominal e Produto real. Inflação: número índice simples e compostos. A evolução do Sistema de Contas Nacionais. Estrutura básica das contas nacionais. Problemas de mensuração das contas. O Sistema de Contas Nacionais brasileiro. Contas Monetárias e Financeiras. Matriz Insumo-Produto. Introdução ao estudo dos indicadores sociais.			
Bibliografia Básica FEIJÓ, Carmem. A; LIMA, Fernando. C. G. C; BARBOSA FILHO, Nelson. H; PALIS, Rebeca. Contabilidade Social: referência atualizada das contas nacionais do Brasil. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. A Nova Contabilidade Social. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. ROSSETTI, J. P. Contabilidade Nacional: uma abordagem introdutória. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.			
Bibliografia Complementar CONSIDERA, C. M.; RAMOS, R. O.; FILGUEIRAS, H. V. Macro I: as Contas Nacionais. Niterói: Editora da UFF, 2009. FIGUEIREDO, F. O. Introdução à Contabilidade Nacional. 16 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999. GUILHOTO, J. J. M. Análise de Insumo-Produto: teoria e fundamento. São Paulo: Departamento de Economia - FEA-USP, 2004. HALLAK NETO, João. O Sistema de Contas Nacionais evolução, principais conceitos e sua implantação no Brasil. Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas , número 51. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. HALLAK NETO, João; FORTE, Christina M. O Sistema de Contas Nacionais: evolução histórica e implantação no Brasil. Revista Econômica , v. 18, n. 1, jun, 2016. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2015 – Sistema de Contas Nacionais: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. LEONTIEF, W. A. A economia do Insumo-Produto. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. INDICAÇÃO DE SITES: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. BACEN - Banco Central do Brasil. Disponível em: <www.bace.gov.br>. FAZENDA - Ministério da Fazenda. Disponível em: <www.fazenda.gov.br>. MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <www.mte.gov.br>. LABORSTA. Banco de dados. Disponível em: <http://laborsta.ilo.org/office/srobudapesteapep.html>. WORLD BANK. Disponível em: <http://www.worldbank.org/>. IMF - International Monetary Fund. Disponível em: <http://www.imf.org/external/index.htm>.			

3º PERÍODO

3º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	MICROECONOMIA I		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		

<p>EMENTA</p> <p>Teoria do Consumidor: Restrição Orçamentária; Preferências; Utilidade; maximização de utilidade e função demanda; impostos; preferência revelada. Demanda: Curva de Engel; Equações de Slutsky; Excedente do consumidor. Produção: Função produção; Medidas de produtividade; Decisões de Produção. Função produção Cobb-Douglas. Custos de Produção. Função de custo. Curvas de custo. Tecnologia e Maximização de lucros.</p>
<p>Bibliografia Básica</p> <p>FERGUSON, C. E. Microeconomia. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2003.</p> <p>PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. Microeconomia. 8 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.</p> <p>VARIAN, H. R. Microeconomia: uma abordagem moderna. 9 ed. São Paulo: Elsevier, 2015.</p> <p>FIOROTTO, R. G. Métodos Matemáticos da Microeconomia. Rio Claro: UNESP, 2013.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>BESANKO, David; BRAEUTIGAM, Ronald R. Microeconomia: uma abordagem completa. Rio de Janeiro: LTC, 2004.</p> <p>CUNHA, Fleury Cardoso. Microeconomia: teoria, questões e exercícios. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.</p> <p>Frank, Robert H. Microeconomia e Comportamento. 8 ed. Porto Alegre: Amgh Editora, 2013.</p> <p>KRUGMAN, P.; WELLS, R. Microeconomia: uma abordagem moderna. 3 ed. São Paulo: Elsevier, 2015.</p> <p>MANKIW, N. G. Princípios de Microeconomia. 6 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.</p> <p>MARSHALL, A. Princípios de Economia: Tratado introdutório. 2 ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985. Col. Os Economistas.</p> <p>WESSELS, Walter J. Microeconomia: Teoria e Aplicações. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p>

3º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	MACROECONOMIA I		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
<p>EMENTA:</p> <p>Conceitos básicos de Macroeconomia. Modelo Clássico: a lei de Say e a Teoria Quantitativa da Moeda; determinação da renda de equilíbrio de pleno emprego; poupança, investimento e taxa de juros; modelo clássico com procura especulativa de moeda; obstáculos ao pleno emprego e as políticas econômicas; análise gráfica do modelo Clássico; Keynes e os Clássicos. Modelo Keynesiano: Princípio da demanda efetiva; Consumo, determinação do investimento e eficiência marginal do capital; papel do Governo e do Setor Externo; Multiplicadores. As políticas econômicas no modelo Keynesiano. Modelo IS-LM: equilíbrio no mercado de bens e financeiro. Políticas econômicas no modelo IS-LM. Dedução da demanda agregada. Efeito Pigou e Efeito Fisher. Tópicos especiais de Macroeconomia.</p>			
<p>Bibliografia Básica</p> <p>ACKLEY, Gardner. Teoria Macroeconômica. 3 ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989.</p> <p>DORNBUSH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. Macroeconomia. 11 ed. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 2013.</p> <p>FROYEN, R. T. Macroeconomia: teorias e aplicações. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>LOPES, L. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.). Manual de Macroeconomia: básico e intermediário. 3 ed. 7 reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.</p>			

Bibliografia Complementar

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 7 ed. São Paulo: Pearson Education, 2017.
 BRANSON, W. H. & LITIVACK, J. M. **Macroeconomia**. São Paulo: Herbra. 1978.
 LEITE, J. A. A. **Macroeconomia: teoria, modelos e instrumentos de política econômica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
 KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção Os Economistas.
 MISHKIN, F. **Moeda, Bancos e Mercados Financeiros**. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
 MANKIW, N. G. **Macroeconomia**. 8 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
 SHAPIRO, E. (1976). **Análise Macroeconômica**. São Paulo: Atlas, 1994.
 SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. **Macroeconomia**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 STANLAKE, G. F. **Macroeconomia: uma introdução**. São Paulo: Atlas. 1985.

3º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	ECONOMIA MARXISTA I		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA: O método de Marx e sua abordagem histórica. Mercadoria e dinheiro. A transformação do dinheiro em capital. A produção de mais valia absoluta. A produção de mais valia relativa. A produção da mais valia absoluta e da mais valia relativa. Acumulação do capital. A lei geral de acumulação capitalista.			
Bibliografia Básica MARX, K. O Capital : crítica da economia política. 13 ed. Livro Primeiro, v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. MARX, K. O Capital : crítica da economia política. 13 ed. Livro Primeiro, v. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. FRIGOTO, G.; CIAVALTA, M.; CALDART, R. S. (Orgs). História, natureza, trabalho e educação : Karl Marx e Friedrich Engels. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.			
Bibliografia Complementar: BOGO, A. A linguagem das mercadorias em Marx . 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. HARVEY, D. Para entender O Capital . São Paulo: Boitempo, 2013. MIGLIOLI, J. Acumulação de capital e demanda efetiva . São Paulo: Hucitec, 2004. PIKETTY, T. O Capital no Século XXI . Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão; KOURY, Susy Elizabeth Cavalcante. O Capital No Século XXI, Piketty e a Economia da Desigualdade . Fórum, 2018.			

3º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	ECONOMIA MATEMÁTICA II		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA: Funções de várias variáveis; Cálculo a várias variáveis; Funções implícitas e suas derivadas; Funções homogêneas e homotéticas; Otimização; Otimização Não-condicionada; Otimização com restrições; Equações diferenciais; Integral múltipla.			

Bibliografia Básica
 ANTON, Howard; RORRES, Chris; SIMON, P. Carl; LAWRENCE, Blume. **Matemática para Economistas**. 1 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
 CHIANG, Alpha C.; WAINWRIGHT, Kevin. **Matemática para Economistas**. 4 ed. São Paulo: Elsevier, 2006.
 GUIDORIZZI, H.L. **Um curso de cálculo**. Rio de Janeiro: LTC, 1985.

Bibliografia Complementar
 SILVA, S. M.; SILVA, E. M. da; SILVA, E. M. da. **Matemática para os Cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis**. vol. I, São Paulo: Atlas, 6 ed., 2010.
 LEITE, Angela. **Aplicações da Matemática: administração, economia e ciências contábeis**. 2 ed. Cengage Learning, 2015.
 GOLDSTEIN, L. **Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade** 12.ed; São Paulo: Bookman, 2012.
 CYSNE, R.P.; MOREIRA, H. A.. **Curso de Matemática para economistas**, Editora Atlas, 1997,
 LEITHOLD, L. **O cálculo com Geometria Analítica**. Ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, vol. 1. 1994.

3º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL I		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO HISTÓRICA		

EMENTA:
 O primeiro período colonial: fundamentos econômicos da ocupação territorial à expansão comercial da empresa Agrícola. Dinâmica socioeconômica colonial e escravista. Primeiras Atividades Econômicas. A ocupação efetiva no Brasil: Início da Agricultura. Expansão da colonização: O novo sistema político e administrativo na colônia. A mineração e Ocupação no Centro – Sul. A pecuária e o progresso do povoamento no Nordeste. Renascimento da agricultura e o estabelecimento da pecuária. Economia de transição para o trabalho assalariado: gestação da Economia cafeeira e a origem do mercado de trabalho. A origem da industrialização e a concentração industrial. A crise da economia cafeeira. A crise de 1929 e os mecanismos de defesa.

Bibliografia Básica
 ANDRADE, M.C. **A Terra e o homem no Nordeste**. 4ª edição. São Paulo. Livraria editora Ciências Humanas, 1980.
 AURELIANO, L. **No Limiar da Industrialização**. Campinas: Unicamp - IE, 1999 (Coleção Teses).
 CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 2ª Edição. São Paulo. T. A. Queiroz. 1981.
 CARDOSO DE MELLO, J. M. **O Capitalismo Tardio**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, Campinas: Facamp, 2009
 FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
 FURTADO, Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira**. LTC.7ªED. São Paulo, 2000
 PRADO JR. Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 46a. edição, 2004.
 PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporânea**. 26ª Edição. São Paulo. Brasiliense. 1996.
 SILVA, S. S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria Brasileira**. S. Paulo: AlfaOmega, 1976.

Bibliografia Complementar
 CASTRO, Antonio Barros. **Sete Ensaio sobre a Economia Brasileira**. Vol. II, Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1969-1971.
 GREMAUD, Amaury Patrick, VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de, TONETO JUNIOR, Rudinei. **Economia brasileira Contemporânea**. São Paulo. Editora Atlas. 2017.
 HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Ed. José Olympio, 1994 (1ª edição, 1936).
 LACERDA, Antonio Correia. Org. **Economia Brasileira**. Saraiva. São Paulo. 2000.
 MARQUES, R. M.; REGO, J.M. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.
 SAMPAIO, P. A. **Entre a nação e a barbárie**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
 SILVA, S. S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria Brasileira**. São Paulo: AlfaOmega, 1976.
 SIMONSEN, Roberto. **História do Brasil: 1500-1820**. 4a Ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2005.
 SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento**. Campinas: Editora Hucitec e Editora da Unicamp, 2000.

4º PERÍODO

4º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	MICROECONOMIA II		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA			
Estruturas de Mercado. O mercado de fatores de produção. Análise dos mercados competitivos. Análise do Monopólio e do monopsônio. Regulamentação dos mercados e defesa da concorrência. Estratégias de determinação de preços. Concorrência monopolística. Modelos de Oligopólio: Cournot, Stakelberg, Bertrand, concorrência de preços com produtos diferenciados; Dilema dos prisioneiros e implicações para a determinação de preços oligopolistas; Cartéis.			
Bibliografia Básica			
FERGUSON, C. E. Microeconomia . 20. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2003. PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. Microeconomia . 8 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. VARIAN, H. R. Microeconomia: uma abordagem moderna . 9 ed. São Paulo: Elsevier, 2015. FIOROTTO, R. G. Métodos Matemáticos da Microeconomia . Rio Claro: UNESP, 2013.			
Bibliografia Complementar			
BESANKO, David; BRAEUTIGAM, Ronald R. Microeconomia: uma abordagem completa . Rio de Janeiro: LTC, 2004. BRASIL. Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 . Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. Brasil: Presidência da República Casa Civil, 2011. CUNHA, Fleury Cardoso. Microeconomia: teoria, questões e exercícios . Campinas, SP: Editora Alínea, 2004. Frank, Robert H. Microeconomia e Comportamento . 8 ed. Porto Alegre: Amgh Editora, 2013. MANKIW, N. G. Princípios de Microeconomia . 6 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. MATIAS-PEREIRA, José. Políticas de Defesa da Concorrência e de Regulação econômica: as Deficiências do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. RAC , v. 10, n. 2, Abr./Jun. 2006. NICHOLSON, W. Microeconomic theory: basic principles and extensions , 9th. Edition, Thompson-South-Western, 2005. WESSELS, Walter J. Microeconomia: Teoria e Aplicações . 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.			

4º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	MACROECONOMIA II		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA:			

Macroeconomia Aberta: Regimes cambiais e Balanço de Pagamentos; Modelo de determinação da renda em economia aberta; o modelo clássico e o modelo IS/LM/BP; Determinação dos equilíbrios interno e externo e impacto das políticas econômicas sob diferentes regimes cambiais e mobilidade de capitais. Modelos de oferta agregada/demanda agregada. Inflação, desemprego e curva de Phillips. O papel das expectativas racionais e adaptativas. Macroeconomia Kaleckiana: a distribuição e os determinantes da renda nacional.

Bibliografia Básica

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 5 ed. São Paulo: Pearson Education, 2011.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. 11 ed. São Paulo: Amgh Editora, 2013.

KALECKI, M. **Teoria da Dinâmica Econômica**: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1977. Coleção Os Economistas.

LOPES, Luiz Martins.; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval (Org.). **Manual de Macroeconomia**: básico e intermediário. 3 ed. 7 reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar

ACKLEY, Gardner. **Teoria Macroeconômica**. 3 ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989.

ALÉM, A. C. D. **Macroeconomia**: teoria e prática no Brasil. São Paulo: Elsevier, 2010.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**: teorias e aplicações. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

KRUGMAN, P.; WELLS, R. **Macroeconomia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier – Campus, 2015.

LEITE, José Alfredo Americo. **Macroeconomia**: teoria, modelos e instrumentos de política econômica. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LENZA, Pedro (Coord.). **Macroeconomia Esquematizado**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 8 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

4º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	INTRODUÇÃO À ESTATÍSTICA ECONÔMICA		
CH: 60 h	CRÉDITOS:	3.1.0	CÓDIGO: NOVO
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA:			
Introdução à Estatística. Métodos Estatísticos. Representação tabular e gráfica. Distribuição de frequência. Medidas de tendência central. Medidas de Dispersão. Assimetria. Curva de Lorenz e Índice de Gini. Elementos de probabilidades. Principais distribuições teóricas de probabilidade. Variáveis aleatórias. Esperança Matemática, Variância e Covariância. Elaboração de números índices. Aplicação à economia e uso de recursos computacionais.			
Bibliografia Básica			
BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística Básica . 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.			
FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. Curso de Estatística . São Paulo: Atlas, 2011.			
HOFFMANN, R. Estatística para economistas . Rio de Janeiro: Thomson Pioneira, 2006.			
TOLEDO, G. L.; OVALE, I. I. Estatística Básica . 20 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.			

Bibliografia Complementar

COSTA NETO, P. L. O. *Estatística*. 2 ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher LTDA, 2002.
 DE CAMPOS, P. H. B.; AZEVEDO, A. G. **Estatística Básica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1970.
 HOEL, P. G. **Estatística Elementar**. São Paulo: Atlas, 1979.
 KAZMIER, L. J. **Estatística Aplicada à Economia**. São Paulo: Pearson Makron Books, 1982. Coleção Schaum.
 LIPSCHUTZ, S. **Probabilidade**. Editora McGraw-Hill. Coleção Schaum.
 MARTINS, G. A. **Estatística geral e aplicada**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
 MEYER, P. L. **Probabilidade: aplicações à estatísticas**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC S.A, 1983.
 SARTORIS, A. **Estatística**. São Paulo: Saraiva, 2003.
 STEVENSON, W. J. **Estatística Aplicada à Administração**. São Paulo: Harbra, 1981.

4º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:		COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL II			
CH: 60 h	CRÉDITOS:	4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO HISTÓRICA			
EMENTA				
A Revolução de 1930. A Era Vargas. A industrialização durante a 2ª Guerra Mundial. Economia Brasileira no pós-guerra: industrialização na fase monopolista do capitalismo, as origens da burguesia industrial, a matriz social e as origens do capital industrial brasileiro. Ação estatal e industrialização. O processo de substituição de importações: condicionantes internos e externos. As políticas de industrialização no imediato pós-II Guerra Mundial: governos Dutra e Vargas. O Plano de Metas de JK e o avanço da internalização da indústria de bens duráveis. Crise política e econômica nos governos Quadros e Goulart. As políticas de ajuste do PAEG. O período do 'milagre econômico'.				
Bibliografia Básica				
ABREU, MARCELO DE PAIVA. A Ordem do Progresso – Dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2014				
FURTADO, Milton Braga. Síntese da Economia Brasileira . 7 ed. São Paulo: LTC, 2000.				
GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia Barros; HERMANN, Jennifer. Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004) . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005				
GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; TONETO JUNIOR, Rudinei. Economia brasileira Contemporânea . São Paulo; Editora Atlas, 2017.				
PIRES, M. C. Economia Brasileira: da Colônia ao Governo Lula . São Paulo: Saraiva, 2010				
TAVARES, M.C. Da. Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro . Rio de Janeiro: Zahar, 1979.				
Bibliografia Complementar				
BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). Desenvolvimento capitalista no Brasil . 2 ed. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1998.				
CARDOSO DE MELLO, J.M.; NOVAIS, F. Capitalismo Tardio e a Sociabilidade Moderna . 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, Campinas: Facamp, 2009				
CASTRO, Antonio de Barros. Sete Ensaios Sobre a Economia Brasileira . Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1988.				
DRAIBE, S. Rumos e Metamorfoses . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.				
FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.				
PRADO JÚNIOR, C. História Econômica do Brasil . São Paulo: Brasiliense, 2004.				
SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. História Economia do Brasil Contemporâneo . São Paulo: Edusp, 2002.				
TAVARES, M.C.; SERRA, J. Além da estagnação: uma discussão sobre o ciclo de desenvolvimento recente do Brasil . In BIELSCHOWSKY, R. (org.) Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000. vol. 2.				
VILLELA, A.; SUZIGAN, W. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira . Rio de Janeiro: IPEA / INPES, 1973.				

4º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO		
CH: 60 h	CRÉDITOS:	4.0.0	CÓDIGO: NOVO
Área:	FORMAÇÃO HISTÓRICA		
EMENTA:			
As origens do pensamento econômico – a antiguidade. Os mercantilistas. Os fisiocratas. Os percussores da escola clássica. Os economistas clássicos. Escola marginalista e a neoclássica. A escola keynesiana e pós-keynesianismo. A síntese neoclássica. Os novos clássicos. Os novos keynesianos. Os monetaristas.			
Bibliografia Básica			
BRUE, Stanley L. História do Pensamento Econômico . São Paulo: Cengage Learning, 2013. Tradução Luciana Penteado Miquelino.			
HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem . Rio de Janeiro: Zahar, 1984			
HUGON, Paul. História das Doutrinas Econômicas . São Paulo: Atlas, 1980.			
HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica . 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier – Campus, 2012.			
SANTANA, R. N. M.; SANTOS, R. C. L. F. Ciência Econômica: uma abordagem evolucionária . Teresina: EDUFPI, 2011.			
Bibliografia Complementar			
BARBIERI, F.; FEIJÓ, R. L. C. Metodologia do pensamento econômico: o modo de fazer ciência dos economistas . São Paulo: Atlas, 2014.			
BELL, Jonh Fred. História do Pensamento Econômico . Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.			
DEANE, Phyllis. A Evolução das Ideias Econômicas . Rio de Janeiro: Zahar editores, 1980.			
FEIJÓ, R. História do pensamento econômico . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. História do Pensamento Econômico . Petrópolis: Vozes, 1987.			
OLIVEIRA, R.; GENNARI, A. M. História do pensamento econômico . São Paulo: Saraiva, 2008.			
REGO, J. M.; GALA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica . São Paulo: Editora 34, 2003.			

5º PERÍODO

5º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	MICROECONOMIA III		
CH: 60 h	CRÉDITOS:	4.0.0	CÓDIGO: NOVO
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA			
Teoria do Equilíbrio Geral. Teoremas do Bem-estar Econômico. Funções de Bem-estar. Incertezas e Informação Assimétrica. Mercado de ativos e ativos de risco. Externalidades. Teorema de Coase. Tragédia de Uso Comum. Bens Públicos e Recursos Comuns.			
Bibliografia Básica			
MANKIW, N. G. Princípios de Microeconomia . 6 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.			
PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. Microeconomia . 8 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.			
VARIAN, H. R. Microeconomia: uma abordagem moderna . 9 ed. São Paulo: Elsevier, 2015.			
HARDIN, G. The tragedy of the commons. Science , v.162, p.1243-1248, 1968.			
Bibliografia Complementar			
BESANKO, David; BRAEUTIGAM, Ronald R. Microeconomia: uma abordagem completa . Rio de Janeiro: LTC, 2004.			
CARRERA-FERNANDEZ, J. Curso básico de microeconomia . Salvador: EDUFBA, 2009.			

CUNHA, Fleury Cardoso. **Microeconomia**: teoria, questões e exercícios. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.
 FRANK, R. H. **Microeconomia e Comportamento**. 8 ed. Porto Alegre: Amgh Editora, 2013.
 MANKIW, N. G. **Princípios de Microeconomia**. 6 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
 WESSELS, Walter J. **Microeconomia**: Teoria e Aplicações. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
 VASCONCELOS, M.A.S; GARCIA, M.E. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2014.

5º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	MACROECONOMIA III		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA: Conceitos básicos do crescimento econômico. O Processo de Crescimento Econômico e os problemas da acumulação. A tendência a longo prazo. Os fatores do crescimento: investimento, poupança, crescimento populacional, progresso técnico e inovação. Modelo de Harrod e Domar. O modelo de Kaldor. O modelo de Solow e a convergência de rendas. A nova teoria do crescimento e a não convergência de rendas. O modelo de Arrow. O modelo AK. O Modelo de Romer e P&D. Modelo de Lucas e o capital humano. Os modelos da Cepal (Prebisch, Hirschman, Myrdal e Furtado). Teorias do ciclo econômico (Ciclo de negócios e ciclos de Kondratiev, os ciclos no modelo clássico, choques tecnológicos e desemprego voluntário. Os ciclos no modelo keynesiano preços rígidos e salário eficiência). Flutuações e estabilização.			
Bibliografia Básica ABEL, Andrew B. Macroeconomia . Pearson. São Paulo. 2008. ACKLEY, G. Teoria Macroeconômica . 3 ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989. JONES, C. I.; VOLLRATH, D. Introdução à Teoria do Crescimento Econômico . 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier – Campus, 2015.			
Bibliografia Complementar BLANCHARD, O. Macroeconomia . 5 ed. São Paulo: Pearson Education, 2011. KALECKI, M. Capitalismo e Ciclo das Economias Capitalistas . São Paulo: Ed. Hucitec, 1977. KEYNES, J. M. Teoria Geral do emprego, juro e da moeda . São Paulo: Editora Nova Cultural LTDA, 1996. LOPES, Luiz Martins.; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval (Org.). Manual de Macroeconomia: básico e intermediário . 3 ed. 7 reimpr. São Paulo: Atlas, 2014. NELSON, R. R. As fontes do crescimento Econômico . São Paulo: UNICAMP, 2006. SCHUMPTER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico . São Paulo: Editora Nova Cultural LTDA, 1997. SIMONSEM, Mário Henrique. Dinâmica Macroeconômica . São Paulo: Ed. McGraw-Hill, 1983. SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia . 4 ed. São Paulo: Atlas, 2016. SOUZA, N. J. Desenvolvimento econômico . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.			

5º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	ECONOMIA INTERNACIONAL I		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA: O comércio internacional sob a ótica mercantilista. As teorias do comércio internacional: Teorias Clássica			

(vantagens absolutas e vantagens comparativas). Teoria neoclássica (Modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson). Teoria Crítica do comércio internacional (CEPAL, Raul Prebisch e a Teoria da Dependência). Novos modelos teóricos do comércio internacional (Comércio com economias de escala e competição imperfeita e teorias do lado da Demanda). O crescimento econômico e o comércio internacional. Os instrumentos da política comercial. A economia política da política comercial. Balanço de pagamentos. O mercado cambial. Regimes Cambiais e eficácia com as políticas econômicas. Crises cambiais.

Bibliografia Básica

BAUAMANN, R.; GONÇALVES, R. **Economia Internacional**: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2015.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional**: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M.; MELITZ, M. J. **Economia Internacional**. 10 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

LUZ, Rodrigo. **Relações econômicas internacionais**: teoria e questões. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SALVATORE, D. **Economia Internacional**. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

Bibliografia Complementar

ABEL, Andrew B. Org. **Macroeconomia**. Pearson Addison Wesley. São Paulo. 2008.

APPLEYARD, Dennis R.; FIELD JR., Alfred J.; COBB, Steven L. et al. **Economia Internacional**. Mc Graw Hill, 2010.

CARMO, Edgar Cândido do; MARIANO, Jefferson. **Economia Internacional**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. **Economia Internacional**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CAVES, R. E.; FRANKEL, J. A.; JONES, R. W. **Economia Internacional**: comércio e transações globais. São Paulo: Saraiva, 2001.

5º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	ESTATÍSTICA ECONÔMICA E INTRODUÇÃO À ECONOMETRIA		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA:			
Correlação linear simples. Amostragem e Distribuições amostrais sobre variáveis discretas e contínuas. Estatísticas Amostrais. Estimacão de parâmetros. Propriedade dos estimadores. Intervalo de confiança. Teste de hipóteses. O papel da econometria. Estimadores de mínimos quadrados. Propriedades assintóticas. Especificação de modelos econométricos. O modelo de regressão linear simples. Propriedades e pressupostos. Teste de hipóteses para coeficientes de Regressão. Linearidade.			
Bibliografia Básica			
BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística Básica . 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.			
FONSECA, J. S. D. Curso de Estatística . São Paulo: Atlas, 1996.			
GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. Econometria Básica . 5 ed. São Paulo: Mc Grall Hill, 2011.			
WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à Econometria : uma abordagem moderna. Rio de Janeiro: Thomson, 2007.			
Bibliografia Complementar			
CASTANHEIRA, N. Estatística Aplicada a todos os níveis . 2 ed. Curitiba: Ibpx, 2005.			
FREUND, J. E. Estatística Aplicada : economia, administração e contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2000.			
HOFFMANN, R. Estatística para economistas . Rio de Janeiro: Thomson Pioneira, 2006.			
LARSON, R. Estatística Aplicada . 2. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.			
MADDALA, G. S. Introdução à Econometria . 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.			
MEDEIROS, V. Z. Métodos Quantitativos com Excel . São Paulo: Cengage Learning, 2008.			
SARTORIS, A. Estatística . São Paulo: Saraiva, 2003.			
SCHMIDT, C.A.J. (coord). Estatística – questões comentadas das provas da ANPEC de 2002 a 2011 . Rio de Janeiro, Campus, 2010.			

TOLEDO, Geraldo Luciano. OVALE, Ivo Izidoro. **Estatística Básica**. 20. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

5º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	ESTADO E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO HISTÓRICA		
EMENTA			
Política e sociedade: Formação do Estado brasileiro e civilização agrícola. Capitalismo moderno, escravidão e acessão da burguesia. República e pactos sociais. A democracia e a formação nacional: novas ditaduras, classes trabalhadoras e adensamento social.			
Bibliografia Básica			
FAORO, Raymundo. Os donos do poder . Formação do patronato político brasileiro. 9 ed. São Paulo: Globo, 1991.			
FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil - Ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.			
HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia da Letras, 1995.			
LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto : o município e o regime representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.			
MAZZEO, A. C. Estado e burguesia no Brasil : origens da autocracia burguesa. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2015.			
SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro . São Paulo: Companhia das Letras, 2019.			
Bibliografia Complementar			
ANTUNES, R. O privilégio da servidão : o novo proletariado de serviços na era digital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.			
BRAGA, R. A rebeldia do precariado : trabalho e neoliberalismo no sul global. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.			
COSTA, P. R. N. 2007. Empresariado, instituições democráticas e reforma política . Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 28			
FAORO, RAYMUNDO. Os Donos do Poder : formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre, Globo, 1958.			
LÊNIN, V. I. O Estado e a revolução : a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.			
MARX, Karl. 1988. O dezoito de brumário de Luiz Bonaparte. In: Karl Marx - Os pensadores. São Paulo. Abril Cultural.			
MASCARO, A. L. Estado e a forma política . São Paulo: Boitempo, 2013.			
MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, classe e movimento social . 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
OSÓRIO, J.O Estado no centro da mundialização : a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.			
POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais . São Paulo: Martins Fontes, 1977.			
SOUSA, J. A elite do atraso : da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.			

5º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	TÉCNICAS DE PESQUISA EM ECONOMIA		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 2.2.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA		

<p>EMENTA: Natureza do trabalho científico: diretrizes para estudo de textos técnico-científicos; elaboração de textos; regras de normalização; referências bibliográficas. Método científico: natureza do conhecimento científico; a questão do método em ciências sociais; objeto e método em economia. Planejamento e execução de pesquisas: formulação do problema de pesquisa; fases da pesquisa; assuntos e temas - o que pesquisar? Técnicas de pesquisa: fontes primárias e secundárias; pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; questionários e entrevistas; estudos de casos; amostragem; análise de dados quantitativos; análise de dados qualitativos. Elaboração do projeto de pesquisa: estrutura do relatório de pesquisa (Introdução: Problema, Hipóteses, Justificativa e Objetivos; Metodologia, Embasamento teórico, Cronograma, Referências). Normas de apresentação do trabalho científico e Divulgação do trabalho científico. Plágio acadêmico.</p>
<p>Bibliografia Básica GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2016. 7ª reimpr. KROKOSZ, M. Autoria e plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores. São Paulo: Atlas, 2012. RICHARDSON, R. J.; et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015. 16ª reimpr. VOLPATO, G. L. Guia prático para redação científica. Botucatu: Best Writing, 2015. VOLPATO, G. L. Método lógico para redação científica. 2 ed. Botucatu: Best Writing, 2017.</p>
<p>Bibliografia Complementar DEMO, P. Metodologia do conhecimento científico. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2015. 13ª reimpr. KÖCHE, J. C. Pesquisa científica: critérios epistemológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia Científica. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017. ROVER, Ardinete; MELLO, Regina O. Normas da ABNT: orientação para produção científica. Joaçaba: UNOESC, 2020. MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. VOLPATO, G. L. Bases teóricas para redação científica: ...por que seu artigo foi negado? São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. VOLPATO, G. L. Pérolas da Redação Científica. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Site recomendado: https://www.normasabnt.org</p>

6º PERÍODO

6º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
<p>EMENTA Aspectos históricos do crescimento e do desenvolvimento econômico. Caracterização do subdesenvolvimento e do processo de desenvolvimento econômico. Teorias do desenvolvimento econômico e subdesenvolvimento. Desenvolvimento Incluyente. Indicadores do desenvolvimento. O meio ambiente e suas repercussões no campo das Teorias do desenvolvimento. Outras contribuições.</p>			
<p>Bibliografia Básica FEIJÓ, R. Desenvolvimento Econômico: Modelos, Evidências, Opções Políticas e o Caso Brasileiro. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2007. FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo, Paz e Terra, 1998. FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. 6 ed. São Paulo: Nacional, 1977.</p>			

HAQ, Mahbub Ul. **A cortina da pobreza opções para o terceiro mundo**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações**. 5 ed. São Paulo: Alínea, 2012

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**: Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Tradução de Maria Sílvia Possas. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras/Schwarz Ltda, 2015.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Estudos avançados, São Paulo, 2004.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, José Eli da. **Meio ambiente e desenvolvimento**. 2 ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.

Bibliografia Complementar

CAVALCANTE, Clovis. Meio Ambiente, Celso Furtado, e o Desenvolvimento como falácia. In, **Ambiente e sociedade**. Campinas, vol V, nº 2, ago/dez 2002.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. 4ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra 1998.

JONES, C. I. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, v , 1988. Coleção os Economistas.

PIKETTI, T. **A Economia da Desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, v.1, 1988. Coleção Os Economistas.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed., rev. São Paulo: Atlas, 2005.

6º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	ECONOMIA INDUSTRIAL		
CH: 60 h	CRÉDITOS:	4.0.0	CÓDIGO: NOVO
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA			
Crítica à abordagem neoclássica tradicional de concorrência. Modelo Estrutura-Condução-Desempenho. Estratégias de expansão das empresas industriais. Inovação, Sistemas Nacionais de Inovação, Inovação em Schumpeter e na ótica Neo-Schumpeteriana. Complexos Industriais. Internacionalização Tecnológica e Cadeias Globais de Valor. Política Industrial e Tecnológica no Brasil.			
Bibliografia Básica			
GALBRAITH, J. K. O Novo Estado Industrial . São Paulo: Abril Cultural, 1982.			
KON, A. Economia Industrial . São Paulo: Editora Nobel, 2000.			
KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Org.) Economia Industrial: Fundamentos teóricos e práticas no Brasil . Rio de Janeiro, Campus, 2013.			
SILVA, A. L. G. Concorrência sob condições oligopolísticas: Contribuição das análises centradas no grau de atomização/concentração dos mercados . 2 ed., Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2010.			
TIGRE, P. Gestão da inovação: uma abordagem estratégica, organizacional e de gestão do conhecimento . 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.			
Bibliografia Complementar			
CANO, Wilson; SILVA, Ana Lúcia G. Política industrial do governo Lula . Texto para discussão, v. 181, p. 139-			

174, 2010.

CNI. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Desafios para a indústria 4.0 no Brasil**. Brasília: CNI, 2016.
DE CONTI, Bruno; BLIKSTAD, Nicholas. Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que queremos que sejamos e o que queremos ser. **Texto para Discussão Unicamp-IE**, n. 292, p. 1-33, 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos; ROSELINO, José Eduardo. **Política industrial, tecno-nacionalismo e indústria 4.0: a guerra tecnológica entre China e EUA**. Instituto de Economia, UNICAMP, 2021.

FREEMAN, C.; SOETE, L. **A Economia da Inovação Industrial**. Clássicos da Inovação. São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

MAZZUCATO, M. **O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NELSON, R.; WINTER, S. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas: Unicamp, 2005.

PENROSE, Edith Tilton. **A teoria do crescimento da firma**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

POSSAS, M. L. Estruturas de Mercado em Oligopólio. São Paulo: Hucitec, 1985.

POSSAS, S. Concorrência e Inovação. In: PELAEZ, V.; SZMERECSANYI. **Economia da Inovação Tecnológica**. São Paulo: Hucitec/Ordem dos Economistas do Brasil, p. 232-259, cap. 1, 2006.

QUEIROZ, Guilherme Stein; JÚNIOR HERRLEIN, Ronaldo. Política industrial no Brasil: uma análise das estratégias propostas na experiência recente (2003-2014). **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 47, 2015.

SWEEZE, O. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

URRACA-RUIZ, Ana; AMORIM, Renata Bhawan. Diferenças de comportamento inovador entre empresas nacionais e estrangeiras no Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 9, n. 1, p. 29-68, 2010.

ZHANG, Liping; SCHIMANSKI, Silvana. Cadeias globais de valor e os países em desenvolvimento. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 18, Set./Dez., 2014.

6º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	ECONOMIA INTERNACIONAL II			
CH: 60 h	CRÉDITOS:	4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA			
EMENTA: O padrão-ouro. O Sistema Bretton Woods e a formação do Sistema Monetário e Financeiro Internacional. Organizações Internacionais. O (des)arranjo monetário internacional pós-Bretton Woods e o fim do padrão dólar-ouro. Negociações internacionais: do GATT a OMC. Integração Regional: blocos econômicos. A experiência europeia com a unificação monetária. A nova geopolítica internacional. As novas formas de cooperação internacional.				
Bibliografia Básica GONÇALVES, Reinaldo. Economia Política Internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil . Elsevier. Rio de Janeiro - 2ª Ed. 2016. HERZ, Mônica Org. Organizações Internacionais: história e práticas . 2ª Ed. Elsevier. Rio de Janeiro. 2015. LUZ, Rodrigo. Relações econômicas internacionais: teoria e questões . 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. SALVATORE, D. Economia Internacional . 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.				

Bibliografia Complementar

BAUAMANN, R.; GONÇALVES, R. **Economia Internacional**: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2015.

CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. **Economia Internacional**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CAVES, R. E.; FRANKEL, J. A.; JONES, R. W. **Economia Internacional**: comércio e transações globais. São Paulo: Saraiva, 2001.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M.; MELITZ, M. J. **Economia Internacional**. 10 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

RIBEIRO, Diogo. **Diplomacia Moderna e Relações Econômicas Internacionais**. LISBON, 2020.

6º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	ECONOMETRIA		
CH: 60 h	CRÉDITOS:	3.1.0	CÓDIGO: NOVO
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		

EMENTA:

Correlação serial. Análise de regressão linear múltipla: o modelo de regressão; pressupostos; estimação de parâmetros; coeficientes de determinação múltipla; teste de hipóteses; variáveis “dummy” e tendência. Testes de especificação. Correção para os problemas de análise de regressão; forma funcional; escolha de variáveis; multicolinearidade; autocorrelação; heterocedasticidade; variáveis defasadas. Introdução à análise de séries temporais. Exemplos de aplicação de métodos estatísticos e econométricos em pesquisa econômica utilizando softwares.

Bibliografia Básica

GUJARATI, D.N. e PORTER, D. C. **Econometria básica**. São Paulo: Mc Grall Hill, 5ªed. 2011.

HOFFMANN, R. **Análise de Regressão**: uma Introdução à Econometria. Hucitec, 2006.

HILL, C; GRIFFITHS, W; JUDGE, G. **Econometria**. Editora Saraiva, 2ª ed São Paulo: Saraiva, 2003.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. Rio de Janeiro: Thomson, 2007.

Bibliografia Complementar

BUENO, R. L. S. **Econometria de Séries Temporais**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. São Paulo: Elsevier, 2009.

HILL, R. C.; JUDGE, G. G.; GRIFFITHS, W. E. **Econometria**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2010

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. Rio de Janeiro: Thomson Pioneira, 2006.

MADDALA, G. S. **Introdução à econometria**. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

MONSUETO, S. E. **Rotina de cálculo do conditional number no GRETL**. Notas Técnicas em Economia da UFG, n.1, 2010. Disponível em: <<http://econpapers.repec.org/paper/ufbnpaper/001.htm>>.

PINDYCK, R. S., RUBINFELD, D. L. **Econometria**: modelos e previsões. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

SCHMIDT, C. A. J. (coord). **Estatística – questões comentadas das provas da anpec de 2002 a 2011**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

6º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA		
CH: 60 h	CRÉDITOS:	4.0.0	CÓDIGO: NOVO
Área:	FORMAÇÃO HISTÓRICA		
EMENTA:			

Ideias introdutórias: as inflexões na política econômica do milagre. A crise dos anos oitenta: endividamento, inflação e estagnação. Choques heterodoxos (1985-1993). Os anos 90: o neoliberalismo, as políticas macroeconômicas e a vulnerabilidade externa. Neodesenvolvimentismo: as políticas macroeconômicas dos governos Lula e Dilma Rousseff. A crise política e o retorno do neoliberalismo - os governos de Temer e de Bolsonaro. As políticas macroeconômicas no combate à crise sanitária e econômica de 2020. Perspectivas atuais da economia brasileira.

Bibliografia Básica

ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso** – Dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: ED. Campus/Elsevier, 2014.

BELLUZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (org.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1998.

BRANCO, F.C. & DAVID, M.B. de A. **A aceleração inflacionária e as políticas de estabilização nos anos oitenta**. In: Perspectivas da Economia Brasileira. IPEA/INPES, 1989.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula. 5 ed. São Paulo: Ed. 34, 2003.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia Barros; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2015)**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2016.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Economia brasileira Contemporânea**. 8 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

KUZE, L. H. **Quinze Anos de Planos de Estabilização Econômica**: do Plano Cruzado ao Plano Real. Fundação GV. Ziani, 2018.

LESBAUPIN, Ivo (org.). **O Desmonte da Nação**: Balanço do Governo FHC. São Paulo: Vozes, 2000.

MODIANO, F. A Ópera dos três cruzados. In: **A Ordem do Progresso, cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. São Paulo: Campus, 1992.

PAULANI, Leda M. **Brasil Delivery**: Servidão Financeira e Estado de Emergência Econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

PIRES, M. C. **Economia Brasileira**: da Colônia ao Governo Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROSSI, Pedro; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. et al. (Org.). **Economia para poucos**: Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil. Autonomia Literária, 2018.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil**: Neoliberalismo Versus Democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

SINGER, P.A. **A Crise do Milagre**: interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TEIXEIRA, R.; PINTO, E. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, 2012.

Bibliografia Complementar

BRESSER-PEREIRA, L. C. A estabilização necessária. In: **Revista de Economia Política**. Nobel, 1992.

ARIDA, P. **Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ARIDA, P. **Inflação Zero** - Brasil, Argentina e Israel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BACHA, E. **Os Mitos de Uma Década**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BAER, Mônica. **O rumo perdido**: A crise fiscal e financeira do estado brasileiro. Editora Paz e Terra, 1993.

BAER, W. **A economia brasileira**. 3 ed. São Paulo: Nobel, 2007.

BAER, W. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

BARROS DE CASTRO, A; PIRES DE SOUZA, F. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BATISTA JR, P.N. **Mito e Realidade na Dívida Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BELLUZZO, L. G. de Melo. **O Senhor e o Unicórnio**: a economia dos anos 80. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil Privatizado**: um balanço do desmonte do estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

BRESSER PEREIRA, L. **A Dívida e a Inflação (a economia dos anos Figueredo 1978-1985)**. Gazeta Mercantil, 1985.

CELSO FURTADO. **O Brasil Pós-Milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

DADIDOFF CRUZ, P. **Dívida Externa e Política Econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira**. 7 ed. São Paulo: LTC., 2000.

LARA-RESENDE, A. A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial. IN: **Revista da Economia Política**, v.5, n.2, abril-junho, 1985. -

LOPES, F. Inflação inercial, hiperinflação e desinflação: notas e conjecturas. **Revista da Economia Política**, v.5, n.2, abril-junho, 1985.

LOPES, F. L. **Choque Heterodoxo**: combate à inflação e reforma monetária. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

MARCIO REGO, J. **Inflação Zero** - Brasil, Argentina e Israel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PIRES, M. C. **Economia brasileira**: da colônia ao governo Lula. Saraiva: São Paulo: Saraiva, 2010.

ROSSETTI, J. P. **Economia Brasileira**. São Paulo: Atlas, 2000.

SINGER, ANDRE. **O Lulismo em crise**: um quebra cabeça do governo Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, V. T. Análise comparativa da Política Externa do primeiro governo Dilma Rousseff e dos governos Lula: níveis e fatores de mudança na condução. **Revista Fronteiras**, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 162-181, 2o sem. 2016.

TAVARES, M. C.; CAMARA NETO, A. F. **Ensaio Político e Econômico sobre o governo Collor**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990.

TAVARES, M. C. **Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

6º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA:			
O papel do Estado nas economias capitalistas: as funções do Estado e a produção de bens públicos no pensamento econômico e fundo público. Instrumentos de planejamento do orçamento público: PPA, LDO e LOA. Orçamento Público: evolução conceitual e os princípios do orçamento público e origens, papéis e gestão. Gastos públicos: classificação e determinantes, gasto social e gasto financeiro no Brasil, o Novo Regime Fiscal – NRF e a “reforma” da Previdência Social; renúncias tributárias. Financiamento dos gastos públicos: conceito, princípios, categorias e sistemas de Tributação, classificação da receita, determinantes da carga tributária no Brasil e financiamento dos gastos públicos no Brasil. O déficit e a dívida pública: medidas e conceitos de déficits públicos e dívida pública.			
Bibliografia Básica			
ALENCAR JR, O. G. Nordeste do Brasil: a disputa entre o capital e o trabalho pelos recursos do fundo público estadual. In: MACÁRIO, E.; DIAS, E.; MEDEIROS, R. B.; ALEXANDRE, T. (orgs.) Dimensões da crise brasileira : dependência, trabalho e fundo público. 1 ed. Fortaleza: Eduece; Bauru: Canal 6, 2018.			
BEHRING, E R. Rotação do capital e crise: fundamento para compreender o fundo público e políticas sociais. In: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; BOSCHETTI, I; GRANEMANN, S. (orgs.). Financeirização, fundo público e política social . São Paulo: Cortez, 2012.			
BIN, D. A superestrutura da dívida : financeirização, classes e democracia no Brasil neoliberal. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2017.			
FATTORELLI, M. L. Cadernos de estudo – A dívida pública em debate. Brasília: Inove, 2012.			
GIACOMONI, J. Orçamento Público . 15 ed. ampliada, revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2010.			
OLIVEIRA, F. A. Economia e política das finanças públicas no Brasil : um guia de leitura. São Paulo: Hucitec, 2009.			
PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F. Contabilidade Pública : uma abordagem da administração financeira pública. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2014. (Cap. 6 e 7)			
RIANI, F. Economia do Setor Público : uma abordagem introdutória. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.			
SALVADOR, E. Fundo Público e Seguridade Social no Brasil . São Paulo: Cortez, 2010.			

Bibliografia Complementar

ALENCAR JR, O. G. **Estado e Fundo Público**: a disputa entre o capital e o trabalho pelos recursos orçamentários no Nordeste do Brasil de 2007 a 2014. Tese de Doutorado (Políticas Públicas). São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2018.

ALENCAR JÚNIOR, O. G.; SALVADOR, E. Finanças, fundo público e financiamento da seguridade social no Brasil. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.18, n.2, p.239-248, jul./dez. 2015.

FATTORELLI, M. L. **Auditoria cidadã da dívida dos Estados**. Brasília: Inove Editora, 2013.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. **Finanças Públicas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PAULANI, L. **Brasil Delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

7º PERÍODO

7º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	ECONOMIA MONETÁRIA		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA:			
<p>Conceito, origem, características, funções e tipos de Moeda. Criptomoedas. Ativos e Liquidez. O Sistema Monetário Nacional. O Banco Central e o sistema bancário comercial e não comercial. Meios de Pagamentos e Base Monetária. Teorias sobre a demanda monetária: a Teoria Quantitativa da Moeda (TQM), a versão neoquantitativista e Friedman. A ótica keynesiana. Modelos de Tobin e de Baumol. Modelo monetarista: a nova TQM. A velocidade da Moeda e o processo inflacionário. Os Instrumentos de política monetária.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>CARVALHO, F. J. C. Economia Monetária e Financeira: teoria e política. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.</p> <p>LOPES, J. do C. ROSSETI, J. P. Economia monetária. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>LICHA, A. L. Teoria da Política Monetária: uma abordagem de nível intermediário. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.</p> <p>MARTINS, Pedro. Introdução à Blockchain - Bitcoin, Criptomoedas, Smart Contracts, Conceitos, Tecnologia, Implicações. Rio de Janeiro: FCA Editora, 2018.</p> <p>PASTORE, Affonso Celso. Inflação e Crises: o papel da moeda. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2014.</p> <p>PELLINI, Rudá. O futuro do dinheiro: Banco digital, fintechs, criptomoedas e blockchain: entenda de uma vez por todos esses conceitos. Caieiras/SP: Gente, 2020.</p> <p>RESENDE, A. L. Juros, Moeda e Ortodoxia. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.</p> <p>ULRICH, Fernando. Bitcoin: a moeda na era digital. São Paulo: LVM Editora, 2014.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>ALMEIDA, J. R. N. Economia monetária: uma abordagem brasileira. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>ARANHA, Christian. Bitcoin, Blockchain e Muito Dinheiro - Uma Nova Chance para o Mundo. Rio de Janeiro: Editora Valentina Ltda, 2020.</p> <p>BACHA, E. A crise fiscal e monetária brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.</p> <p>CARVALHO, F. J. C. Keynes e os Pós-keynesianos: Princípios de Macroeconomia para uma Economia Monetária de Produção. Rio de Janeiro: ALTA CULT Editora, 2020.</p> <p>FRANCO, G. H. B. A moeda e a lei: uma história monetária brasileira (1933-2013). 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.</p> <p>FISHER, I. A Ilusão Monetária. Coimbra: Actual Editora, 2015.</p> <p>HAYEK, F. A. V. Desemprego e Política Monetária. 2 ed. São Paulo: LVM Editora, 2011.</p> <p>HAYEK, F. A. V. Desestatização do dinheiro. 2 ed. São Paulo: LVM Editora, 2011.</p> <p>SILVA, Simone Francisca da; ALBUQUERQUE, Vanessa Gomes. Descobrendo a Bitcoin. São Paulo: NOVATEC,</p>			

2017.

STIGLITZ, Joseph E. **Rumo a um novo paradigma em Economia Monetária**. São Paulo: Francis, 2004.

7º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL			
CH: 45 h	CRÉDITOS:	3.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA			

EMENTA:

Fundamentos do desenvolvimento sustentável: concepções e as dimensões social, econômica, ambiental, política e cultural. Evolução conceitual e os Objetivos de Desenvolvimento sustentável (ODS). Abordagens para o desenvolvimento regional: espaço e território no estudo da regionalidade. Fragmentação da dinâmica territorial. Desindustrialização e as questões regionais: desigualdades regionais, políticas de desenvolvimento regional e instrumentos. Estudo de caso.

Bibliografia Básica

CARVALHO, José Otamar. **Desenvolvimento regional: um problema político**. 2 ed. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

NAÇÕES UNIDAS. BRASIL. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Nações Unidas**. Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 02 de jul. 2020.

ROMERO, Ademar Ribeiro; REYDON, Bastiaan Philip; LEONARDI, Maria Lucia Azevedo (Org.). **Economia do meio ambiente: teoria políticas e a gestão de espaços regionais**. 3 ed. Campinas: Unicamp, 2001.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

Bibliografia Complementar

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CURI, D. **Gestão ambiental**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

HADDAD, P. R. **Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAES, O. J. **Economia Ambiental: instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Centauro, 2009.

SILVA, Christian Luiz; MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Reflexões Sobre o Desenvolvimento Sustentável: Agentes e Interações Sob a Ótica Multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

7º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE			
CH: 60 h	CRÉDITOS:	4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA			

EMENTA:

A dimensão ambiental no pensamento econômico. Princípios da economia ambiental neoclássica: alocação eficiente dos recursos naturais, crescimento econômico e bem-estar social. Recursos naturais: classificação, teoria e gestão dos recursos exauríveis, regra de Hotteling, exploração dos recursos naturais renováveis. Modelos bioeconômicos: recursos pesqueiros e florestais. Valor econômico do meio ambiente: conceitos e contribuições, direito de propriedade. Métodos de valoração ambiental. Indicadores ambientais. Economia verde: energias renováveis, produtos e serviços ecossistêmicos, ecoeficiência e inovação. Legislação ambiental brasileira.

Bibliografia Básica

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MAY, P. H. (Org.). **Economia do meio ambiente**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

MUELLER, C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: Editora UNB/FINATEC, 2007.

THOMAS, Janet M.; CALLAN, Scott J. **Economia Ambiental: Aplicações, Políticas e Teoria**. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Tradução da 6ª edição norte-americana.

Bibliografia Complementar

AYRES, R. U.; AYRES, E. H. **Cruzando a fronteira da energia: dos combustíveis fósseis para um futuro de energia limpa**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

HADDAD, P. R. **Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAES, O. J. **Economia Ambiental: instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Centauro, 2009.

MOTTA, R. S. **Economia Ambiental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MUELLER, Charles C.. O debate dos economistas sobre a sustentabilidade: uma avaliação sob a ótica da análise do processo produtivo de Georgescu-Roegen. **Estudos Econômicos**, São Paulo: s.n, v.35, n.4, p. 687-713, out./dez. 2005. CSA.

NUSDEO, A. M. O. **Pagamentos por serviços ambientais: sustentabilidade e disciplina jurídica**. São Paulo: Atlas, 2012.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

7º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	ELABORAÇÃO DE PROJETOS		
CH: 60 h	CRÉDITOS:	3.1.0	CÓDIGO: NOVO
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA		

EMENTA:

O desenvolvimento econômico e a disponibilidade de fatores e uso. O processo de planejamento econômico. O que é um projeto de investimentos. Tipos de projetos e objetivos. Elementos de um projeto. Etapas de Construção e roteiro. Aspectos econômicos de um projeto. Aspectos técnicos. Aspectos financeiros. Aspectos Legais. Aspectos Administrativos. Cronograma de execução e funcionamento do projeto.

Bibliografia Básica

FONSECA, José Wladimir Freitas da. **Elaboração e Análise de Projetos: a Viabilidade Econômico-Financeira**. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, J. M. **Elaboração e Análise de Viabilidade Econômica de Projetos**. São Paulo: Ed. Atlas, 2013.

WOILER, Sansão. MATHIAS, Washington Franco. **Projetos: planejamento, elaboração e análise**. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar
ABREU FILHO, J.C.; CURY, M.V.Q. Análise de Projetos de Investimento Capa comum – 1 janeiro 2018. Rios de Janeiro: FGV, 2018.
 BUARQUE, Cristóvam. **Avaliação Econômica de Projetos.** Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 1984.
 CASARROTO FILHO, N. **Elaboração de projetos empresariais.** São Paulo: Atlas, 2016.
 DUARTE, JUNIOR, M. A. **Análise de investimento em projetos:** viabilidade financeira e risco. Sain Paul,
 REZENDE, J. L. P.; OLIVEIRA, A. D. **Análise Econômica e Social de Projetos Florestais.** 2 ed. Viçosa-MG: Ed. UFG, 2001.

7º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	POLÍTICA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		

EMENTA:

Introdução a política e programação econômica (PPE). Política econômica. Planejamento no Brasil. O impacto da política econômica dos governos Lula-Dilma-Temer-Bolsonaro na sociedade brasileira. Novos dilemas da política econômica no Brasil.

Bibliografia Básica

BACHA, E. L.; BOLLE, M. B. (Orgs) **Novos Dilemas da Política Econômica:** ensaios em homenagem a Dionísio Dias Carneiro. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
 KON, Anita. **Planejamento no Brasil II.** 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
 KON, Anita. **Subsídios teóricos e metodológicos ao planejamento econômico público.** São Paulo: EAESP/FGV/NPP, Relatório de pesquisa nº 12, 1997.
 LANGE, Oscar. **Ensaio sobre Planificação Econômica.** São Paulo: Nova cultural, 1986.
 MARQUES, R. M.; ANDRADE, P. R. **O Brasil sob nova ordem:** economia brasileira contemporânea – uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.
 MINDLIN, Betty (org.). **Planejamento no Brasil.** 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
 ROSSETI, José P. **Política e Programação Econômicas.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

Bibliografia Complementar

ALENCAR JR, O. G. **Nordeste do Brasil: a disputa entre o capital e o trabalho pelos recursos do fundo público estadual.** In: Macário, E. *et al* (orgs.) **Dimensões da crise brasileira:** dependencia, trabalho e fundo público. 1. ed. – Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018.
 MARINI, Rui M. **Subdesenvolvimento e revolução.** 5 ed. Florianópolis: Insular, 2014.
 MARQUES, R. M.; ANDRADE, P. R. **Brasil 2003 – 2015: balanço de uma experiência “popular”.** Encuentro de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico (SEPLA). “Diez años de SEPLA-México: Crisis y desafíos para la clase trabajadora en Nuestra América”. **Anais...** Cidade do México, 2016.
 POCHMANN, M; GUERRA, A.; SILVA, R. A. (Orgs.) **Atlas da exclusão social no Brasil:** dez anos depois. São Paulo: Cortez, 2014.
 TINBERGEN, Jan. **Política Econômica:** Princípios e Planejamento. Nova Cultural, 1986.

8º PERÍODO

8º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	INTRODUÇÃO AO MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		

EMENTA:

A evolução do Sistema Financeiro Nacional: Conceitos, função, objetivos e composição. Ativos Financeiros e

não financeiros. As políticas econômicas e o sistema financeiro. Os investidores. O papel das taxas de juros. Risco, retorno esperado ao longo do tempo e liquidez. Portfólio e a demanda por ativos. Estrutura e Dinâmica do Mercado de Capitais. Títulos Públicos e Privados. Mercado primário e secundário. Aplicações de Renda Fixa e variável. Mercado de Ações. Bolsa de Valores. Mercado de Balcão. Securitização e Derivativos. Análise de Ações.

Bibliografia Básica

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
 FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. 22 ed. Qualitymark, 2020.
 LIMA, Iran Siqueira; LIMA, Gerlando A. S. F.; PIMENTEL, Renê Coppe (Org.). **Curso de mercado financeiro: tópicos especiais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
 PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Bibliografia Complementar

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro: exercícios e prática**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2019.
 BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fcomposicao%2Fcomposicao.asp>
 BRITO, Osias. **Mercado Financeiro: estruturas, produtos, serviços, riscos, controle gerencial**. 2 ed. São Paulo, 2013.
 HULL, John. **Fundamentos dos mercados futuros e de opções**. 4. ed. São Paulo: BM&F, 2005
 HULL, John. **Opções, Futuros e outros derivativos**. 9. ed. São Paulo. Bookman. 2016
 LEMOS, Flávio. **Análise técnica dos mercados financeiros**. Um guia completo e definitivo dos métodos e negociações de ativos. 2º ed. Saraiva. São Paulo. 2018.
 OLIVEIRA, Gilson; PACHECO, Marcelo. **Mercado Financeiro: objetivo e prático**. 3 ed. Fundamento, 2016.

8º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA		
CH: 60 h	CRÉDITOS:	3.1.0	CÓDIGO: NOVO
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		

EMENTA:

O valor do dinheiro no tempo. Taxa de juros. Séries perpétuas. Descontos. Sistemas de amortização. Conceito de equivalência de capitais. O processo de avaliação de projetos. Fluxo de caixa e taxa de atratividade. Construção do fluxo de caixa para análise de investimentos. Avaliação econômico-financeira de projetos: Taxa média de Retorno; Payback; Valor Presente Líquido; Valor Uniforme Líquido; Taxa Interna de Retorno; Ponto de Equilíbrio e Margem de Contribuição. Análise de sensibilidade. Avaliação de Impacto socioambiental. Análise da viabilidade do projeto e tomadas de decisão.

Bibliografia Básica

ASSAF NETO, A. **A Matemática Financeiro e suas Aplicações**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
 PUCCINI, Abelardo de Lima. **Matemática Financeira Objetiva e Aplicada**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
 SAMANEZ, C. P. **Matemática Financeira: Aplicações à Análise de Investimentos**. São Paulo: Pearson, 2010.
 SILVA, A. L. C. N. **Matemática Financeira Aplicada**. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Matemática Financeira com HP12C e EXCEL**. 5 ed São Paulo: Atlas, 2008.
 DAL ZOT, Wili. **Matemática Financeira**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
 FARO, Cloves. **Engenharia Econômica – ANPEC**.
 FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. 17 ed. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 2007.
 GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípio de Administração Financeira**. 10 ed. São Paulo: Pearson Education, 2004.
 LAPPONI, Juan Carlos. **Matemática Financeira usando o Excel 5 e 7**. São Paulo: Laponi Treinamento e Editora LTDA., 1996.
 MAYER, Raymond R. **Análise Financeira de alternativas de investimento**. São Paulo: Atlas.

REBELATTO, Daysi. (Org.). **Projeto de Investimento**. São Paulo: Atlas, 2001.
 SIZO, Ruy Luzimar Teixeira. **Manual de Análise Econômica-financeira de alternativas de investimentos**. THESAURS.
 SOUSA, Almir Ferreira. **Avaliação de Investimentos: uma abordagem prática**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
 VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. **Matemática Financeira**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

8º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 0.4.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA		
EMENTA: Elaboração do projeto de pesquisa contendo: apresentação do tema, justificativa, problema, objetivos, metodologia, revisão de literatura, cronograma e referências. Redação da introdução do TCC. Redação do referencial teórico do TCC, abordando os principais conceitos da temática pesquisada sob a perspectiva das diversas correntes teóricas. Redação da metodologia. Redação das referências.			
Bibliografia Básica CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto . 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2021. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia científica . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2016.			
Bibliografia Complementar DEMO, P. Metodologia do conhecimento científico . São Paulo: Atlas, 2009. GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de Pesquisa Social . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2016. KROKOSZ, Marcelo. Autoria e plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores . São Paulo: Atlas, 2012. VOLPATO, Gilson Luiz. Método lógico para redação científica . Botucatu: Best writing, 2011. ZAMBERLAZ, Luciano; [et al]. Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas . Ijuí: Unijuí, 2014.			

9º PERÍODO

9º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 0.4.0	CÓDIGO: NOVO	OBRIGATÓRIA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA		
EMENTA: Validação da metodologia da pesquisa do TCC. Aprofundamento da redação do referencial teórico. Coleta/levantamento de dados/informações. Redação da análise dos dados e discussão dos resultados. Redação da conclusão/considerações finais. Redação dos elementos pré-textuais e pós-textuais do TCC. Correção gramatical e ortográfica do TCC.			
Bibliografia Básica BÊRNI, Duilio de Avila (Coor.). Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento . São Paulo: Saraiva, 2002. GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de Pesquisa Social . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2016. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia científica . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2016. RICHARDSON, R. J.; et al. Pesquisa Social: métodos e técnicas . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.			

Bibliografia Complementar

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2009.
 GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2016.
 KROKOSZ, Marcelo. **Autoria e plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores**. São Paulo: Atlas, 2012.
 VOLPATO, Gilson Luiz. **Método lógico para redação científica**. Botucatu: Best writing, 2011.
 ZAMBERLAZ, Luciano; [et al]. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas**. Ijuí: Unijuí, 2014.

6.2 Disciplinas Optativas

1º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OPTATIVA
Área:	FORMAÇÃO GERAL		
EMENTA			
Definições de filosofia. Surgimento e especificidades do pensamento filosófico. Campos de investigação da filosofia. Panorama da filosofia ao longo da história. Elementos da filosofia africana, latino-americana e brasileira. Leitura orientada de obras filosóficas.			
Bibliografia Básica			
CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da filosofia . Vols. 1 e 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia . São Paulo: Ática, 2019. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é filosofia . São Paulo: 34, 2010. GRANGER; Gilles-Gaston. Por um conhecimento filosófico . Campinas, Papirus: 1998. NKOGO, Eugenio. Síntesis Sistemática de la Filosofía Africana . Barcelona: Carena, 2016. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia . Vols. 1 a 7. São Paulo: Paulus, 2003. REZENDE, Antonio (org.). Curso de Filosofia . 13. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. SEVERINO, A. J. A filosofia contemporânea no Brasil . 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.			
Bibliografia Complementar			
ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento . Rio de Janeiro: Zahar, 2000. ARENDT, Hannah. A condição humana . 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2016. ARISTÓTELES. A política . São Paulo: Folha de São Paulo, 2010. ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco . São Paulo: Martin Claret, 2015 BACON, Francis. Novo Órgão . São Paulo: Edipro, 2014. BAUMAN, Zigmund. Modernidade líquida . Rio de Janeiro: Zahar, 2001. BENJAMIN, Walter. O Anjo da História . Belo Horizonte: Autentica, 2013. COMTE, Auguste. Curso de filosofia positiva . Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é filosofia . São Paulo: 34, 2010. DESCARTES, René. Discurso do método . São Paulo: Edições 70. 2011. DUSSEL, E.; MENDIETA, E.; BOHÓRQUEZ, C. (orgs.). El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y "latino" (1300-2000): historia, corrientes, temas y filósofos . México: Siglo XXI, 2009. FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. FREUD, Sigmund. O mal estar na civilização e outros textos . São Paulo: Companhia das Letras, 2010. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere . Rio de Janeiro, 2002. HABERMAS, Jürgen. Teoria do agir comunicativo . São Paulo: Martins Fontes, 2011. HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano . São Paulo: Escala, 2011.			

KANT, Immanuel. **Metafísica dos Costumes**. Petropolis: Vozes, 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel . **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo civil**. . São Paulo: Edições 70. 2015.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional**. São Paulo: Edipro, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**. São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Lafonte, 2017.

ROTTERDAM, Erasmo de. **Elogio da loucura**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. São Paulo: Escala, 2006.

Santo Agostinho. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. Coleção os Pensadores.

SENECA. **Sobre a Ira / Sobre a Tranquilidade da Alma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Tomás de Aquino. **Suma teológica**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

ZEA, L. **Discurso desde a marginalização e a barbárie**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

1º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	FERRAMENTAS DA COMPUTAÇÃO PARA ECONOMIA		
CH: 45 h	CRÉDITOS: 1.2.0	CÓDIGO: NOVO	OPTATIVA
Área:	FORMAÇÃO GERAL		
EMENTA: Introdução a Informática. Sistema Operacional. Sistemas de Armazenamento de Informações e backups. O Pacote Office. Editores de Texto: o ambiente de trabalho e os principais comandos; configurações de páginas; formatação e edição de textos; revisor de textos; inserir e formatar ilustrações e tabelas; inserir sumário e índice de ilustrações automáticos. Planilhas Eletrônicas: o ambiente de trabalho e os principais comandos; trabalhando com fórmulas; inserção de gráficos e tabelas dinâmicas. Apresentações de Slides: o ambiente de trabalho e os principais comandos; formatação de slides; inserção de gráficos, tabelas e figuras.			
Bibliografia Básica MARÇULA, Marcelo; BRNINI FILHO, Pio Armando. Informática: conceitos e aplicações . Érica, 2009. PREPPERNAU, Joan; COX, Joyce. Microsoft Office Word 2010. Passo a Passo . Porto Alegre: Bookman, 2012. MCFEDRIES, Paul. Fórmulas e funções com Microsoft Office Excel 2010 . São Paulo: Pearson Prentice Hall. 1 ed. 2012. COX, Joyce; PREPPERNAU, Joan. Microsoft Office Power Point 2010. Passo a Passo . São Paulo: Bookman, 2012.			
Bibliografia Complementar BORGES, Klaibson Natal Ribeiro. Libre Office para Leigos . Disponível em: http://www.brofficeparaleigos.org/ Dias, Fabricio Ferreira. O uso da planilha eletrônica Calc no ensino da matemática . Novas Edições Acadêmicas (13 julho 2015). MANZANO, André Luiz N. G.; MANZANO, Maria Izabel N. G. Estudo Dirigido de Informática Básica . Érica, 2008. MORGADO, Flavio Eduardo Frony. Formatando Teses e Monografias com BrOffice . Ciência Moderna, 2008. NORTON, Peter. Introdução à Informática . Pearson Makron Books, 2007. Apostilas disponíveis em: http://www.broffice.org/			

1º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OPTATIVA
Área:	FORMAÇÃO GERAL		
EMENTA: Formação cultural brasileira: história e memória dos povos afro-brasileiros e indígenas. Culturas negras, afrodescendentes e indígenas no Brasil: língua, religião, símbolos, artes e literatura. Lutas e resistência negra e			

indígena no Brasil. Organização econômica, social e política das sociedades indígenas. Guerras indígenas e os conflitos coloniais e pós-coloniais. Etnocentrismo, racismo e outros discursos de superioridade étnico-raciais.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.
 ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
 BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das cruzadas ao século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
 KABENGELE, Munanga. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, cultura e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.
 SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das Raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Bibliografia Complementar

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 52 ed. São Paulo: Global, 2013.
 FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
 PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
 HILL, Lawrence. **O Livro dos Negros**. São Paulo, SP: Primavera Editorial, 2015.
 MATTOS, R. A. de. **História e Cultura Afro-Brasileira**. Contexto, 2007. (Biblioteca Virtual)
 MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

1º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO E DIVERSIDADE		
CH: 60 h	CRÉDITOS:	4.0.0	CÓDIGO: NOVO
Área:	FORMAÇÃO GERAL		

EMENTA:

Introdução: cultura, etnias, gênero, sexualidade. Discussão conceitual e contextualização histórica e política: racismo, preconceito, discriminação e segregação. Relações étnico-raciais. O mito da democracia racial no Brasil. Movimentos (negro, indígena, feminista) sociais no Brasil. Raça e direitos humanos no Brasil. As diretrizes curriculares para educação das relações étnico e raciais. Política de cotas. Economia da discriminação: desigualdades no mercado de trabalho e desigualdades de oportunidade. A dimensão das desigualdades raciais no Brasil.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
 BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
 COTRIM, Luisa Rabioglio; TEIXEIRA, Marilane Oliveira; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil. Texto para Discussão**. Unicamp. IE, Campinas, n. 383, jun. 2020.
 DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1ª ed, São Paulo: Bomtempo, 2016.
 FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, 1978.
 LIMA, Firmino A. **Teoria da Discriminação nas Relações de Trabalho**. São Paulo: Campus, 2011.

Bibliografia Complementar

ARENDR, Hannah. **As origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.
 BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório do Comitê Nacional para preparação da participação brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata**. Durban, 31 ago./7 set. 2001.
 CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
 FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.). **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.
 GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de apoio à Universidade de

São Paulo, 2002.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOOKS, Bell. **Aprendendo a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes. **Florianópolis**, v. 20, n. 3, p. 353-362, set./dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p353>

LOPES, José Sérgio L.; HEREDIA, Beatriz Maria. (Orgs.). **Movimentos Sociais e esfera pública: o mundo da participação**. Burocracia, confrontos, aprendizados inesperados. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane D. Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 463-479, 2018.

MELLO, Luciana Garcia. O mito da democracia racial e a relação entre raça e política no Brasil: reflexões a partir de Carlos Hasenbalg. **Argumentos**, v.15, n.2, p.197-221.

MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto alegre: Mediação, 2004.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhias das Letras, 2019.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010)**. Rio de Janeiro: Gramond, 2014.

SANTOS, Renato Emerson. (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Gutemberg, 2009.

1º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	INGLÊS INSTRUMENTAL		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OPTATIVA
Área:	FORMAÇÃO GERAL		
EMENTA:			
A leitura em língua estrangeira: familiarizando o aluno com vocabulário específico da área econômica. Técnicas e estratégias de leitura aplicadas a compreensão e interpretação de textos de revistas, artigos, matérias publicadas em sítios eletrônicos e jornais da área de economia e afins.			
Bibliografia Básica			
CRUZ, Décio Torres. Inglês para Administração e Economia . Barueri: Disal, 2007.			
MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental: estratégias de leitura (Módulo 2) . São Paulo: Textonovo, 2004.			
SCHUMACHER, Cristina. Inglês urgente! para brasileiros nos negócios: novas soluções simples e práticas para a comunicação empresarial . Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.			
Bibliografia Complementar			
HARMER, Jeremy. The Practice of English Language Teaching . 3. ed. Longman, 2001.			
HUTCHINSON, T.; WATERS, A. English for Specific Purposes: a learning centered approach . Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1987.			
MURPHY, R. Essential Grammar in Use . New York: Cambridge University Press, 1998.			
NUTTALL, Christine. Teaching reading skills in a foreign language . 2a. ed. Heinemann Educational Books, 1996			
VAEZI, SHAHIN. Theories of Reading . Disponível em: < https:// www.teachingenglish.org.uk/article/theories-reading >.			

1º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	LIBRAS		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OPTATIVA
Área:	FORMAÇÃO GERAL		
EMENTA:			
A Libras: apresentação, população usuária e territorialidade. Audiologia e Surdez: questões linguísticas, etiológicas e educacionais. A concepção da surdez como deficiência e como diferença linguística. Estrutura			

linguística da Libras: conhecendo o funcionamento da língua. Língua, linguagem e línguas sinalizadas. A educação de pessoas surdas. Léxico básico para conversação em Libras.

Bibliografia Básica
 CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Editora EDUSP, 2017.
 GESSER, Audrei. **Libras?:** Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Párbola Editorial, 2009.
 WILCOX, Sherman; WILCOX, Phyllis Perrin. **Aprender a ver:** o ensino da língua de sinais americana como segunda língua. Arara Azul, 2005. E-book (download gratuito).

Bibliografia Complementar
 CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. **Em defesa da escola bilíngue para surdos:** a história de lutas do movimento surdo brasileiro. Educar em Revista, n. SPE-2, p. 71-92, 2014.
 DE LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. **Tenho um aluno surdo, e agora?:** introdução à Libras e educação de surdos. EdUFSCar, 2013.
 QUADROS, Ronice Muller de. **Libras**. São Paulo: Párbola, 2019.
 REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. **Implante coclear:** normalização e resistência surda. Curitiba: Editora CRV, 2012.
 SACKS, Oliver W. **Vendo Vozes:** uma jornada pelo mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
 SKLIAR, C. (ORG.). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2010.

2º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:			COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS				
CH: 60 h	CRÉDITOS:	4.0.0	CÓDIGO:	NOVO	OPTATIVA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVO				

EMENTA
 Introdução à educação financeira: O conceito de finanças pessoais: fontes de receitas e tipos de despesas. Orçamento e planejamento pessoal e familiar. Poupança. Fluxo de caixa. O consumismo segundo Bauman. Armadilha do endividamento: Compras, Crédito e Dívidas. O dilema das redes sociais e algoritmo. Futuro: Investimentos e aposentadoria. Escolha e dimensionamento de um plano de previdência. Princípios básicos do processo de planejamento financeiro pessoal. As etapas do processo de planejamento financeiro. Escolha entre alternativas de investimento. O problema do Endividamento: como passar de devedor para investidor.

Bibliografia Básica
 BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
 CARVALHO, Rogério Galvão de. **Guia de finanças pessoais**. LTDA. E-book, 2011.
 Campos, C. R., & Coutinho, C. Q. S. **Educação financeira no contexto da educação matemática:** pesquisas e reflexões. Taubaté: Akademy, 2020.
 CERBASI, Gustavo. **Dinheiro: Os segredos de quem tem:** como conquistar e manter sua independência financeira. São Paulo: Editora Gente, 2003.
 CERBASI, G. **Investimentos inteligentes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.
 FERREIRA, Rodrigo. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro:** manual de finanças pessoais. São Paulo, SP: IOB Thomson, 2006.
 LUQUET, Mara. **Guia valor econômico de planejamento da aposentadoria**. São Paulo: Globo, 2001.
 SOUSA, F., & DANA, S. **Como passar de devedor para investidor:** um guia de finanças pessoais. São Paulo: Cengage, 2012.

Bibliografia Complementar
 BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013. Acesso em: 22 de agosto de 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Implementação a Estratégia Nacional de Educação Financeira**. 2014. Disponível em: Acesso em: 21 de agosto de 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **A Importância do Crédito ao Consumo**, Apresentação para Associação Comercial de São Paulo, São Paulo, 2006. Publicação em meio eletrônico. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/apron/Apres/A%20Import%20ncia%20do%20Cr%20dito%20ao%20Consumo.pdf>.

EWALD, Luiz Carlos. **Sobrou dinheiro!** Lições de Economia Doméstica. Rio de Janeiro, RJ: Bertrant Brasil, 2004.

INFOMONEY. **Informação que vale dinheiro**. Disponível em: www.infomoney.com.br

PRATES, Carlos. **Aposentadoria: Oportunidades e Ameaças**. Como planejar a fase de transição e administrar eventuais dificuldades. 2007. Disponível em: <http://www.ibahia.com/a/blogs/empregos/files/2011/06/LIVRO-APOSENTADORIA-OPORTUNIDADES-E-AMEA%3%87AS-NOV.-2010.pdf>. Acesso em 11 nov. 2017.

RODOPOULOS, Adriana. **A vida é feita de escolhas**. Componente emocional influencia decisões de consumo. Revista FUNCEF. Brasília, n. 74, PP 6-7, Jan./Fev. 2015.

3º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	ECONOMIA SOLIDÁRIA		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OPTATIVA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		

EMENTA:

A dualidade entre o Capitalismo e a Economia Solidária: modo de produção, acumulação de riqueza e organização do trabalho. Economia solidária: bases históricas, fundamentos, conceitos e princípios. Economia Solidária no Brasil: o papel do Estado, políticas públicas, geração de trabalho e renda, erradicação da pobreza e incubadoras. Empreendimentos Econômicos Solidários: autogestão e cooperação, eficiência e viabilidade econômica. Economia solidária e desenvolvimento local: Fundo rotativo solidário, bancos comunitários, moeda social. Comércio Justo e Solidário: produção coletiva, preço justo, comercialização direta, consumo responsável. Experiências autogestionárias.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Josilaine P.; LOCKS, Geraldo A.; SAVIAN, Moisés (Org.). **Educação, Economia solidária e Desenvolvimento territorial**: uma abordagem interdisciplinar. Curitiba: Appris, 2020.

CANDEIAS, César N. B.; MACDONALD, José B.; MELO NETO, José Francisco. **Economia solidária e autogestão**: ponderações teóricas e achados empíricos. Maceió: UFAL, 2005.

FAVARIN, Roque Ademir. **Fundos rotativos solidários**: avanços e limites para a construção de finanças solidárias no Brasil. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça (Org.). **Economia solidária**: Questões Teóricas e Epistemológicas. Coimbra: Almedina, 2011.

MELO, Joaquim; BRAZ, Juliana O. Barro (Org.). **Banco Palmas 15 anos**: resistindo e inovando. São Paulo: Instituto Palmas & NESOL-USP, 2013.

SINGER, Paul. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.

Bibliografia Complementar
 ARAÚJO, Maxwell. **Economia solidária**: construção de conceitos e a importância de sua prática. Brasília: produção independente, 2016.
 ARROYO, João Claudio; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. Fundação Perseu Abramo, 2006.
 CRUZ, Antonio. **Uma Contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária**. Campinas: ITCP/Unicamp, 2002.
 CUNHA, Gabriela C.; DAKUZAKU, Regina Yoneko (Org.). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo: Contexto, 2003.
 MANCE, Euclides. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 2000.
 SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
 SINGER, Paul. **Ensaio sobre economia solidária**. Coimbra: Almedina, 2018.

4º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	ECONOMIA MARXISTA II		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OPTATIVA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA: Acumulação primitiva. A Lei de Tendência a queda da Taxa de Lucro. Etapas históricas das crises de superprodução. A Internacionalização do capital. Os principais atores das finanças mundializadas. Debates marxistas emergentes: cidades, meio ambiente, políticas sociais, feminismo, indústria cultural, necropolítica, migração.			
Bibliografia Básica ADORNO, Theodor. Indústria Cultural e Sociedade . São Paulo: Paz e Terra, 2002. HARVEY, David. Cidades Rebeldes : do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. HOBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos : O breve século XX (1914 – 1991). Companhia das Letras. São Paulo. 1995. IANNI, Octávio. Estado e Capitalismo . Brasiliense. São Paulo. 2004. LENIN. Vladimir. Imperialismo, fase superior do capitalismo . Rio de Janeiro: Atlas. LUXEMBURGO, R. A. A acumulação do capital : contribuição ao estudo econômico do imperialismo: anticrítica. São Paulo: Abril Cultural, 1984, v. 2. MARX, Karl. O Capital : Crítica da economia política. Vol 2 e 3. Nova Cultural. São Paulo. 1996.			
Bibliografia Complementar BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar : a Aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. CASARA, Rubens R. R. Estado pós-democrático : neobscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017. HILFERDING, Rudolf. O capital Financeiro . São Paulo: Nova Cultural, 1985. CHESNAIS, F. A Finança Mundializada . São Paulo. Boitempo, 2005. HARVEY, David. O novo imperialismo . São Paulo: Loyola, 2005. HOBSBAWN, E. A era do Capital (1848 – 1875) . São Paulo: Companhia das Letras, 2012. WOOD, E. M. O império do capital . 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.			

4º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	ECONOMIA DO TRABALHO		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OPTATIVA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		

EMENTA:
População e Força de Trabalho. Estrutura de empregos e formas de organização da produção. A estrutura ocupacional no Brasil. Sistema Público de Emprego. A crise, desconstrução do trabalho e as reformas trabalhistas. O trabalho imaterial. O trabalho de plataforma e o futuro do trabalho.

Bibliografia Básica

ALVES, Giovanni. **O novo (e precariado) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. Boitempo. São Paulo. 2020.
ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. v. 4. Boitempo. São Paulo. 2019.
ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado dos serviços na era digital. 2ªed. Boitempo. São Paulo. 2020.
GORZ, André. **O imaterial**. Annablume. São Paulo. 2005
POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3 ed. São Paulo. Contexto. Col. Economia, 2002.
POCHMANN, Márcio. **A nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social Brasileira. São Paulo. Boitempo. 2012.
MARTINS, S. P. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas. 28ª. Edição. 2012.

Bibliografia Complementar

BRAVERMANN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara. 1987.
CACCIAMALI, M.C. Emprego no Brasil durante a primeira metade da década de 80. In: **Mercado de trabalho e distribuição de renda**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1989.
CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo. Boitempo. 2003.
GIMENEZ, Denis Maracci. SANTOS, Anselmo Luís dos. **Indústria 4.0, manufatura avançada e seus impactos sobre o trabalho**. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 371, nov. 2019.
SINGER, P. **Economia política do trabalho**. São Paulo, Hucitec, 1979.

4º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	ECONOMIA PIAUIENSE		
CH: 60 h	CRÉDITOS:	4.0.0	CÓDIGO: NOVO
Área:	FORMAÇÃO HISTÓRICA		

EMENTA
História do Piauí e seus ciclos econômicos. O contexto histórico e político na economia nacional. Caracterização do Estado do Piauí: social, econômico, política, demográfico e territorial. Distribuição espacial das estruturas econômicas. A atuação do Estado como indutor do desenvolvimento no Piauí. Estratégias de desenvolvimento, oportunidades de negócios e atração de investimentos. Os entraves para o desenvolvimento do Piauí.

Bibliografia Básica

LIMA, Gerson Portela. **Atlas da Exclusão Social no Piauí**. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.
MENDES, Filipe. **Economia e Desenvolvimento do Piauí**. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2020.
PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DO PIAUÍ (Piauí 2050): Macrotendências de investimento produtivo e em infraestrutura nos segmentos estratégicos. Produto 2. Out. 2013.
POCHMANN, M. GUERRA, A. **Piauí**: trajetória e transição econômica. Teresina: CEPRO, 2019.
QUEIROZ, Teresinha. **Economia Piauiense**: da pecuária ao extrativismo. Teresina: EDUFPI, 2006.
SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução histórica da Economia Piauiense e outros estudos**. 2 ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017. Coleção Centenário 78.
VELOSO FILHO, Francisco de Assis. **Economia piauiense planejamento e perspectivas de investimento**. Teresina: EDUFPI, 2018.
VELOSO FILHO, F., SILVA, C., SILVA, F. e CARVALHO, F. Impactos dos Grandes Programas Federais e Reflexões Para a Formulação de Políticas de Desenvolvimento no Estado Do Piauí. In **Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes**

Projetos Federais no Nordeste. Nota técnica 13. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
<p>Bibliografia Complementar CARTA CEPRO, Teresina, Fundação CEPRO – V. 22, N. 2, jul/dez 2003. VELLOSO, João Paulo dos Reis. “O vale da decisão”: “O Piauí é rico” – em grandes oportunidades. Rio de Janeiro: Livros do Futuro, 2013. CEPRO. A estrutura agrária e o desenvolvimento econômico e social do Piauí. Teresina: Fundação CEPRO. 1983 (estudos diversos, 21). SANTOS, A. P. S. Estudo socioeconômico dos principais produtos do extrativismo vegetal do Piauí: Carnaúba. Teresina: CEPRO, 1979.</p>

5º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	ECONOMIA DO TURISMO		
CH: 60 h	CRÉDITOS:	4.0.0	CÓDIGO: NOVO
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		

EMENTA:
Turismo: problemas de definição. A evolução histórica do turismo. A demanda turística: demanda, utilidade, elasticidades da demanda, determinantes da demanda global. A oferta turística: características e classificação da oferta, destinos e produtos, função da produção e elasticidade da oferta. Caracterização da estrutura do mercado turístico. Turismo sustentável – avaliação dos recursos turísticos. Impactos econômicos do turismo – sobre as estratégias de desenvolvimento, a produção, o investimento, o emprego e o balanço de pagamentos. Conta satélite do turismo. Tópicos especiais: estudo de Caso do turismo piauiense – enfoque de demanda e oferta dos principais mercados.

Bibliografia Básica
ARENDIT, Edinilson. **Introdução à Economia do Turismo**. Campinas: Alínea, 1999.
LAGE, Beatriz H. G.; MILONE, Paulo C. **Economia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2001.
RODERMEL, Pedro Monir. **Economia do Turismo**. Intersaberes, 2014.
RABAHY, Wilson. **Planejamento do Turismo**: estudos econômicos e fundamentos econométricos. São Paulo: Loyola, 1990.
SWARBROOKE, J.; HORNER, S. **O Comportamento do Consumidor no Turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

Bibliografia Complementar
CRUZ, Rita de Cassia. **Política de Turismo e Território**. Contexto, 2000.
CUNHA, Licínio. **Economia e Política do Turismo**. LIDEL, 2013.
FERNANDES, Ivan Pereira; COELHO, Marcio Ferreira. **Economia do turismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2011.
LEMONS, Leandro. **Turismo**: que negócio é esse? Uma análise econômica do turismo. Campinas: Papirus, 1999.
LAGO, M. F. do. **Causas e Consequências da Baixa Atividade Turística do Litoral do Piauí**. Parnaíba: Universidade Federal do Piauí, 2010.
SILVA, J. A. S. **O turismo Como Atividade Econômica**: enfoque de demanda versus enfoque de oferta. Salvador: Universidade Salvador, 2010.
TAKASAGO, Milene; MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; ANDRADE, Joaquim Pinto de; DIVINO, José Angelo. **A economia do turismo no Brasil**. Senac Distrito Federal, 2008.
TOMAZZONI, Edegar Luis. **Turismo e Desenvolvimento Regional**: dimensões, elementos e indicadores. Educus, 2009.
TRIBE, John. **Economia do Lazer e do Turismo**. São Paulo: Manole, 2003.

5º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	ECONOMIA DE EMPRESAS		

CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OPTATIVA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA: A economia de empresas na teoria econômica. Tomadas de decisões sobre alocação de recursos. Modelos de tomada de decisão. Modelagens de projeções integradas. Sistema de Planejamento e Controle. Estrutura do capital das empresas. Fontes de financiamento a longo prazo. Fluxo de Caixa e disponibilidade. O desempenho operacional da empresa e a criação de Valor. Instrumentos de avaliação de desempenho das empresas. Avaliação de Ativos Intangíveis. Avaliação de empresas para fusões e aquisições.			
Bibliografia Básica MEGLIORINI, Evandir. VALLIM, Marco Aurélio. Administração Financeira : uma abordagem brasileira. Pearson, Prentice Hall. São Paulo. 2008. MOYER, R. Charles; HARRIS, Frederick H. de B.; MCGUIGAN, James R. Economia de Empresas : Aplicações, Estratégia e Táticas. 13 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. NEWNAN, Donald G. LAVELLE, Jerome P. Fundamentos de Engenharia Econômica . Rio de Janeiro: LTC, 2016.			
Bibliografia Complementar AUGUSTO, Mário. Manual de Gestão Financeira Empresarial . Escolar Editora, 2016. BAYE, Michael R. Economia de Empresas e Estratégias de Negócios . 6 ed. Amgh Editora, 2010. BRUNSTEIN, I. Economia de empresas : gestão econômica e de negócios. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2013. FALCINI, Primo. Avaliação econômica de empresas : investimentos de risco, remuneração dos investimentos, geração de fundos de Caixa, contabilidade por atividades e por fluxos de Caixa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010. FIANI, Ronaldo. Economia de Empresas . São Paulo: Saraiva, 2015. MARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis : Contabilidade Empresarial. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012. MEDLIORINI, Evandir; VALLIM, Marco Aurélio. Administração Financeira : uma abordagem financeira. São Paulo: Pearson, Printice Hall, 2008. SOUZA, Almir Ferreira de. Avaliação de Investimentos : uma abordagem prática. São Paulo: Saraiva, 2007. TANCREDI, Claudio Tadeu; CASTIGLIONI, José Antônio de Mattos. Organização Empresarial : Conceitos, Modelos, Planejamento, Técnicas de Gestão e Normas de Qualidade. Editora Érica, 2014. Série Eixos.			

5º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	ECONOMIA DA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OPTATIVA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA Dinâmica das revoluções tecnológicas: mudança técnica, dinâmica industrial e transformações do capitalismo. A inovação sob a ótica de Schumpeter, neo-schumpeterianos e institucionalistas. A trajetória da universidade na geração de conhecimento e inovação. Aprendizado tecnológico – o papel do Estado e das políticas industriais, educacionais, fatores condicionantes de oferta e demanda, comportamento empresarial. Economia de redes e inovação – difusão tecnológica. Tecnologia, desenvolvimento econômico e <i>catching-up</i> . Sistema Nacional de Inovação. Política de inovação – instrumentos e avaliação. Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.			
Bibliografia Básica AKABANE, Getulio K. Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade : histórico, conceitos e aplicações. Editora: Editora Érica, 2019.			

PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **Economia da inovação tecnológica**. Editora Hucitec, 2006. (Série Economia e Planejamento).

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação 2016/2022**: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Econômico e Social. Brasília, 2016.

RAPINI, Márcia Siqueira; SILVA, Leandro Alves; ALBUQUERQUE, Eduardo da Mota. (Orgs.) **Economia da ciência, tecnologia e inovação**: fundamentos teóricos e a economia global. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da inovação**: a economia da tecnologia do Brasil. R.J.: Elsevier, 2006.

Bibliografia Complementar

BARBALHO, Sanderson César Macêdo; MEDEIROS, Juliana Corrêa Crepalde; QUINTELLA, Cristina M. (Orgs.). **O marco legal de ciência, tecnologia e inovação (ct&i) e seu potencial impacto na inovação no Brasil**. Editora : CRV, 2020.

CABRAL, Arnaldo Sousa. **Economia digital**: uma perspectiva estratégica para negócios. São Paulo - SP: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Joelmo Jesus de. Ciência, tecnologia e inovação no Brasil: poder, política e burocracia na arena decisória. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 59, p. 129-147, set. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Planejamento estratégico de ciência, tecnologia e inovação de Campinas (PECTI) 2015-2025**. Prefeitura Municipal de Campinas, jun. 2015.

ROSENBERG, Nathan. **Por Dentro da Caixa-preta**: Tecnologia e Economia. Editora: São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.

SCHUMPETER, J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo/SP: Abril cultural, 1982.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 1984.

NELSON, Richard R.; WINTER, Sidney G. **Uma Teoria Evolucionária da Mudança Econômica**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.

ZUFFO, João Antonio. **A sociedade e a economia no novo milênio**: os empregos e as empresas no turbulento alvorecer do século XXI. Barueri - SP: Manole, 2003.

5º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	TEORIA DOS JOGOS		
CH: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	CÓDIGO: NOVO	OPTATIVA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA:			
Introdução. Modelos de jogos. Jogos Simultâneos. Aplicações do Conceito de Equilíbrio de Nash. Jogos Competitivos e Estratégias Mistas. Jogos Sequenciais. Jogos Simultâneos de informação incompleta. Licitações.			
Bibliografia Básica			
FIANI, Ronaldo. Teoria dos Jogos : para cursos de administração e economia. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2015.			
PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. Microeconomia . 8 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.			
VARIAN, H. R. Microeconomia : uma abordagem moderna. 9 ed. São Paulo: Elsevier, 2015.			
Bibliografia Complementar			
BESANKO, David; BRAEUTIGAM, Ronald R. Microeconomia : uma abordagem completa. Rio de Janeiro: LTC, 2004.			
BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 . Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasil: Presidência da República. Casa Civil, 1993.			
Frank, Robert H. Microeconomia e Comportamento . 8 ed. Porto Alegre: Amgh Editora, 2013.			
KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. Economia Industrial : Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil. 2 Ed. São Paulo: Campus, 2013.			

MANKIW, N. G. **Princípios de Microeconomia**. 6 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
 WESSELS, Walter J. **Microeconomia: Teoria e Aplicações**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

7º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	ECONOMIA ECOLÓGICA		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OPTATIVA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA: Fundamentos e correntes teóricas: economia ambiental, economia ecológica e economia verde. Antecedentes da economia ecológica: lei da entropia, limites do crescimento econômico. Mudanças de paradigma e a transdisciplinaridade. Visão econômica da ecologia: Curva de Kuznets Ambiental (CKA), sistema econômico e as externalidades. Visão ecológica da economia: modelo biofísico do sistema econômico. Decrescimento econômico e economia estacionária: entropia e esgotamento do capital natural. Instrumentos para a gestão ambiental. Mudanças climáticas e o impacto na economia. Economia socioambiental: comunidades locais sustentáveis.			
Bibliografia Básica DALY, Herman; FARLEY, Joshua. Economia Ecológica: Princípios e Aplicações . Instituto Piaget, 2008. GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. O decrescimento: entropia, ecologia, economia . Instituto Piaget: 2013. MAY, P. H. (Org.). Economia do meio ambiente . 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.			
Bibliografia Complementar MAY, P. H. (Org.). Economia do meio ambiente . 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. MEADOWS, Dennis L. Limites do crescimento . 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. Pilling, David. A Ilusão Do Crescimento . Alta Books, 2019. SOUZA-LIMA, J. E. Economia ambiental, ecológica e marxista <i>versus</i> recursos naturais. Revista da FAE , Curitiba, 2004, v. 7, n. 1, p. 119-127. THOMAS, Janet M.; CALLAN, Scott J. Economia Ambiental: Aplicações, Políticas e Teoria . São Paulo: Cengage Learning, 2016. Tradução da 6ª edição norte-americana.			

7º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	ECONOMIA REGIONAL E URBANA		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	CÓDIGO: NOVO	OPTATIVA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA Marcos teóricos da economia regional: visão tradicional da abordagem espacial (Von Thünen, Cantillon, Christaller etc.) e a <i>Regional Science</i> (Isard, Weber etc.); Teorias do desenvolvimento (Perroux, Myrdal, Hirschman e Furtado/Cepal); Teorias da localização e da aglomeração (Marshall, Krugman, Porter); Sistemas regionais inovativos e APLs (Schumpeter, neoschumpeterianos, Redesist); Economia urbana: o setor terciário; produção social do espaço urbano; a urbanização brasileira; metropolização; rede urbana. Planejamento Regional e Urbano: o nacional e o regional; configuração espacial da economia; Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano; Inserção do Piauí e Nordeste na economia nacional e mundial. Nova Geografia Econômica: espaço, mobilidade de fatores e produtos. Métodos de análise regional e urbana: medidas de localização e de espacialização; análise diferencial.			

Bibliografia Básica

CAMPOLINA, Clelio; CROCCO, Mario (org.) **Economia Regional e Urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

CRUZ, Bruno de Oliveira; FURTADO, Bernardo Alves; MONASTERIO, Leonardo; RODRIGUES JÚNIOR, Waldery (Org.) **Economia Regional e Urbana**: Teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília, 2011.

LOPES, António Simões. **Desenvolvimento Regional**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N. de; BRANDÃO, C. A. (Org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo, Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 30, n. 2, abr./jun., 1999.

BENKO, George. **A Ciência Regional**. Portugal, Oeiras, 1999.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do Desenvolvimento Regional e Local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, BA, ano XIX, v. 2, n. 37, agosto de 2017, p. 6-34.

BERNAL, M. C. C. A Nova Configuração Territorial do Nordeste: desigualdade e fragmentação. **Cadernos do Logepa**, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, 2005, p.26-38.

BRANDÃO, Carlos Antonio, CASTRO, César Nunes; MONTEIRO NETO, Aristides (Orgs.). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro, IPEA, 2017.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2002.

MACEDO, Fernando César; PORTO, Leonardo. Proposta de atualização das tipologias da PNDR: nota metodológica e mapas de referência. **Texto para Discussão**, n. 2414, set., 2018.

MARICATO, Ermínia. Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. **Políticas Sociais – acompanhamento e análise**, v. 12, fev., 2006.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: Por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos Estudos**, n. 89, março de 2011, p. 89-109.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCOTT, A. J. Metrópole ressurgente: economia, sociedade e urbanização em um mundo interconectado. **Revista Geographia**, Niterói, RJ, v. 16, n. 32, 2014.

SMOLKA, Martin. O espaço do espaço na teoria econômica. **Literatura Econômica**, v. 5, n. 6, pp. 705-728, nov./dez., 1998.

7º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	ECONOMIA RURAL		
CH: 60 h	CRÉDITOS:	4.0.0	CÓDIGO: NOVO
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		

EMENTA:

O modelo de desenvolvimento rural na economia brasileira. A modernização agrícola e os complexos agroindustriais. A pesquisa agrícola e a extensão rural no Brasil como projeto de desenvolvimento rural. A estrutura de poder e o ambiente sociocultural e político do meio rural. Políticas agrícolas e agrárias. Novas tendências no desenvolvimento rural: complexos agroindustriais, agroecologia e biotecnologia.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos do agronegócio**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAÚJO, N.B. de; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L.A. **Complexo agroindustrial – o agribusiness brasileiro**. São Paulo: Agroceres, 1990.

BASTOS, Fernando. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo; Polis; Campinas, SP: CERES- Centro de estudos rurais do IFCH-UNICAMP, 2006.

CAMPANHOLA, Clayton e GRAZIANO DA SILVA. **O Novo Rural Brasileiro**. Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa Meio Ambiente, Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 2004.

CANAVESI, F.; SILVA, H. B. (Orgs.). **Conhecimento, tecnologia e inovação para o fortalecimento da agricultura familiar**: contribuições das Oepas. Brasília: MDA, 2014.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável**: enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília, 2006.

GOODMAN, D., SORJ, B., and WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª ed., Campinas: UNICAMP – IE, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. Resistir, resistir, resistir: considerações acerca do futuro do campesinato no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, **Anais...** Curitiba: SOBER, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 43, pp. 37-50, 2001.

MARTINE, George. A Trajetória da Modernização Agrícola: A quem beneficia. In: Fases e Faces da Modernização Agrícola. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, nº 03, Brasília: IPEA, 1990.

MULLER, J. E. **Agroecologia**: a semente da sustentabilidade. Florianópolis: Epagri, 2009.

OSWALDO CALZAVARA E RODNE DE OLIVEIRA LIMA (ORGS.). **Brasil Rural Contemporâneo Estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão**. Editora da Universidade Estadual de Londrina. 2013.

Bibliografia Complementar

BACHA, C.J.C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BATALHA, Mario Otavio. **Gestão Agroindustrial**. São Paulo; 5ª Edição; Atlas, 2009.

GUIMARAES, A. Passos. **Quatro séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1968

KAGEYAMA, A E HOFFMANN, R. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**. Universidade Estadual de Campinas. 2006

NEVES, M.F.; ZYLBERZTAJN, D.; NEVES, E.M. **Agronegócio do Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

R. HOFFMANN, MG NEY. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

7º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	ECONOMIA DA SAÚDE		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OPTATIVA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		

EMENTA

Aspectos teóricos e metodológicos da economia da saúde: objeto de estudo, problemas de pesquisa, categorias principais, a relação entre economia e saúde, saúde como direito versus saúde como mercadoria. O sistema público e privado de saúde: institucionalização do SUS e dos serviços de saúde suplementar, o processo de descentralização da saúde, caracterização do mercado de bens e serviços de saúde, formas de pagamento aos prestadores de serviços de saúde, sistema de inovação e complexo industrial da saúde, oferta e demanda de serviços de saúde. O financiamento da saúde pública: o federalismo fiscal e as fontes de financiamento do SUS, desvinculação de receitas do SUS (DRU-SUS), renúncias tributárias, fundos públicos e privados de saúde. Os gastos públicos em saúde: a estrutura do gasto em saúde, a execução do gasto em saúde por subfunção e programa, os investimentos no SUS. Estudo de caso: impacto da saúde pública no desenvolvimento socioeconômico do estado do Piauí – a organização do SUS no Estado, a oferta de serviços públicos de saúde descentralizados, a aplicação dos recursos públicos próprios e transferidos pela União na saúde e sua repercussão na economia e na qualidade de vida dos piauienses.

Bibliografia Básica

- ALENCAR JUNIOR, Osmar Gomes. **Estadualização da saúde no Piauí: a força da ação política**. Curitiba: EDITORA CRV, 2019.
- ANDRADE, M. V.; MAIA, A. C. Demanda por Planos de Saúde no Brasil. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M.; MENEZES, T.; PIOLA, S. F (Org.). **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA, 2007.
- BAHIA, L.; SCHEFFER, M. Planos e Seguros Privados de Saúde. In: GIOVANELLA, L.; LOBATO, L.; ESCOREL, S. CARVALHO, A.; NRORONHA, J. **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, p. 427 a 456.
- BARBOSA PR et al. O Complexo Econômico-Industrial da Saúde no Brasil: formas de articulação e implicações para o SNI em saúde. **Revista Brasileira de Inovação**, v.12, n.2, p.251-282, 2013.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Avaliação econômica em saúde: desafios para a gestão do SUS**. Brasília, 2008, 100p.
- GADELHA, C. O complexo industrial da saúde e a necessidade de um enfoque dinâmico da economia da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.8, n.2, p. 521-535, 2003.
- GIOVANELL, L. et al. (Orgs.). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, caps. V, VI, VII, VIII, X, XI e XII.
- GODOY, M. R. ; SILVA, E. N. ; BALBINOTTO NETO, G. . Planos de Saúde e a Teoria da Informação. In: IX Encontro Nacional de Economia Política, 2004, Uberlândia. **Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política**, 2004. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/ats/disciplinas/1/balbinotto-godoy-silva-2004.pdf> Acesso em abril de 2013.
- MENDES, A.; MARQUES, R. M. Sobre a economia da saúde: campos de avanço e sua contribuição para a gestão da saúde pública no Brasil. In: CAMPOS, G. W. S. et al. (Org.). **Tratado de saúde coletiva**. Rio de Janeiro: Hucitec: Fiocruz, 2006. p. 259-293.
- NORONHA, K. V. M. S.; ANDRADE, M. V. Desigualdades sociais em saúde evidências empíricas sobre o caso brasileiro. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002. **Texto para discussão N 171**.
- PEREIRA, Edgard Antonio; HUSSNE, Rodrigo Delgalló. Regulação e Padrão Competitivo no Setor de Saúde Suplementar. **Revista Brasileira de Risco e Seguro**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, out. 2010/mar. 2011.
- PINHEIRO, I. C. B.; PELEIAS, I. R.; SILVA, A. F.; MARTINS, E. Efeitos da Regulação Econômico-Financeira nas Estratégias de Financiamento das Operadoras de Planos de Saúde. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 2, 2015.
- PIOLA, Sergio Francisco; VIANNA, Solon Magalhães. (Org.). **Economia da Saúde: Conceitos e Contribuição para a Gestão da Saúde**. 3. ed. Brasília, DF: Ipea, 2002.
- PIOLA, Sérgio Francisco; VIANNA, Solon Magalhães. (Orgs.). Estado de uma nação: textos de apoio. Saúde no Brasil: algumas questões sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). **Texto para discussão n. 1391**. Brasília, DF: Ipea, 2009.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- ZUCCHI, P.; DEL NERO, C.; MALIK, A. M. Gastos em saúde: os fatores que agem na demanda e na oferta dos serviços de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 1-2, 2000.

Bibliografia Complementar

- BERNARDO, P. J. B. Regulação econômica do mercado farmacêutico. **Anvisa**, 2003.
- BRASIL. **Medida Provisória n. 2.177-44, de 24 de agosto de 2001**. Altera a Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde e dá outras providências. DOU de 27.8.2001.
- BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. DOU de 20.9.1990.
- FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí em números**. 10 ed. Teresina, 2013, p. 73-76.
- SANTOS, Maria Angélica Borges dos; GERSCHMAN, Silvia. As segmentações da oferta de serviços de saúde no Brasil – arranjos institucionais, credores, pagadores e provedores. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 9, n. 3, 2004.

SANTOS, Fausto Pereira dos; MALTA, Deborah Carvalho; Merhy, Emerson Elias. A regulação na saúde suplementar: uma análise dos principais resultados alcançados. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 13, n. 5, 2008.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO PIAUÍ. **Documento: Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde 2019 a 2022**. Secretaria Estadual de Saúde do Piauí, 2019.

SILVA, Darlan Oliveira; LIMA, Edivane de Sousa. O setor de saúde pública em Teresina: uma análise dos gastos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no período de 2003 a 2015. **J Bras Econ Saúde** 2017; 9(3): 282-291.

VIEIRA, Fabiola Sulpino. Reflexões sobre o papel das unidades de economia da saúde no âmbito de sistemas nacionais de saúde. **Saúde e Sociedade**, vol. 25, n. 2, 2016.

7º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL:	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
DISCIPLINA:	EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO		
CH: 60 h	CRÉDITOS:	3.1.0	CÓDIGO: NOVO
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA		

EMENTA:

Introdução ao Empreendedorismo e Inovação: Conceitos, tipologias e características empreendedoras. Perspectivas teóricas do empreendedorismo: teoria econômica (inovação) e teoria comportamentalista (motivação, criatividade e intuição). Empreendedorismo e o desenvolvimento econômico. Empreendedorismo e inovação social. Empreendedorismo no Brasil. Crises e oportunidades. As micro e pequenas empresas, as *start-ups*. Instrumentos de suporte ao empreendedorismo e a inovação: financiamento, infraestruturas de apoio, incubadoras, parques, polos, sistemas e arranjos produtivos locais, marcos regulatórios e institucionais, lei de inovação, relações universidade-empresa. O processo inovador e de criação de valor: as metodologias criativas, viabilidade de criação de valor. Estudos empíricos nos campos da inovação e do empreendedorismo.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 4 ed. Barueri: Manole, 2012.

DOLABELA, Fernando. **O Segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo**: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações já estabelecidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 5ª ed. Rio de Janeiro: Empreende/LTC, 2014.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor**: práticas e princípios. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

GRANDO, Nei (org.). **Empreendedorismo inovador**: como criar startups de tecnologia no Brasil. São Paulo: Editora Évora, 2012.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A.. **Empreendedorismo**. PORTO ALEGRE: Bookman, 2009

MENDES, Jerônimo. **Manual do empreendedor**: como construir um empreendimento de sucesso. 2ªed. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, João Humberto. **Como abrir seu próprio negócio**. Brasília: SEBRAE/DF, 1996.

BIRLEY, Sue; MUZYKA, Daniel F. **Desafios do empreendedor**. São Paulo: Makron Books, 2001.

DEGEN, Ronald Jean. **O empreendedor: empreender como opção de carreira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo corporativo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008

FERRACCIÚ, João de Simoni S.. **Marketing promocional: a evolução da promoção de vendas**. 6 ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2007.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 34, n.2, abril/junho 1999. p. 05-28.

LAHORGUE, M. (Org.) **Pólos, Parques e Incubadoras**. Brasília: Anprotec/ Sebrae, 2004.

MCCLELLAND, D. C. **A sociedade competitiva**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.
 MONTANO, Carlos. **Microempresa na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1999.
 ROSA, Cláudio Afrânio. **Como elaborar um plano de negócio**. Brasília: SEBRAE, 2007.
 SCHUMPETER, Joseph. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
 SUZIGAN, W.; ALBUQUERQUE, E.; CARIO, S. **Em busca da inovação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
 TIGRE, P. B. **Gestão da inovação**: a economia da tecnologia do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
 TURBAN, Efraim; WETHERBE, James C.; MCLEAN, Ephraim. **Tecnologia da informação para gestão**: transformando os negócios na economia digital. Porto Alegre: Bookman, 2002.
 VEDOVELLO, C.; FIGUEIREDO, P. N. Incubadora de inovação: que nova espécie é essa? **RAE Eletrônica**, v. 14, n. 1, jan./jul. 2005.

8º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	TÓPICOS ESPECIAIS EM CONJUNTURA ECONÔMICA		
CH: 30 h	CRÉDITOS: 2.0.0	CÓDIGO: NOVO	OPTATIVA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA:			
Ao final desta disciplina, o aluno estará apto a elaborar análise de conjuntura econômica. Inflação. Nível de Atividade. Empregos e Salários. Política Monetária. Política Fiscal. Setor Externo.			
Bibliografia Básica			
ALVES, José E. D. Análise de conjuntura: teoria e método, 2008.			
SANDRONI, Paulo. Conjuntura Econômica. In:(Org.). <i>Novíssimo Dicionário de Economia</i> . São Paulo: Editora Best Seller, 1999.			
SCHMIDT, Cristiane A. J.; GIAMBIAGI, Fábio. <i>Macroeconomia para Executivos</i> . São Paulo: Atlas, 2020.			
VASCONCELLOS, Marco A. S.; GAMBOA, Ulisses M. R.; TUROLLA, Frederico A. <i>Macroeconomia para gestão empresarial</i> . São Paulo: Saraiva, 2016.			
VELASCO E CRUZ, Sebastião C. Teoria e método na análise de conjuntura. <i>Educ. Soc.</i> , v.21, n. 72, ago, 2000.			
Bibliografia Complementar			
ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. <i>Por que as nações fracassam</i> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.			
GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco A. S.; TONETTO Jr. <i>Economia brasileira contemporânea</i> . 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.			
GONÇALVES, Ricardo; BAUMANM, Renato. <i>Economia internacional: teoria e experiência brasileira</i> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.			
PASTORE, Affonso C. <i>Inflação e crises: o papel da moeda</i> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.			
ROSSI, Pedro. <i>Taxa de Câmbio e política cambial no Brasil: teoria, institucionalidade, papel da arbitragem e da especulação</i> . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.			

8º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	TÓPICOS ESPECIAIS EM MICROECONOMIA		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OPTATIVA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		

EMENTA ATUAL:

Ao final desta disciplina, o aluno estará apto a compreender as questões a respeito de teoria da Teoria do Consumidor. Equilíbrio do consumidor. Curva de Demanda. Elasticidade. Classificação de bens. Equação de Slutsky. Preferência revelada. Números índices. Excedente do consumidor. Estática comparativa. Variação equivalente. Variação compensatória. Demanda de mercado e receita total, média e marginal. Incerteza – Escolha envolvendo risco. Oferta do Produtor – Teoria da produção – Fatores de produção. Função de produção. Isoquantas. Elasticidade de substituição. Rendimentos de fator, rendimentos de escala. Combinação ótima de fatores. Firma multiprodutora. – Custo – Custo de Produção. Curvas de isocusto. Função de custo; curto e longo prazo; Custo marginal; custo médio. Curva de Oferta da Firma e da Indústria de curto e longo prazos. Mercados: Concorrência Perfeita – O equilíbrio da empresa em concorrência perfeita. Equilíbrio do mercado. Monopólio – Equilíbrio da empresa monopolista. Discriminação de preços; barreiras à entrada. Concorrência Monopolística – Diferenciação do produto. Equilíbrio da empresa em concorrência monopolística: curto e longo prazo. Oligopólio – Caracterização da estrutura oligopolística. Modelos Clássicos; fatias de mercado; cartéis; liderança de preços. Modelos de mark-up – Princípio do custo total; curva de demanda quebrada; concentração e barreiras à entrada; diferenciação e diversificação do produto. Formação de Preços e Fatores de Produção. Teoria dos Jogos. Equilíbrio Geral. Externalidades. Bens Públicos. Economia da Informação.

Bibliografia Básica

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. 8. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.
 SAMPAIO, Luiza. Microeconomia. 4. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.
 SCHMIDT, Alkmin J.; SCHRODER, Cristiane V.; HENRIQUE, Bruno C. (Orgs). “Microeconomia”: questões Anpec. 9. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2022.
 VARIAN, Hal R. Microeconomia: uma abordagem moderna. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
 VASCONCELLOS, Marco A. S.; OLIVEIRA, Roberto G. Manual de Microeconomia. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia Complementar

CHIANG, A. C. Matemática para Economistas. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
 JEHLE, Geoffrey A., RENY, Philip J. Advanced Microeconomic Theory. 3a. ed. Prentice Hall, 2011.
 MAS-COLELL, Andreu et al. Microeconomic theory. New York: Oxford University Press, 1995.
 NICHOLSON, Walter. Microeconomic Theory: Basic Principles and Extensions; USA: Cengage Learning, 2008.
 SIMON, Carl P.; BLUME, Lawrence. Matemática para economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.

8º PERÍODO	UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS		
DISCIPLINA:	TÓPICOS ESPECIAIS EM MACROECONOMIA		
CH: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	CÓDIGO: NOVO	OPTATIVA
Área:	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA		
EMENTA ATUAL:			
<p>Ao final desta disciplina, o aluno estará apto a entender as Contas Nacionais – Os conceitos de renda e produto. Produto e renda das empresas e das famílias. Gastos e receitas do governo. Balanço de pagamentos (sexta edição do Manual do Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional – BPM6): a conta de transações correntes, a conta capital, a conta financeira, o conceito de déficit e superávit. Contas Nacionais do Brasil. Conceito de deflator implícito da renda. Números índices, tabela de relações insumo-produto. Economia Monetária – Funções da moeda. Criação e distribuição de moeda pelos bancos comerciais. Controle dos meios de pagamentos: taxa de redesconto, reservas obrigatórias, gerências da dívida pública. Procura da moeda: motivos determinantes da retenção de ativos líquidos. Papel do Banco Central. Equivalência Ricardiana. Dinâmica da Dívida e sua Relação com o Superávit Primário. Conceitos alternativos de déficit público. Modelo</p>			

IS x LM x BP – Equilíbrio no mercado de bens. Equilíbrio no mercado Monetário. Análise IS x LM. Impactos de Políticas fiscal e Monetária. Modelo Mundell-Fleming. Regimes Cambiais. Economia Aberta – Noção de taxa de câmbio real e nominal. Equação de Paridade de juros e de preços. Investimento e Consumo – Q de Tobin. Teoria da Renda Permanente. Ciclo de Vida. Restrição de Crédito. Papel das expectativas. Crescimento – Modelo de Solow. Crescimento endógeno. Decomposição (contabilidade) do crescimento. Instituições e crescimento. Capital Humano. Oferta e Demanda agregadas e Curva de Phillips – Modelo AS x AD (curto e longo prazo). Curva de Phillips: Expectativas Adaptativas e Racionais; Rigidez de Preços e Salários; Teoria dos Ciclos Reais e Modelos Novos Keynesianos. Equação de Fisher.

Bibliografia Básica

BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 7. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

LOPES, Luis M., VASCONCELLOS, Marco A. S. Manual de Macroeconomia: básico e intermediário. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 10. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

SAMPAIO, Luiza. Macroeconomia. 2. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

SCHMIDT, Alkmin J.; SCHRODER, Cristiane V.; HENRIQUE, Bruno C. (Orgs). “Macroeconomia”: questões Anpec. 9. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2022.

Bibliografia Complementar

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. Macroeconomia. Porto Alegre: AMGH, 2013.

FEIJÓ, Carmen A.; RAMOS, Roberto L. O. Contabilidade Social. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

GÓES, Geraldo S.; GADELHA, Sérgio R. B. Macroeconomia. Bahia: JusPODIVM, 2019.

PAULANI, Leda M.; BRAGA, Márcio B. A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia. 5 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

SIMONSEN, Mário H.; CYSNE, Rubens P. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA

7.1 Instalações e Equipamentos

O Curso de Ciências Econômicas do CMRV/UFDPar ocupa 4 (quatro) salas de aula equipadas com projetor multimídia, ar condicionado, carteiras para discentes confortáveis e mesa e cadeira para docente, atendendo plenamente às condições estruturais de conforto ao discente e ao docente em atividade acadêmica. O acesso às salas atende de forma integral às condições de acessibilidade uma vez que existem além de elevadores, as rampas para acessibilidade, e as portas de acesso são amplas. Ainda no que diz respeito a acessibilidade dos alunos, a PRAEC presta serviços de tradução e interpretação de LIBRAS - LP, em atividades realizadas na instituição, na presença de pessoas surdas, ou em disciplinas ou em demais atividades de cursos, tanto de graduação quanto de pós-graduação.

O atendimento aos alunos é realizado pela Coordenação de Curso em período integral em ambiente climatizado e individual, permitindo privacidade ao discente que busca orientação junto à Coordenação do Curso.

O acesso à *web* é realizado por meio *Wi-Fi* e cabos. Existem pontos de acesso *Wi-Fi* aos discentes do Curso, bem como acesso à *web* no laboratório de uso comum.

No Quadro 08 está descrito a estrutura física atual do CMRV, evidenciando a estrutura física que o CMRV destina para o funcionamento do Curso de Ciências econômicas.

Quadro 08 – Estrutura física do CMRV para o Curso de Ciências Econômicas

Dependências	Quantidade
Secretaria	01
Gabinete da Coordenação	01
Sala de Reuniões	01
Sala de Professores	03
Salas de Aulas	04
Sala para Representação Estudantil	01
Empresa Júnior de Economia – PASSEC-Jr	01
Sala do Observatório do Fundo Público	01
Salas para orientação	08
Salas para tutoria	12
Biblioteca	01
Área de Lazer	02
Auditório	03
Laboratório de Informática (de uso comum dos cursos)	01
Restaurante Universitário	01

Ginásio de Esportes	01
Banheiros Femininos	06
Banheiros Masculinos	06

A Coordenação do Curso dispõe de dois data-shows e um notebook para uso dos docentes e discentes. Para o trabalho interno, dispõe de dois computadores, um para o gabinete da Coordenação e outro para a Secretaria.

7.2 Biblioteca

A Biblioteca Central Professor Cândido Athayde tem, constantemente, realizado aquisições de acervo bibliográfico visando a manutenção do acervo atualizado e adequado às condições de funcionamento dos cursos que oferta à sociedade. Seu acervo conta com 30 mil exemplares formado por títulos dos cursos oferecido pela UFDPAr, TCCs e arquivos digitais. Além disso há as bases de dados digitais, como a Minha biblioteca e EBSCOhost.

No Quadro 09 consta os conteúdos de formação, conforme a Resolução CNE/CES Nº 4/2007, e o quantitativo de livros disponíveis na biblioteca.

Quadro 09 – Conteúdos de formação e quantidade de livros disponíveis na biblioteca*

Conteúdos de Formação	Quantidade de livros
Conteúdos de Formação Geral	1.369
Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativo	3.119
Conteúdos de Formação Histórica	91
Conteúdos de Formação Teórico-Prático	745

* Os livros podem abranger mais de um conteúdo de formação.

O Quadro 10 evidencia a estrutura física que o CMRV/UFDPAr dispõe para abrigar o acervo do Curso que disponibiliza para pesquisa acadêmica realizada pelos discentes, docentes e pessoas da comunidade.

Quadro 10 – Estrutura física da biblioteca do CMRV/UFDPar.

Descrição	Quantidade
Ambiente de estudos	01
Cabines de estudo	70
Salas de estudo individual	28
Salas de Estudo em grupo	05
Salas de Estudo com professores	01
Computadores – para funcionários	06
Computadores – para usuários	02
Laboratório de informática	01

8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

8.1 Equivalência entre projetos pedagógicos

A equivalência entre as disciplinas do Currículo Vigente e o currículo a ser operacionalizado a partir do segundo período de 2023 será efetuada a partir da análise dos conteúdos propostos sendo consolidada no quadro a seguir:

Quadro 11 – Componentes curriculares equivalentes entre o currículo vigente e o currículo reformulado.

Para ingressantes a partir de 2023 Matriz Curricular do PPC 2023			Tipo de equivalência ³	Para ingressantes até 2022 Matriz Curricular do PPC 2012 Estrutura Curricular 5 (Integral)		
Código	Nome	CH		Código	Nome	CH
	Seminário de Introdução ao Curso	15			Não possui equivalência	
	Introdução à Economia	60	←	DCE0017	Introdução à Economia E	90
	Contabilidade Empresarial	60	↔	DCC0466	Contabilidade e Análise de Balanço	60
	Álgebra Linear	60	←	DCE0199	Matemática E	60
	Metodologia da Pesquisa Científica	45	←	DAA0349	Introdução à Metodologia Científica E	60
	Direito Público e Privado	60	↔	DCC0523	Instituições de Direito	60
	Introdução às Ciências Sociais	60	←	DAA0145	Introdução às Ciências Sociais	60
				DAA0147	Sociologia	60
	Economia Política Clássica	60	↔	DCE0013	Economia Clássica	60
	Ciência Política	60	↔	DCC0430	Ciência Política	60
	História Econômica do Capitalismo	60	←	DCE0007	Formação Econômica Geral	60
				DCE0016	Formação Econômica do Capitalismo Contemporâneo	60
	Economia Matemática I	60	↔	DCE0200	Métodos Quantitativos em Economia I	60
	Ética e Legislação Profissional	30	↔	DCE0203	Ética Profissional	30
	Contabilidade Social	60	↔	DCC0454	Contabilidade Social	60
	Microeconomia I	60	↔	DCE0023	Economia Neoclássica I	60
	Macroeconomia I	60	↔	DCE0030	Teoria Macroeconômica I	60
	Economia Marxista I	60	↔	DCE0008	Economia Marxista I	60
	Economia Matemática II	60	↔	DCE0201	Métodos Quantitativos em Economia II	60
	Formação Econômica do Brasil I	60	↔	DCE0014	Formação Econômica do Brasil I	60
	Microeconomia II	60	↔	DCE0202	Teoria Microeconômica	60
	Macroeconomia II	60	↔	DCE0034	Teoria Macroeconômica II	60
	Introdução à Estatística Econômica	60	↔	DCE0095	Introdução à Estatística Econômica	60

	Formação Econômica do Brasil II	60	↔	DCE0015	Formação Econômica do Brasil II	60
	História do Pensamento Econômico	60	↔	DCE0064	História do Pensamento Econômico	60
	Microeconomia III	60	↔	DCE0024	Economia Neoclássica II	60
	Economia Industrial	60	↔	DCE0105	Economia Industrial	60
	Macroeconomia III	60	↔	DCE0035	Teoria Macroeconômica III	60
	Economia Internacional I	60	↔	DCE0057	Economia Internacional I	60
	Estatística Econômica e Introdução à Econometria	60	←	DCE0097	Introdução à Econometria	60
	Estado e Classes Sociais no Brasil	60	↔	DAA0132	Estado e Classes Sociais no Brasil	60
	Técnicas de Pesquisa em Economia	60	↔	DCE0068	Técnicas de Pesquisa em Economia	60
	Desenvolvimento Socioeconômico	60	↔	DCE0056	Desenvolvimento Socioeconômico	60
	Economia Internacional II	60	↔	DCE0058	Economia Internacional II	60
	Econometria	60	↔	DCE0071	Econometria	60
	Economia Brasileira Contemporânea	60	↔	DCE0051	Economia Brasileira Contemporânea	60
	Economia do Setor Público	60	↔	DCE0060	Economia do Setor Público	60
	Economia Monetária	60	↔	DCE0042	Economia Monetária	60
	Introdução ao Mercado Financeiro e de Capitais	60	←	DCE0036	Mercado de Capitais	60
	Introdução ao Desenvolvimento Sustentável	45			Não possui equivalência	
	Economia do Meio Ambiente	60	↔	DAA0350	Economia do Meio Ambiente	60
	Elaboração de Projetos	60	←	DCE0001	Elaboração e Análise de Projetos	60
	Análise Econômico-Financeira	60	←	DCE0070	Análise Financeira	60
	Política e Planejamento Econômico	60	↔	DCE0063	Política e Planejamento Econômico	60
	Trabalho de Conclusão de Curso I	120	←	DCEQUA NT001	Trabalho de Conclusão de Curso I	120
	Trabalho de Conclusão de Curso II	120	←	DCEQUA NT002	Trabalho de Conclusão de Curso II	120
Disciplinas optativas						
	Economia Marxista II	60	↔	DCE0009	Economia Marxista II	60
	Economia Ecológica	60			Não possui equivalente	
	Economia Regional e Urbana	60	↔	DCE0039	Economia Regional e Urbana	60
	Economia Rural	60	↔	DCE0040	Economia Rural	60
	Economia do Trabalho	60	↔	DCE0069	Economia do Trabalho	60
	Economia Piauiense	60	↔	DCE0041	Economia Piauiense	60
	Economia da Saúde	60			Não possui equivalência	
	Economia do Turismo	60			Não possui equivalência	
	Economia de Empresas	60	↔	DCE0005	Economia das Empresas	60
	Economia Solidária	60			Não possui equivalência	

	Economia da Tecnologia e Inovação	60	←	DCE0003	Economia da Tecnologia	60
	Planejamento e Gestão das Finanças Pessoais	60			Não possui equivalência	
	Empreendedorismo e Inovação	60	←	DCE0119	Empreendedorismo	60
	Introdução à Filosofia	60	↔	DAA0237	Introdução à Filosofia	60
	Ferramentas da Computação para Economia	45	←	DCA0061	Microinformática	60
	Teoria dos Jogos	45			Não possui equivalente	
	História Afro-Brasileira e Indígena	60			Não possui equivalência	
	Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade	60	↔	DAA0347	Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade	60
	Libras	60	↔	DAA0346	Libras	60
	Inglês Instrumental	60	↔	DAA0345	Inglês Instrumental	60
	Não possui equivalente			DCE0004	Tópicos Especiais em Teoria Econômica	60
	Tópicos Especiais em Microeconomia	60			Não possui equivalente	
	Tópicos Especiais em Macroeconomia	60			Não possui equivalente	
	Tópicos Especiais em Conjuntura Econômica	30			Não possui equivalente	

³ ↔ indica Equivalência recíproca; → indica Equivalência unilateral

8.2 Cláusulas de vigência

O presente currículo reformulado será implantado aos alunos que ingressarem no curso no ano de 2024. Os alunos que ingressaram no ano anterior (2023.1) serão migrados compulsoriamente, conforme prevê o Parágrafo Único do Artigo 306 da Resolução CEPEX nº 177/12.

No segundo semestre de 2022, o curso de Ciências Econômicas contava com 235 alunos ativos, como pode ser observado na Tabela 4, sendo que os alunos que entraram no semestre de 2023.1 serão migrados compulsoriamente para o Currículo reformulado, a partir do segundo período do curso, não prejudicando a formação desses discentes.

Tabela 4 – Número de alunos ativos no curso de Ciências Econômicas, por ano.

Ano de entrada	Nº de alunos ativos	Forma de adesão ao currículo
Até 2015	36	Migração via processo à coordenação do curso para ingressantes até 2020
2016	12	
2017	21	
2018	26	
2019	32	
2020	33	
2021	34	
2022	41	
2023	-	Migração compulsória
2024	-	Direta
Total	235	

A migração compulsória implica para os discentes a obrigatoriedade de cursar duas disciplinas obrigatórias a mais, uma disciplina optativa a mais e na inclusão das Atividades Curriculares de Extensão. Contudo, isso não interferirá no tempo previsto para a conclusão do curso visto que as disciplinas cursadas no primeiro e no segundo período serão aproveitadas como equivalentes. Existirá apenas um atraso temporário de um semestre, podendo o discente voltar a ficar no seu período regular a partir do sexto período.

A migração compulsória trará vantagens para o discente, pois este será beneficiado em termos de ganhos qualitativos para sua aprendizagem que virá em função da atualização dos ementários e bibliografias, inclusão de disciplinas essenciais para sua formação, abordagens metodológicas e avaliação. A inclusão das ACEx implica uma formação integral do discente, tornando-o um cidadão crítico e responsável.

A previsão é que o currículo implantado em 2012 será desativado no segundo período de 2027 (2027.1). Entretanto, os 235 alunos que ingressaram até o ano de 2022 poderão migrar para o novo currículo, para tanto, terão que solicitar a migração via processo à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, observando a equivalência das disciplinas apresentadas no item anterior (Quadro 11). Os discentes que migrarem via processo, terão de cursar as duas disciplinas obrigatórias que não possuem equivalência, uma disciplina que era opcional e passou a ser obrigatória, uma disciplina optativa a mais, além da inclusão das atividades curriculares de extensão. Isso tem um impacto sobre a carga horária total do curso, o que pode prolongar sua permanência desses discentes no curso.

Em 2023.2 serão ofertadas todas as disciplinas do primeiro e segundo período, conforme o PPC reformulado. Enquanto que as disciplinas alocadas do terceiro ao nono período serão ofertadas seguindo a matriz curricular do PPC 2012.

De 2023.2 a 2027.1, a cada oferta curricular serão acrescentadas disciplinas atualizadas conforme o PPC 2023 e correspondentes ao período posterior, por conseguinte as disciplinas previstas no PPC 2012 serão gradualmente extintas da oferta curricular do curso até o primeiro período de 2027, como pode ser observado no Quadro 12.

Quadro 12 – Plano gradual de ativação dos componentes curriculares do PPC 2023 e de desativação do PPC 2012.

Período	Oferta de disciplinas do currículo 2023	Oferta de disciplinas do currículo 2012
2023.2	Períodos: 1º e 2º	Períodos: 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º
2024.1	Períodos: 1º, 2º e 3º	Períodos: 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º
2024.2	Períodos: 1º, 2º, 3º e 4º	Períodos: 5º, 6º, 7º, 8º e 9º
2025.1	Períodos: 1º, 2º, 3º, 4º e 5º	Períodos: 6º, 7º, 8º e 9º
2025.2	Períodos: 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º	Períodos: 7º, 8º e 9º
2026.1	Períodos: 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º	Períodos: 8º e 9º
2026.2	Períodos: 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º	Período: 9º
2027.1	Períodos: 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º	-

As disciplinas obrigatórias a partir de 2023.2 passarão a ser ofertadas, também, conforme o PPC atualizado, atentos a capacidade de oferta do curso, já que o mesmo possui quadro docente limitado, e ainda atende a outros cursos do campus.

Os alunos do curso serão largamente informados sobre as mudanças contidas do PPC reformulado, por meio de Reuniões, Fóruns e Seminários a serem realizados ao longo do período de 2023.1 e 2023.2, ou até que sejam sanadas as dúvidas dos mesmos. A implantação do PPC reformulado visa impactar positivamente os discentes do Curso de Ciências Econômicas, já que se beneficiarão com a modernização dos componentes curriculares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. L. V.; GRUBISICH, T. M. O ensino e a aprendizagem na sala de aula numa perspectiva dialética. **Revista Lusófona e Educação**, v. 17, p. 65-74, 2011.

AMARAL, S. F. Principios y reflexiones del lenguaje digital interactivo. En: AMARAL, S. F. y SOUZA, M. I. F. (Org.). **TV digital na educação: contribuições inovadoras**. Campinas, SP, FE/Unicamp, 2011.

BRASIL. **Decreto Nº 31.794, de 17 de novembro de 1952**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Economista, regida pela Lei nº 1.411 de 13 de agosto de 1951, e dá outras providências. Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1952. Disponível em: D31794 (planalto.gov.br). Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Ministerial 085 de 16/01/1981. Reconhecimento do Curso de Ciências econômicas do CMRV/UFPI. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, N. 13 de 20 de janeiro de 1981, p.1214.

BRASIL. **LEI Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: L9985 (planalto.gov.br). Acesso: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004**. Institui o sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Disponível em: L10861 (planalto.gov.br). Acesso em: 12 maio 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 5773 de 09 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: Decreto nº 5773 (mec.gov.br). Acesso em: 12 maio 2022.

BRASIL. **Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; [...]. Disponível em: L11788 (planalto.gov.br). Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.651, de 11 de abril de 2018**. Cria a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI), e cria a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape), por desmembramento da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Disponível em: L13651 (planalto.gov.br). Acesso em: 20 out. 2020.

CARNEIRO; Juarez Domingues (coord). **Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências econômicas**. 2 ed. Brasília: FBC, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação superior. **Resolução CNE/ CES n. 2 de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à

integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: [Resolução CNE/CES 2/2007 \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br/resolucao-cne/ces/2/2007). Acesso em: 29 de jun. de 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação superior. **PARECER CNE/ CES n. 8/ 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: [pces008_07.pdf \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br/pces008_07.pdf). Acesso: 29 jun. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação superior. **Resolução CNE/ CES n. 4 de 13 de julho de 2007**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: [MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br/ministerio-da-educacao). Acesso em: 29 jun. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação superior. **Resolução CNE/ CES n. 7 de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: [rces007_18 \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br/rces007_18). Acesso em: 29 jun. 2021.

COLL, C.; MAURI, T.; ONRUBIA, J.. A incorporação das tecnologias de informação e comunicação na educação: do projeto técnico-pedagógico às práticas de uso. In: COLL, C.; MONEREO, C. (Orgs.). **Psicologia da Educação Virtual: Aprender e ensinar com as tecnologias da informação e comunicação**. Porto Alegre. Artmed, 2010.

GARCIA, M. F.; RABELO, D. F.; SILVA, D.; AMARAL, S. F. Novas competências docentes frente às tecnologias digitais interativas. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 14, n. 1, p. 79-87, jan./abr., 2011.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2021.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba**. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/visitaacao1/unidades-abertas-a-visitaacao/9411-area-de-protecao-ambiental-delta-do-parnaiba>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

LEITE, S. A. S. (org.). **Afetividade: as marcas do 'professor inesquecível'**. Campinas-SP, Mercado das Letras, 2018.

LIMA, Frederico Osanan Amorim. Um pirilampo nas páginas do Almanaque: Imagens reluzentes de uma Parnaíba que deseja ser, se vendo. In: LIMA, Frederico Osanan Amorim; SOUSA, Cleto Sandys do Nascimento. **Parnaíba: a cidade que nos habita**. Parnaíba: Gráfica e Editora Siart, 2013, p. 21-34.

MARANHÃO. **Regionalização de Planejamento**. Maranhão, 2018. Disponível em: Regionalização | Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (seplan.ma.gov.br). Acesso em: 15 set. 2020.

MORAN, J. As mídias na educação. In: MORAN, J. **Desafios na comunicação pessoal**. 3 ed. São Paulo, Ed. Paulinas, 2007.

PRAEC. PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS. **Assistência Estudantil**. PRAEC/UFDPar, 2022. Disponível em: Assistência Estudantil (ufpi.br). Acesso em: 23 set. 2022.

PIAUÍ. Lei Nº 6.967, de 03 de abril de 2017. Altera a Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007, que estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. **Diário Oficial**. Teresina (PI), 3 de abril de 2017 – Nº 63.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. **Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)**. Programa de Pós-Graduação em História – UFF (Tese). Niterói, 2010.

SIGAA. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS. **Portal Coord. Graduação**. SIGAA, 2021. Disponível em: SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (ufpi.br). Acesso em: 20 de jun. 2021.

UFDPAR. UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA. **A UFDPar**. Disponível em: A UFDPar (ufpi.br). Acesso em: 20 mar. 2021.

UFDPAR. UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA. Conselho Universitário (CONSUNI). **Resolução Nº 01/2021, de 05 de abril de 2021**. Aprova a criação do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade – NIA da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). UFDPar, 2021.

UFDPAR. UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA. **Estatuto**. UFDPar: Parnaíba, 2021. Disponível em: Estatuto_UFDPar_342_2021_Retificada.pdf (ufpi.br). Acesso em: 25 set. 2021.

UFDPAR. UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). **Resolução CONSEPE Nº 93, de 14 de julho de 2022**. Regulamenta a inserção e o registro das Atividades de Extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFDPar. UFDPar, 2022.

UFPI. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Universitário. **Resolução nº 45/99**. Aprova o Regimento Geral da UFPI. UFPI, 1999.

UFPI. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências econômicas**. UFPI: Parnaíba, 2012.

UFPI. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX). **Resolução Nº 26/09**. Regulamenta Estágio Não Obrigatório, na UFPI. CEPEX-UFPI, 2009.

UFPI. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX). **Resolução Nº 076/2015**. Regulamenta o Programa de Monitoria para os Cursos de Graduação da UFPI. CEPEX-UFPI, 2015.

UFPI. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução Nº 177/2012**. Regulamento Geral da Graduação. Organizado pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), 2018.

UFPI. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2020-2024**. Universidade Federal do Piauí: Teresina, 2020.

APÊNDICES



Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPa
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Chefia do Curso de Ciências Econômicas

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

APÊNDICE A

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Art. 1º - As Atividades Complementares são atividades acadêmicas específicas, de caráter individual, realizadas por livre iniciativa do aluno, tais como curso, participações em eventos e publicações, além de outras atividades acadêmicas específicas que se enquadrem nas condições previstas neste regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares serão desenvolvidas durante o período da formação, e constituem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do discente, dos saberes e habilidades necessárias a sua formação.

§ 1º - Não haverá substituição da carga horária de Atividades Complementares por outros componentes curriculares obrigatórios e optativos.

§ 2º - As Atividades Complementares constituem requisito para a conclusão do curso de graduação em Ciências Econômicas.

Art. 3º - As Atividades Complementares serão integralizadas considerando as categorias discriminadas abaixo e os arts. 94 e 95 da Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI:

- I **Atividades de iniciação à docência e à pesquisa:** até 60 (sessenta) horas para cada atividade. Na comprovação da(s) atividades(s) o discente deve apresentar relatório do professor, certificado(s) e/ou declarações dos órgãos competentes;
- II **Atividades de apresentação de trabalhos científicos:** até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividades. Na comprovação da(s) atividade(s) o discente deve apresentar certificado de participação, apresentação de relatório(s) e declaração dos órgãos/unidades competentes;
- III **Atividades de participação ou organização de eventos:** até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividades. Na comprovação o discente deve apresentar certificado de apresentação do trabalho (com cópia do trabalho apresentado), certificado de organização de evento ou declaração do órgão/unidade competente.
- IV **Experiências Profissionais e/ou Complementares:** até 120 (cento e vinte) horas para o conjunto de atividades. Na comprovação da(s) atividade(s) o discente deve apresentar termo de compromisso da Pró-Reitoria de Extensão, atestado de participação e/ou apresentação de relatórios técnicos;



Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPa
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Chefia do Curso de Ciências Econômicas

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

- V **Trabalhos Publicados e aprovação em concursos:** até 90 (noventa) horas para o conjunto de atividades. Na comprovação da(s) atividade(s) o discente deve apresentar cópias de artigos publicados e outros documentos comprobatórios.
 - VI **Estágio não obrigatório:** até 90 (noventa) horas para o conjunto de atividades. Na comprovação da(s) atividade(s), o discente deve apresentar a declaração de estágio;
 - VII **Visitas técnicas:** até 10 (dez) horas para o conjunto de atividade. Na comprovação da(s) atividade(s) o discente deve apresentar declaração do professor responsável pela visita.
 - VIII **Participação em atividades de extensão:** até 90 (noventa) horas para o conjunto das atividades. Na comprovação o discente deve apresentar o certificado ou declaração do órgão/unidade competente.
 - IX **Vivências de gestão:** até 40 (quarenta) horas para o conjunto de atividades. Na comprovação da(s) atividade(s) o discente deve apresentar atas de reuniões das quais participou, declaração do órgão/unidade competente, outros atestados de participação e apresentação de relatórios;
 - X **Atividades artístico-culturais, esportivas e produção técnico-científicas:** até 90 (noventa) horas para o conjunto de atividades. Na comprovação da(s) atividade(s) o discente deve apresentar atestado de participação, apresentação de relatórios e trabalhos produzidos;
 - XI **Disciplina Eletiva ofertada por outro Curso desta Instituição ou por outras Instituições de Ensino Superior - Eletiva:** até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividades. Na comprovação da(s) atividade(s) o discente deve apresentar o histórico escolar evidenciando aprovação na disciplina.
- § 1º - As Atividades Complementares são distribuídas nas categorias discriminadas no art. 3º deste Regulamento.
- § 2º - As Atividades Complementares serão realizadas a partir do ingresso do discente no curso.
- § 3º - As Atividades Complementares deverão ser variadas, contemplando pelo menos 02 (duas) categorias distintas.
- § 4º - As Atividades Complementares serão homologadas pela Coordenação do Curso conforme estabelece a Resolução no 177/2012-CEPEX/UFPI.
- § 5º - Os períodos de solicitação de integralização e registro de Atividades Complementares serão estabelecidos no Calendário Acadêmico. **Art. 4º** - Os casos de alunos ingressos no curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de atividades complementares de graduação, serão avaliados pelo coordenador de curso, que poderá computar total ou parcialmente a carga horária atribuída pela instituição ou curso de origem, em conformidade com as disposições da Resolução 177/2012 - CEPEX/UFPI e das normatizações internas do curso.



Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Chefia do Curso de Ciências Econômicas

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

Art. 5º - Os alunos ingressos por admissão de graduado deverão desenvolver normalmente as atividades complementares requeridas por este curso de Ciências Econômicas.

Art. 6º - Cada atividade reconhecida como complementar, receberá uma pontuação (carga-horária) específica conforme tabela abaixo:

I - ATIVIDADES DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E À PESQUISA: ATÉ 60 (SESENTA) HORAS PARA CADA ATIVIDADE			
Atividade	Descrição	Pontuação (CH)	
		Mínima	Máxima
1. Ensino	Monitoria no curso por período letivo/ Participação em projetos institucionais, PIBID, PET.	15	45
	Participação em grupo de estudo sob supervisão de professores e/ou alunos dos cursos de Mestrado ou doutorado (por semestre).	10	20
2. Pesquisa	Participação em projetos de pesquisa, projetos institucionais PIBIT, PIBIC, ICV	30	60
	Participação em grupo de pesquisa liderado por docentes da UFDPAr ou outras IES.	10	20
	Participação em pesquisa e projetos de outras IES	10	20
Total			165
Certificação: Certificados, declarações, relatório do professor, certificado e/ou declaração dos órgãos competentes.			
II - DISCIPLINA ELETIVA OFERTADA POR OUTRO CURSO DESTA INSTITUIÇÃO OU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ELETIVA: ATÉ 60 (SESENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
Atividade	Descrição	Pontuação (CH)	
		Mínima	Máxima
	Disciplinas eletivas ofertadas por outro curso da UFDPAr ou por outras IES, com conteúdos afins à economia.	30	30



Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPa
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Chefia do Curso de Ciências Econômicas

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

1. Disciplina Eletiva	Disciplinas cursadas com aprovação em outros currículos do curso de Ciências Econômicas e que não foram consignadas como equivalentes	30	30
Total			60
Certificação: histórico escolar evidenciando aprovação na disciplina.			
III - ATIVIDADES DE APRESENTAÇÃO E/OU PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
Atividade	Descrição	Pontuação (CH)	
		Mínima	Máxima
1. Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos, não vinculadas como ACEx.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas, não vinculadas como ACEx.	10	20
2. Participação em eventos técnico-científicos.	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, defesa de TCC, de dissertação de mestrado e tese de doutorado, fórum, semanas acadêmicas.	02	30
3. Outras atividades ligadas a eventos técnico-científicos	Ministrante de minicurso ou oficina não vinculados à programa extensão ou projeto de extensão ou atividade de extensão	05	10
Total			60
Certificação: certificado de apresentação do trabalho (com cópia do trabalho apresentado), certificado de organização de evento ou declaração do órgão/unidade competente.			
IV - EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES: ATÉ 120 (CENTO E VINTE) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
Atividade	Descrição	Pontuação (CH)	
		Mínima	Máxima
1. Participação em projetos sociais	Projetos sociais (governamentais e não governamentais) não caracterizados por extensão e carga horária não aproveitada nas ACEs	05	10
2. Experiência em espaços educativos	Realização de estágio em Empresa Junior (por semestre)	05	10
	Realização de estágio em incubadora de empresas (por semestre)	08	16



Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Chefia do Curso de Ciências Econômicas

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

3. Experiência profissional	Experiência profissional em instituições financeiras, secretarias municipais e estaduais, demais empreendimentos públicos e privados com desenvolvimento de atividades na área econômico financeira ou áreas afins	10	20
4. Participação em visitas técnicas	Visitas técnicas a empresas comerciais, industriais e de serviços acompanhado por professor da UFDPAr, não vinculado a ACEX e não contabilizado como carga horária de disciplina.	02	04
5. Estágios não obrigatórios	Estágios regulamentados pela UFDPAr e cadastrados na Coordenadoria de Estágios ou por outras instituições educativas, culturais ou empresariais	30	30
Total			90
Certificação: Declaração do órgão/unidade competente.			
V – PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
Atividade	Descrição	Pontuação (CH)	
		Mínima	Máxima
1. Cursos	Participação em cursos presenciais na área de economia ou em áreas afins, com duração mínima de 4h	04	20
	Participação em cursos à distância com duração mínima de 20h	10	30
2. Cursos de idiomas	Participação em curso presencial de inglês, espanhol, francês e outros com duração mínima de 60h	10	20
3. Programas/Projetos	Participação em atividades de Programa e/ou Projetos de Extensão	10	20
Total			90
Certificação: Certificado ou declaração do órgão/unidade competente.			
VI - TRABALHOS PUBLICADOS E APROVAÇÃO EM CONCURSOS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
		Pontuação (CH)	



Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Chefia do Curso de Ciências Econômicas

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

Atividade	Descrição	Mínima	Máxima
1. Publicações em anais de eventos	Publicação em anais de congressos, encontros e similares nacionais	15	15
	Publicação em anais de congressos, encontros e similares regionais e/ou locais	10	20
3. Publicações em periódicos nacionais	Publicações em periódicos especializados	05	20
4. Publicações de livro ou capítulo de livro	Publicações de livros ou capítulos de livro especializado	15	15
5. Concursos	Aprovação em concursos na área de economia ou áreas afins	10	10
	Premiações em concursos tais como de Resenhas, Gincana de Economia etc.	10	10
Total			90

Certificação: Cópia do trabalho publicado, certificado ou declaração do órgão/unidade competente, publicação em diário oficial evidenciando aprovação em concurso.

VII - VIVÊNCIAS DE GESTÃO: ATÉ 40 (QUARENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

Atividade	Descrição	Pontuação (CH)	
		Mínima	Máxima
1. Representação estudantil	Participação semestral como membro de diretoria de entidade de representação político – estudantil	05	10
2. Participação em órgãos colegiados da UFDPAr	Participação semestral como representante discente em órgãos colegiados da UFDPAr.	05	10
3. Participação em comitês ou comissões de trabalho da UFDPAr	Participação semestral como representante discente em comitês ou comissões de trabalho da UFDPAr	10	20
Total			40

Certificação: Portaria ou Declaração do órgão/unidade competente.

VII - ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

	Pontuação (CH)
--	----------------



Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Chefia do Curso de Ciências Econômicas

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

Atividade	Descrição	Mínima	Máxima
1. Atividades Artístico-culturais	Participação em grupos de artes, tais como: teatro, dança, coral, poesia, música, exposições e programas radiofônicos.	05	10
2. Atividades esportivas	Participação em esportes, tais como: futebol, futsal, voleibol, atletismo, artes marciais	05	10
3. Produções técnico-científicas	Produção de softwares na área e afins; produção e elaboração de vídeos na área e afins.	30	60
	Elaborar relatório que estabeleça relações com os conteúdos curriculares, com base em filmes, peças teatrais, shows e exposições de obra de arte.	05	10
Total			90
Certificação: Relatório do professor orientador ou declaração do órgão/unidade competente.			

Art. 7º - Para a participação dos alunos nas Atividades Complementares deverão ser observados os seguintes critérios que poderão ser complementados pelas normatizações internas previstas no § 4º do art. 2º da Resolução Nº 150/06 CEPEX, cujas atividades devem ser:

- I Realizadas a partir do primeiro semestre;
- II Compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso;
- III Compatíveis com o período cursado pelo aluno ou nível de conhecimento requerido para aprendizagem;
- IV Realizadas durante a realização do Curso e/ou no período letivo, em horário diferenciado das aulas, bem como no período de matrícula institucional; e V Integralizadas até o período anterior de conclusão do curso.

Art. 8º - Serão reconhecidos como documentos válidos para fins de aproveitamento das Atividades Complementares do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas os Certificados, Declarações, Certidões, Relatórios, Publicações em Diário Oficial, Atestados, Cópias de Artigos, Atas de Reunião e outros.

Parágrafo Único - Os documentos relacionados no *caput* deste artigo terão validade se devidamente registrados e assinados pelo representante legal da Instituição que o expediu.

Art. 9º - A integralização da Carga Horária referente às Atividades Complementares corresponde a requisito obrigatório de integralização da carga horária total do curso.



Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPa
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Chefia do Curso de Ciências Econômicas

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

Art. 10º - Os casos não previstos neste Regulamento serão dirimidos pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas da UFDPa.

Art. 11º - Este Regulamento entrará em vigor junto com a aprovação do novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), após a Reforma Curricular do Curso de Ciências Econômicas do CMRV da UFDPa.



Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPa
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Chefia do Curso de Ciências Econômicas

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

APÊNDICE B

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULAR DE EXTENSÃO (ACEx) DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O presente documento visa regular as Atividades Curriculares de Extensão (ACEx) do Curso de Ciências Econômicas, do Campus Ministro Reis Velloso da Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Fundamenta-se nas Resoluções Nº 07/2018 da Câmara de Educação Superior do Ministério da Educação e Nº 93/2022 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão CONSEPE/UFDPa. É parte integrante do currículo acadêmico na forma de componentes curriculares e está previsto no Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) aprovado no âmbito do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas, com vigência indeterminada a partir de 2023.2.

Artigo 1º As ACEx representam um conjunto de atividades obrigatórias de extensão extraclasse a fim de promover o conhecimento e o desenvolvimento de habilidades e competências do aluno do Curso de Ciências Econômicas, voltadas à formação integral dos estudantes, por meio de iniciativas que favoreçam o aprimoramento da formação profissional com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, trabalho, tecnologia e produção, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena.

Artigo 2º As ACEx representam 10,04% da Carga Horária curricular total do Curso de Ciências Econômicas, perfazendo um montante de 330 horas/aula (h/a) a ser integralizada ao longo da permanência do aluno no curso, sendo o seu cumprimento obrigatório para a colação de grau do discente.

§ 1º: É permitido aos estudantes do Curso de Ciências Econômicas, em qualquer período letivo, atuarem em qualquer ACEx ofertada pela UFDPa, desde que esteja cadastrada na PREX.

§ 2º: É permitido aos estudantes do Curso de Ciências Econômicas participarem de quaisquer Atividades Curriculares de Extensão mantidas pelas instituições de ensino superior, respeitando as normas pertinentes, tendo sido avaliadas e aprovadas pelo coordenador de Atividades Curricular de Extensão do Curso.

§ 3º: É permitido ao aluno transferido de outra universidade realizar o aproveitamento de Atividades Curriculares de Extensão da universidade de origem, mediante a



Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDP
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Chefia do Curso de Ciências Econômicas

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

abertura de um processo interno encaminhado à coordenação de Atividades Curricular de Extensão do Curso de Ciências Econômicas, munido do requerimento e instruído com o relatório da extensão desenvolvida e assinado pelo coordenador ou órgão competente da universidade de origem, além de todos os comprovantes das atividades desenvolvidas, respeitando o prazo mínimo de um ano antes da sua previsão de colação de grau.

§ 4º: É permitido o aproveitamento de ACEx nos casos de transferência interna de curso ou mudança de curso, onde o aluno solicitará junto ao Coordenador de Extensão de Curso e/ou ao coordenador da ação, o aproveitamento das atividades curriculares já integralizadas, ou não, no currículo do curso de origem.

§ 5º: Em todas as situações citadas nos parágrafos acima, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente será computada no histórico do aluno após a devida avaliação do Coordenador de Extensão de Curso.

Artigo 3º As ACEx devem representar atividades que vinculam o perfil do egresso, estabelecido no PPC do curso, à formação cidadã crítica e responsável dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, os aplicarão na sociedade mantendo uma articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Artigo 4º As ACEx podem ser realizadas em parcerias com outras instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes.

Artigo 5º É considerado atividade de extensão as intervenções que envolvam diretamente a comunidade externa ao Curso de Ciências Econômicas e às instituições de ensino superior, que estejam vinculadas à formação do estudante e se insiram nas seguintes modalidades:

I - Programas;

II - Projetos;

III - Cursos e oficinas;

IV - Eventos;

V - Prestação de serviços à comunidade externa e



Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPa
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Chefia do Curso de Ciências Econômicas

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

VI - Atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina, mas como ACEx.

Parágrafo único: As modalidades, previstas no artigo acima, incluem, além dos programas institucionais da UFDPa, eventualmente também as de natureza governamental, que atendam a políticas municipais, estaduais, distrital e nacional.

Artigo 6º As ACEx são distribuídas nas dimensões: interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, esporte e lazer.

Artigo 7º As ACEx devem estar devidamente cadastradas na PREX.

Artigo 8º O Curso de Ciências Econômicas é obrigado a oferecer, no mínimo, uma ACEx a cada semestre, conforme calendário acadêmico vigente e resoluções correspondentes.

Artigo 9º A coordenação geral das ACEx no âmbito do Curso de Ciências Econômicas é exercida pelo Coordenador de Extensão do Curso de Ciências Econômicas, eleito a cada dois anos em reunião pelos docentes e técnicos do Curso que terá como obrigatoriamente as seguintes atribuições:

- I – Realizar encontros integrativos com o corpo docente do curso a fim de estimular, definir e planejar as diferentes atividades de extensão, identificando as atividades de extensão integrativas que envolvam programas, projetos, cursos, eventos e/ou serviços, vinculados ou não às disciplinas, com plano de atividades, cronograma e identificação do conjunto de vagas que serão oferecidas em cada semestre no curso;
- II – Os encontros integrativos em algum momento de sua execução podem envolver a participação da comunidade externa;
- III – Acompanhar e orientar a inscrição dos discentes do curso nas diferentes ACEx e a ofertadas;
- IV – Avaliar o andamento da integralização de horas de extensão pelos discentes do curso;
- V – Atribuir um parecer relativo ao aproveitamento das horas de extensão adquiridas fora do curso, no âmbito da UFDPa;



Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDP
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Chefia do Curso de Ciências Econômicas

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

VI – Homologar as atividades de extensão realizadas pelos discentes, a fim de viabilizar sua integralização no histórico escolar;

VII – Investigar junto ao corpo discente necessidades, demandas e temáticas de interesse a fim de estabelecer espaços de trocas e diálogos entre o corpo discente e docente, favorecendo experiências de extensão construídas coletivamente.

§ 1º: O desenvolvimento e a avaliação das diferentes atividades de extensão, cadastradas e oferecidas pelo curso aos estudantes em cada período, serão de responsabilidade do coordenador da atividade cadastrada na PREX, e devem ser consideradas na carga horária de atividades dos docentes.

§ 2º: O docente eleito como Coordenador de Extensão do Curso de Ciências Econômicas, em exercício, deverá contar essa atividade como carga horária de trabalho docente, definida por resolução própria.

Artigo 10º A oferta e realização das ACEx no âmbito do curso terá o seguinte fluxo:

- I – Elaboração das ACEx pelos docentes do curso, responsáveis pelas diferentes atividades de extensão que serão ofertadas;
- II – Cadastramento da ACEx na PREX;
- III – Inserção da ACEx cadastrada na PREX no sistema de gestão acadêmico pelo docente responsável pela atividade;
- IV – Inscrição pelo discente na ACEx via sistema de gestão acadêmico;
- V – Seleção dos candidatos para as vagas da ACEx pelo coordenador da atividade obedecendo critérios pré-definidos;
- VI – Cadastro da equipe pelo coordenador da atividade;
- VII - Execução da ACEx;
- VIII - Envio do relatório, pelo docente coordenador da ACEx, à PREX, via sistema de gestão acadêmico;
- IX - Homologação do relatório pela PREX, seguido da certificação da atividade;



Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Chefia do Curso de Ciências Econômicas

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

X – Homologação da ACEx pelo Coordenador de Extensão de Curso, mediante a inserção do certificado pelo estudante no sistema de gestão acadêmico;

XI - Lançamento da carga horária de extensão no histórico escolar do discente.

Artigo 11º O coordenador da ACEx deverá, na seleção dos discentes, respeitar os seguintes critérios:

I – Conceder prioridade aos discentes que estejam no penúltimo ou no último semestre do curso que ainda não completaram a carga horária das atividades de extensão;

II – Priorizar os discentes que ainda não participaram da categoria da ação de extensão cadastrada para que haja diversificação de ACEx no histórico escolar;

III – O discente contabilizará a sua carga horária em cada ACEx, conforme o Quadro:

Atividades	Descrição	Carga horária sugerida
Programa de extensão	Participação em programa de extensão do curso de Ciências Econômicas da UFDPAr, como voluntário ou bolsista.	300
	Participação em programa de extensão, em áreas relacionadas a Econômica, promovidos por outros cursos da UFDPAr ou outras IES, como voluntário ou bolsista.	200
Sub-total de horas		500
Projeto de extensão	Participação em projetos de extensão (voluntário ou bolsista) do curso de Ciências Econômicas da UFDPAr	300
	Participação em projetos de extensão (voluntário ou bolsista), em áreas relacionadas a Economia, de outros cursos da UFDPAr ou de outras IES	120
Sub-total de horas		420
Curso de extensão	Organização de cursos de extensão relacionado às ciências econômicas	200
	Participação em cursos de extensão como ministrante, facilitador, mediador, monitor, etc.	200
Sub-total de horas		400
Eventos de extensão	Participação na organização de eventos (seminários, jornadas, congressos, simpósios, fóruns) relacionados ao curso de Ciências Econômicas	300



Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Chefia do Curso de Ciências Econômicas

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

	Participação em eventos como ministrante, debatedor, mediador, facilitador, monitor, relator de grupo, etc.	300
Sub-total de horas		600
Prestação de serviço à comunidade externa	Prestação de serviços (assessoria, consultoria, etc.) por meio da Empresa Júnior de Economia – PASSEC JR ou Ligas Acadêmicas.	300
Sub-total de horas		300

Artigo 12º A participação dos estudantes nas ACEx se dará na organização e/ou execução da atividade, com ou sem bolsa de extensão, sob a coordenação/orientação de professores efetivos e/ou técnicos administrativos efetivos da UFDPAr. O discente também poderá realizar essas atividades em outros cursos da IES ou em outras instituições, possibilitando maior flexibilidade, interdisciplinaridade e interprofissionalidade.

Parágrafo único: No caso de professor substituto, deverá ser observada a vigência de seu contrato para que a ação seja concluída antes do término do contrato.

Artigo 13º As ACEx das modalidades “Curso de extensão” e “Evento de extensão”, podem ser organizadas por entidades estudantis com representação comprovada, desde que a ação seja cadastrada e orientada por docente da IES.

Artigo 14º Os discentes poderão atuar em qualquer ACEx ofertada pela UFDPAr, respeitando os eventuais pré-requisitos especificados pelo coordenador da

Artigo 15º As horas de Estágio curricular supervisionado obrigatório e Estágio não obrigatório não poderão ser contabilizadas como ACEx.

Artigo 16º As Atividades Curriculares de Extensão e suas respectivas cargas horárias serão discutidas pelo coordenador de extensão do curso com os



Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPa
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Chefia do Curso de Ciências Econômicas

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020 Telefone: (86)
3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

coordenadores das atividades de extensão a serem ofertadas a cada semestre de acordo com o calendário acadêmico vigente.

Artigo 17º Os casos omissos serão resolvidos pelo colegiado do Curso de Economia, podendo ser recorrido ao Comitê de Extensão em conjunto com a Câmara de Ensino e, em última instância, ao CONSEPE.



Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPa
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Chefia do Curso de Ciências Econômicas

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

APÊNDICE C

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFDPa

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – A presente norma tem por finalidade regulamentar as atividades relacionadas com a elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), indispensável para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Art. 2º – O TCC corresponde a produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos discentes, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação. ([Redação dada pela Resolução Nº 177 de 2012/CEPEX-UFPI](#)).

Art. 3º – O TCC deverá compreender o ensino de Metodologia e Técnicas de Pesquisa em Economia e será realizado sob supervisão docente. ([Redação dada pela Resolução Nº 04 de 2007/CNE-CES](#)).

Art. 4º – Na estrutura curricular o TCC corresponde a duas disciplinas com 60h cada uma sendo denominadas de Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II).

§ 1º – O TCC será realizado, exclusivamente, na forma de Monografia ou de Artigo Científico para publicação.

§ 2º - O docente orientador deverá considerar, para cada TCC (monografia ou artigo), a carga horária de uma hora, até um limite máximo de 4 (quatro) horas semanais. ([Redação dada pela Resolução Nº34 de 2023/ CONSUNI-UDFPar](#))

Art. 5º – Os TCCs serão coordenados por um docente do Curso de Ciências Econômicas eleito pelo Colegiado do Curso.

Parágrafo Único. O docente Coordenador dos TCCs exercerá a função por 2 (dois) anos, sendo prorrogável por mais 2 (dois) anos.

CAPÍTULO II DA ORIENTAÇÃO

Art. 6º – O TCC será desenvolvido pelo discente, individualmente, sob a orientação de um docente designado para esse fim.

§ 1º – O discente deverá contactar um docente lotado na Coordenação do Curso de Ciências Econômicas para lhe apresentar o seu Pré-Projeto do TCC e receber dele o aval de orientação.

§ 2º – O aval de orientação consiste no Termo de Anuência que deverá ser preenchido e assinado pelo discente e pelo docente que se dispôr a orientar.

§ 3º – O Termo de Anuência será necessário para o discente realizar a matrícula tanto em TCC I como em TCC II

§ 4º - O Termo de Anuência estará disponível na Secretaria da Coordenação de Ciências Econômicas, o qual ficará a cargo do discente recebê-lo e devolvê-lo, preenchido, à referida Secretaria até o penúltimo dia da oferta de componentes curriculares, conforme o calendário acadêmico.

Art. 7º - O discente pode contar com a colaboração de um profissional não pertencente ao quadro de professores deste Curso de Ciências Econômicas, para atuar como coorientador, desde que obtenha aprovação do seu orientador.

Art. 8º – Cada docente poderá orientar no máximo 5 (cinco) TCCs por semestre.

Art. 9º - São atribuições dos docentes orientadores:

- I – Orientar o discente nas distintas fases do TCC;
- II – Fixar cronogramas de atividades dos seus orientandos;
- III – Avaliar os relatórios parciais entregues pelos orientandos ao término de cada etapa, atribuindo-lhes notas;
- IV - Participar das defesas de TCCs da qual é orientador;
- V – Presidir a Defesa de TCC e preencher a Ata e fichas de avaliação.
- VI - Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentadoras.

Art. 10º - São atribuições dos discentes orientandos:

- I – Elaborar e Executar o Projeto de TCC, sob a orientação docente;
- II – Frequentar as reuniões convocadas pelo docente orientador e pelo Coordenador dos TCCs;
- III - Manter contato, no mínimo quinzenalmente, com o docente orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa;
- IV – Cumprir o cronograma de atividades fixado pelo docente orientador;
- V – Entregar ao docente orientador o Relatório Parcial sobre as atividades desenvolvidas no TCC I e TCC II.
- VI – Entregar relatório final do TCC II, impresso em 4 (quatro) vias e arquivo em formato PDF, ao docente Coordenador dos TCCs, 30 dias antes do encerramento das aulas do semestre letivo, de acordo com o Calendário Acadêmico.
- VII – Apresentar o TCC II a uma Banca Examinadora, de forma oral, com utilização de recursos visuais, e aberta ao público.

VIII – Fazer as correções no TCC sugeridas pela Banca Examinadora e de acordo com a orientação do docente orientador.

IX – Entregar a versão final do TCC, com a inclusão da ficha catalográfica, em arquivo no formato PDF à Coordenação do Curso, via e-mail institucional (econcoord@ufpi.edu.br), até o último dia de aula do semestre letivo, de acordo com o Calendário Acadêmico.

CAPÍTULO III

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)

Art. 11º - O objeto da disciplina é elaborar o projeto de pesquisa e capítulo de referencial teórico.

§ 1º - O projeto de pesquisa é composto por apresentação do tema, justificativa, problema, objetivos, metodologia, revisão de literatura, cronograma e referências, com no máximo 15 páginas.

§ 2º - O capítulo de referencial teórico tem como objetivo tratar dos principais conceitos da temática pesquisada sob as perspectivas das diversas correntes teóricas.

Art. 12º - Deverá ser elaborado, considerando:

- I – Os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT;
- II – O conteúdo e orientação direta do tema com as linhas de pesquisa dos(as) docentes

CAPÍTULO IV

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)

Art. 13º - O objeto da disciplina é apresentar os resultados da pesquisa no formato de monografia ou artigo científico para publicação.

§ 1º - A monografia terá no mínimo 40 páginas, obedecendo as normas da ABNT.

§ 2º - O artigo científico para publicação terá no mínimo 25 páginas, obedecendo as normas da ABNT, exceto os artigos já submetidos para publicação em periódico.

CAPÍTULO V

DA BANCA EXAMINADORA

Art. 14º - O TCC deverá ser encaminhado, as quatro vias, aos membros que compõem a Banca Examinadora pelo Coordenador dos TCCs.

§ 1º - O Coordenador dos TCCs estabelecerá um cronograma de apresentação dos TCCs, com a designação das Bancas Examinadoras, a ser divulgado pela Coordenação do Curso.

§ 2º - Em caso de atraso na entrega do TCC, deverá ser observada a relevância do motivo apresentado, o que deverá ser avaliado pelo Coordenador dos TCCs.

§ 3º - A defesa do TCC dar-se-á perante Banca Examinadora, composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros dois membros escolhidos pelo orientador e orientando, além de um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares.

§ 4º - Podem ser convidados membros da banca que sejam externos ao curso e/ou a universidade.

Art. 15º - A Banca Examinadora somente poderá executar seus trabalhos com a presença dos três membros.

Parágrafo Único – Em caso de impedimento na execução dos trabalhos, deverá ser marcada nova data para a defesa do TCC, obedecendo o período de defesas estabelecido.

Art. 16º - Todos os professores colaboradores do Curso poderão ser convocados para participar das Bancas Examinadoras, em suas respectivas áreas de atuação.

Art. 17º - Os membros das Bancas Examinadoras terão o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento, para procederem à leitura dos TCCs.

Parágrafo Único – Não será permitido aos membros das Bancas Examinadoras tornarem públicos os conteúdos dos TCCs, antes de sua defesa.

Art. 18º - As sessões de defesa dos TCCs são públicas.

Art. 19º - Na defesa, o discente tem, no máximo 20 (vinte) minutos para apresentar seu trabalho e cada membro da Banca, até 10 (dez) minutos para fazer seus questionamentos.

Art. 20º - A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais, por examinador, baseada no quadro de critérios de avaliação da Defesa do TCC.

§ 1º - Os critérios de avaliação constam na ficha de avaliação em anexo.

§ 2º - A nota final do discente é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos Membros da Banca Examinadora.

§ 3º Para aprovação, o discente deverá obter nota igual ou superior a 7,0 (sete), na média aritmética das notas individuais, atribuídas pelos Membros da Banca Examinadora.

Art. 21º - A Banca Examinadora poderá reunir-se antes da sessão de Defesa pública e, se decidido por unanimidade, o discente será reprovado sem necessidade da apresentação em sessão pública.

Art. 22º - A avaliação final, assinada por todos os Membros da Banca Examinadora, deverá ser registrada em ata.

Art. 23º - O discente que não entregar o TCC, ou que não se apresentar para sua defesa oral estará automaticamente reprovado.

Art. 24º - Não cabe revisão na nota final atribuída ao TCC.

§ 1º – Em caso de reprovação, fica a critério do discente e do docente continuar com o mesmo tema e/ou orientador, no próximo semestre letivo.

§ 2º - Ao discente, cujo TCC não tenha sido aprovado, só será permitida nova defesa no semestre subsequente.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º - Esta Norma Regulamentadora entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso de Ciências Econômicas da UFDPAr, revogando-se as disposições em contrário.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

**ATA DA REUNIÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS**

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às oito horas e trinta minutos, realizou-se reunião conjunta do NDE com a Comissão de Reforma do PPC, sob a presidência da professora Maria de Fátima Vieira Crespo, e com a presença dos professores: Vera Lúcia dos Santos Costa, Moacyr Ferraz do Lago, Vera Beatriz Martins Bacelar, Tiago Sayão Rosa, Diego Silveira Pacheco de Oliveira e Maria Helena Cortez de Melo Pires. **EXPEDIENTE:** Lida, discutida e aprovada a ata da reunião anterior por unanimidade pelos presentes. **ORDEM DO DIA: 1) Apresentação, discussão e aprovação das alterações PPC do Curso de Ciências Econômicas após parecer da Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC).** Em pauta a ordem do dia, a professora Maria de Fátima Crespo iniciou apresentando a análise geral do PPC descrita pela coordenadora da CPAC, profa. Luciana Cavalcante, na qual afirma que este apresenta todos os elementos indicados à composição de um projeto político-pedagógico, com seções bem elaboradas, que descrevem o contexto econômico, social, cultural e político em que está situado o Curso, assim como as dimensões filosóficas, sociológicas e pedagógicas inerentes às concepções e práticas que devem integrar a formação do bacharel em Ciências Econômicas, delineando objetivos, habilidades e competências para a construção do perfil do egresso, em consonância com as DCN para o curso de Ciências Econômicas, Resolução CNE/CES Nº 04, de 13 de julho de 2007 e Resolução CNE/CES Nº 02/2007, dentre outras legislações pertinentes. O PPC apresenta um grupo bem articulado de componentes curriculares, alinhados pela interdisciplinaridade entre eixos formativos, organizados em 4 grupos: Formação Geral; Formação teórico-quantitativa; Formação Histórica; Formação teórico-prática, o que possibilita uma formação mais completa, principalmente porque a esta organização acrescenta-se a parte diversificada do currículo, expressa nas 23 disciplinas optativas, descritas na proposta, nas atividades complementares e nas atividades curriculares de extensão, que estimulam a construção de diferentes itinerários formativos a serem vividos pelos estudantes. Dando continuidade, iniciou a leitura e discussão dos pontos identificados pela CDAC que ainda apresentaram a necessidade de alguns ajustes. Nos elementos pré- textuais foi incluído a designação de “Bacharelado” ao nomear o Curso, foram atualizadas as




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**


Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

Pró-Reitorias e os nomes dos ocupantes dos cargos. Na estrutura e organização curricular foi incluso a informação de que cada crédito equivale a 15h a fim de atender o que dispõe a Resolução CNE/CES Nº 02/2007, foram feitas correções na nomenclatura da disciplina de Economia Empresarial, além de acrescida a disciplina de Álgebra Linear melhorando a sequência dos conteúdos da matemática, suprimindo Matemática E. Reduziu-se a carga horária das disciplinas práticas de TCC I e TCC II e revisto o quadro com síntese de horas e atualizadas as informações sobre a equivalência dos projetos pedagógicos. Quanto a carga horária docente referente à orientação do Trabalho de Conclusão de Curso foi atualizada considerando a Resolução CONSUNI/UFDPar Nº 34/2023. Foram revisados os regulamentos das Atividades Curriculares de Extensão, aumentando a carga horária sugerida para os componentes, das Atividades Complementares e do Trabalho de Conclusão de Curso. E revistos os prazos para implantação e transição dos alunos para o PPC reformulado, a implantação ocorrerá no segundo período de 2023 e a transição será concluída em 2027.1. Após lido o PPC, ressaltado o processo de alteração, foi posto em discussão e a APROVAÇÃO do mesmo, tendo o pleito sido acatado por todos os membros presentes. A aprovação por unanimidade se deve ao trabalho participativo da Comissão. Assim, nada mais havendo a tratar a professora Maria de Fátima Vieira Crespo deu por encerrada a reunião, da qual eu, Tiago Sayão Rosa, secretário da reunião, lavrei a presente Ata que após lida, discutida e submetida à aprovação, será por mim assinada e pela presidente em exercício do Núcleo Docente Estruturante do curso de Ciências Econômicas.

Parnaíba (PI), 17 de fevereiro de 2023.

Documento assinado digitalmente
 MARIA DE FATIMA VIEIRA CRESPO
Data: 15/03/2023 14:47:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria de Fátima Vieira Crespo
Presidente em exercício do NDE

Documento assinado digitalmente
 TIAGO SAYAO ROSA
Data: 15/03/2023 15:00:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Tiago Sayão Rosa
Secretário da reunião



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

**MINUTA DA ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Aos dez dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às nove horas teve início a Reunião do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas sob a presidência da professora Maria de Fátima Vieira Crespo e com a presença dos docentes Vera Lúcia dos Santos Costa, Tiago Sayão Rosa, Fábio Júnior Clemente Gama, Diego Silveira Pacheco de Oliveira, Carolina da Silva Ribeiro, Maria Helena Cortez de Melo Pires e Vera Beatriz Martins Bacelar. Antes de iniciar a reunião a presidente do colegiado solicitou um professor presente para secretariar a reunião. O professor Tiago Sayão Rosa se colocou à disposição, tendo a concordância de todos. **ORDEM DO DIA: 01) Aprovação da minuta da ata da reunião anterior:** A chefe de curso professora Maria de Fátima Crespo iniciou a reunião com a leitura da Minuta da Ata referente a vigésima reunião, em seguida colocou em apreciação. Não havendo sugestão de modificação a ata foi aprovada por unanimidade. **02) Vacância e escolha do chefe de curso:** Ao iniciar a pauta, a professora Maria de Fátima Crespo explicou que a vacância da função de chefe de curso se deve à sua aprovação em Edital de Seleção para o cargo de Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) – Turismo de base comunitária, que lhe exigirá dedicação, lhe impossibilitando de conciliar as duas funções. Portanto, apresentou a necessidade de escolher novo chefe de curso para ocupar o cargo até 10 de agosto de 2023, quando serão nomeados os chefes de curso eleitos em processo eleitoral que se realizará em julho do corrente ano. A presidente do colegiado já havia consultado a professora Vera Beatriz Martins Bacelar, decana do Curso de Ciências Econômicas, para que esta assumisse o cargo de chefe de curso, como orienta o Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí (UFPI), tutora da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). Porém, ela apresentou na reunião, e por escrito (declaração), motivos de força maior que a impossibilita de ocupar o cargo. Em seguida, foi apresentado ao colegiado a declaração do professor José Natanael da disponibilidade e interesse em assumir a chefia do Curso de Ciências Econômicas. A professora Vera Beatriz referendou a candidatura do professor Natanael. A presidente do colegiado solicitou aos demais professores que se manifestassem, caso houvesse o interesse em pleitear o cargo. Não havendo manifestações de interesse ou contraditória à candidatura



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

apresentada, a professora Maria de Fátima colocou o pleito em votação, tendo este sido aprovado por unanimidade, dentre os presentes. Assim ficou decidido neste colegiado que o nome do professor José Natanael Fontenele de Carvalho será encaminhado para a reitoria designá-lo chefe de curso, a partir do dia 20 de março de 2023, após finalização de suas férias. **03) Escolha de funções no curso: tutoria Empresa Junior de Economia e Coordenação de estágio não-obrigatório:** A presidente da reunião explicou que a necessidade de escolher novos membros para assumir os cargos de tutor da PASSEC JR e de Coordenador de Estágio Não-Obrigatório. O professor Tiago Sayão Rosa se disponibilizou a orientar as atividades desenvolvidas pelos discentes membros da Empresa Junior de Economia e a professora Vera Lúcia dos Santos Costa se candidatou ao cargo de coordenadora de estágio não-obrigatório, tendo em vista estar ocupando a função na Pró-Reitoria de Graduação. Todos os professores presentes apoiaram essas decisões. Nessa direção o professor Fábio informou que os discentes membros da Liga Acadêmica de Educação Financeira o haviam convidado para orientá-los em suas atividades juntamente com o professor Tiago. Diante dos compromissos já assumidos pelo professor Tiago, este colegiado sugere aos ligantes os nomes dos professores Fábio Júnior Clemente Gama e Diego Silveira Pacheco de Oliveira. **04) Aprovação da Minuta do Regimento Interno do Curso de Ciências Econômicas (relatoria professor Moacyr Ferraz do Lago):** O professor Moacyr apresentou algumas alterações ou correções a serem feitas na Minuta do Regimento Interno do Colegiado do Curso, que ao longo de sua relatoria eram discutidas com os membros do colegiado. Ao final apresentou parecer favorável à aprovação do documento, mediante as alterações sugeridas. Posteriormente, a presidente do colegiado colocou o parecer em discussão e votação, tendo este sendo aprovado por todos. A comissão de elaboração do regimento fará as alterações sugeridas e necessárias, conforme parecer. **05) Edital de Monitoria 2023.1:** A presidente deste colegiado explicou os pontos relevantes do Edital de monitoria que será elaborado pela coordenação, considerando que dentre as exigências do monitor será retirada o item que exige disponibilidade do mesmo no horário da disciplina, tendo em vista que limita a candidatura dos discentes à vaga. Informou, ainda, que o Edital prevê cinco bolsas de monitoria, que poderá contemplar cinco disciplinas e colocou em discussão para a definição pelo coletivo de professores. Professor Diego sugeriu que as disciplinas que envolvem matemática fossem priorizadas, justificando pelo grau de dificuldade



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

apresentado pelos alunos matriculados nessas disciplinas. Professora Vera Lúcia acrescentou que as disciplinas regulares e iniciais apresentam maior número de alunos matriculados, e que este critério também deve ser considerado. Dando encaminhamento, a professora Maria de Fátima solicitou que fosse indicado inicialmente as disciplinas que seriam ofertadas vagas no edital de monitoria e a quantidade, para então definirmos as que seriam remuneradas. As disciplinas que serão ofertadas vagas de monitoria são: Introdução à Economia E (2 vagas), Matemática E (2 vagas), Métodos Quantitativos em Economia I (2 vagas), Introdução à Estatística (1 vaga), Formação Econômica Geral (1 vaga), Métodos Quantitativos em Economia II (1 vaga), Economia Neoclássica I (2 vagas), Contabilidade Social (1 vaga), Teoria Macroeconômica I (1 vaga), Teoria Macroeconômica II (1 vaga), Economia Internacional I (1 vaga), Economia Monetária (1 vaga), Elaboração e Análise de Projeto (1 vaga), Teoria Macroeconômica III (1 vaga), História do Pensamento Econômico (1 vaga), Formação Econômica do Capitalismo Contemporâneo (1 vaga). Dentre as disciplinas que ofertarão vagas de monitoria, o colegiado definiu que as disciplinas Introdução à Economia E, Matemática E, Métodos Quantitativos em Economia I, Economia Neoclássica I e Teoria Macroeconômica I terão uma vaga de monitoria remunerada no período letivo 2023.1. Professora Vera Bacelar sugeriu a criação de instrumentos que efetivasse o acompanhamento das monitorias. Foi encaminhado que a coordenação elaborará modelo de folha de frequência para as atividades presencial desenvolvidas pelo monitor e modelo de plano de trabalho a ser preenchido pelo monitor juntamente com o orientador. Além do controle de sala para que o monitor tenha como reservar espaço e horário para a realização da monitoria presencial. **06) Discussão e Aprovação das alterações do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) após segundo parecer da CDAC:** A professora Maria de Fátima apresentou o parecer da CDAC que ressaltou que o PPC reformulado apresenta todos os elementos indicados à composição de um projeto político-pedagógico, com seções bem elaboradas, que descrevem o contexto econômico, social, cultural e político em que está situado o Curso, assim como as dimensões filosóficas, sociológicas e pedagógicas inerentes às concepções e práticas que devem integrar a formação do bacharel em Ciências Econômicas, delineando objetivos, habilidades e competências para a construção do perfil do egresso, em consonância com as DCN para o curso de Ciências Econômicas, Resolução CNE/CES Nº 04, de 13 de julho de 2007 e Resolução CNE/CES Nº 02/2007, dentre outras



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

legislações pertinentes. O PPC apresenta um grupo bem articulado de componentes curriculares, alinhados pela interdisciplinaridade entre eixos formativos, organizados em 4 grupos: Formação Geral; Formação teórico-quantitativa; Formação Histórica; Formação teórico-prática, o que possibilita uma formação mais completa, principalmente porque a esta organização acrescenta-se a parte diversificada do currículo, expressa nas 23 disciplinas optativas, descritas na proposta, nas atividades complementares e nas atividades curriculares de extensão, que estimulam a construção de diferentes itinerários formativos a serem vividos pelos estudantes. Em seguida relatou os ajustes realizados e aprovados pelos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) no PPC, conforme parecer da Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC) referente ao processo 23855.001156/2022-30. Dentre as alterações destaca-se que Na estrutura e organização curricular foi incluso a informação de que cada crédito equivale a 15h a fim de atender o que dispõe a Resolução CNE/CES Nº 02/2007, foram feitas correções na nomenclatura da disciplina de Economia Empresarial, além de acrescida a disciplina de Álgebra Linear melhorando a sequência dos conteúdos da matemática, suprimindo Matemática E. Atualizou-se as informações sobre a equivalência dos projetos pedagógicos e reduziu-se a carga horária das disciplinas práticas de TCC I e TCC II, necessitando a revisão do quadro com síntese de horas, em que o curso será integralizado com 3.285h, o que corresponde a 189 créditos. E foram revistos os prazos para implantação e transição dos alunos para o PPC reformulado, a implantação ocorrerá no segundo período de 2023 e a transição será concluída em 2027.1. Foi considerado a Resolução CONSUNI/UFDPAr Nº 34/2023 para a revisão da carga horária docente referente à orientação do Trabalho de Conclusão de Curso e revisados os regulamentos das Atividades Curriculares de Extensão, das Atividades Complementares e do Trabalho de Conclusão de Curso. Em seguida foi colocado em discussão as alterações, e posteriormente para votação. Todos os professores aprovaram as alterações do PPC do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas e dos regulamentos que o acompanha. **7) Informes.**

i) Avaliação *in locu* do MEC: A professora Maria de Fátima informou que o MEC agendou a avaliação do curso de ciências econômicas para os dias 03, 04 e 05 de maio do corrente ano, que corresponde aos primeiros dias letivos do período de 2023.1. A procuradora de educação institucional Maria Rejane informará a lista de documentos que devem ser apresentados ao MEC e se reunirá com o grupo de professores do curso para planejamento




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**


Av. São Sebastião, 2819, Bairro São Benedito, Parnaíba, Piauí, Brasil; CEP 64202-020
Telefone: (86) 3323-5818; e-mail: econcoord@ufpi.edu.br

das ações que antecedem a avaliação. **ii) Novo prazo para entrega do PDT:** Diante das dificuldades apresentadas para preenchimento do PTD conforme Resolução nº 34/2023 a entrega do PTD referente a 2023.1 foi adiada para o dia 20/03. **iii) Defesa de TCC:** Professor Fábio, coordenador de TCC do curso, informou que diante das necessidades peculiares dos membros da banca, as defesas ocorreriam de forma remota, retornando a presencialidade no período de 2023.1. **iv) Visita técnica:** Professora Vera Lúcia informou que está organizando visita técnica na empresa exportadora de cera de carnaúba FONCEPI, localizada na cidade de Piriipiri, no âmbito da disciplina de Economia Internacional I e II. Nada mais havendo a tratar a professora Maria de Fátima Vieira Crespo deu por encerrada a reunião da qual eu, Tiago Sayão Rosa, nomeado secretário da reunião, lavrei a presente Ata que após lida, discutida e submetida à aprovação, será por mim assinada e pela chefe do Curso de Ciências Econômicas, em exercício.

Parnaíba (PI), 10 de março de 2023.

Documento assinado digitalmente
 MARIA DE FATIMA VIEIRA CRESPO
Data: 15/03/2023 14:47:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Maria de Fátima Vieira Crespo
Chefe do Curso

Documento assinado digitalmente
 TIAGO SAYAO ROSA
Data: 15/03/2023 15:00:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Tiago Sayão Rosa
Secretário